



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

IZADORA CARVALHO DA SILVA

**O BELO SEXO DESEJA VOTAR: ANÁLISE SOBRE A
Trajetória, atuação e relações da Federação Brasileira pelo
Progresso Feminino (1922-1929)**

Londrina

2023

IZADORA CARVALHO DA SILVA

O BELO SEXO DESEJA VOTAR:
ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA, ATUAÇÃO E RELAÇÕES DA
FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO (1922-
1929)

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Londrina

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa
de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

198o Silva, Izadora Carvalho da.
O BELO SEXO DESEJA VOTAR : análise sobre a trajetória, atuação e relações
da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1929) / Izadora
Carvalho da Silva. - Londrina, 2023.
112 f. : il.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História
Social, 2023.
Inclui bibliografia.

1. História das mulheres - Tese. 2. Feminismo - Tese. 3. Federação Brasileira
pelo Progresso Feminino - Tese. 4. Voto feminino - Tese. I. Ferraz, Francisco César
Alves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências
Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

IZADORA CARVALHO DA SILVA

O BELO SEXO DESEJA VOTAR:
ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA, ATUAÇÃO E RELAÇÕES
DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO
FEMININO (1922-1929)

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves
Ferraz
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Profa. Dra. Mônica Karawejczyk
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul – PUC-RS

Profa. Dra. Edmeia Aparecida Ribeiro
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Maria de Fátima da Cunha
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 06 de abril de 2023.

Aos meus pais Denize e José com todo amor e carinho.

AGRADECIMENTO(S)

Agradeço à minha família por todo apoio, palavras de carinho e incentivo recebido não apenas nesse momento, mas durante toda minha vida. Meus pais, em especial, os maiores entusiastas da minha jornada, agradeço por cada gesto de amor e cuidado, vocês foram cruciais para que eu chegasse até aqui, grande parte dessa conquista só foi possível por causa de vocês.

Sou grata aos amigos que me proporcionaram momentos de alegria, descontração e também me ajudaram diretamente com esta pesquisa, lendo textos, compartilhando ideias e refletindo juntos. Aos amigos que possuo fora do programa de mestrado também devo minha gratidão, pois todos sempre estiveram dispostos a me ouvir e me encorajar nos momentos de dúvida.

Agradeço ao meu orientador, Francisco, responsável pela minha iniciação com a pesquisa na graduação e agora também na pós-graduação. Sou grata por cada orientação, conselho, correção, conversa e momentos de aprendizagem que compartilhamos. Historiador, professor e pesquisador brilhante que me incentivou a continuar investindo na carreira acadêmica.

Por fim agradeço a Universidade Estadual de Londrina e todos os professores do programa de Mestrado em História Social da UEL, foram meses desafiadores, mas não menos enriquecedores na minha formação.

A todas as mulheres da minha vida, avós, irmãs, mãe, amigas e colegas de trabalho eu sou grata por conviver com todas vocês, aprendo com a nossa força e poder de mudar as coisas.

É difícil expressar aqui os sentimentos de dever cumprido, alívio e gratidão que me acometem ao chegar no fim de uma jornada como essa. As dificuldades eram inúmeras, foram dias tristes para mim e minha família, pois a pandemia nos levou muita coisa. Apesar de saber que nada será como antes, hoje, superado o caos, sigo em busca de dias melhores e acreditando no poder da união, amor e claro, da ciência.

SILVA, I. C. **O belo sexo deseja votar**: análise sobre a trajetória, atuação e relações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922- 1929). 2023. 111 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História. Universidade Estadual de Londrina, 2023.

RESUMO

Essa dissertação tem como propósito retomar e analisar a atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) durante o período que antecedeu a aprovação e oficialização do voto para mulheres em âmbito nacional no Brasil, dentro do recorte temporal que contempla o período conhecido na história como República Velha (1922-1929). Esta pesquisa reúne revisão bibliográfica sobre o tema e análise de dois tipos de fontes históricas, sendo elas trechos selecionados de atas das reuniões da diretoria da FBPF e dois discursos proferidos pela então presidente e fundadora do movimento, Bertha Lutz. Incorporando a metodologia estudo de caso, deseja-se com esta pesquisa identificar os principais elementos que compuseram a promissora trajetória do grupo, com ênfase na compreensão de suas principais características, planos de ação, dinâmica de organização e contradições correlacionadas a sua história.

Palavras-chave: História das mulheres; Feminismo; Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; Movimento sufragista; Voto feminino.

SILVA, I. C. **The fair sex wants to vote**: analyze the trajectory, performance and relations of the Brazilian Federation for Women's Progress (1922-1929). 2023. 111 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História. Universidade Estadual de Londrina, 2023.

ABSTRACT

This dissertation aims to resume and analyze the representation of the Brazilian Federation for Women's Progress (fbpf) assumed during the campaign for women's suffrage in Brazil between the years 1922 to 1929. The chosen time frame marks the foundation of the movement in question and the year that preceded the revolution of 1930, on purpose, because we want to evaluate the points mentioned in the years that preceded the officialization of the female vote during the Old Republic. This research brings together a literature review on the topic and analysis of historical sources about it, such as meeting minutes, headlines from local journals and speeches by fbpf members. Incorporating the case study methodology, the aim is to identify the elements that made up this representation and understand how it became promising, in view of the popularity that the movement reached during the first half of the 20th century, as well as to assess who/ with whom this feminist practice dialogued.

keywords: Women's History; Feminism; Brazilian Federation for Women's Progress; Suffragette Movement; Female Vote.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campanha #MoreWomen.....	12
Figura 2 - Mulheres trabalham na esfera pública campanha #MoreWomen....	13
Figura 3 - Ano que as mulheres obtiveram o direito de votar.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do movimento entre o período de 1922 a 1924.....	69
Quadro 2 – Associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do movimento entre o período de 1925 a 1927.....	70
Quadro 3 – Associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do movimento entre o período de 1925 a 1927.....	72
Quadro 4 – Distribuição dos encontros por ano.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso feminino
UVESP	União dos Vereadores do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 VANGUARDA FEMINISTA: CONHECENDO O MOVIMENTO FEMININO BRASILEIRO DO ENTRE SÉCULOS.....	20
2.1 O VOTO NÃO É COISA DE MULHER? DEBATE SOBRE O SUFRÁGIO FEMININO NA CONSTITUINTE DE 1891.....	32
2.2 FEMINISMO BEM-COMPORTADO, TÁTICO OU POSSÍVEL: NARRATIVAS ACERCA DA FBPF	45
3 MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS DO SÉCULO XX: CONTRIBUIÇÕES DA FBPF DURANTE CAMPANHA SUFRAGISTA.....	54
3.1 A CAMINHADA PELO VOTO A PARTIR DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO	55
3.2 AS FEMINISTAS DA FBPF: QUADRO DE ASSOCIADAS E PEQUENAS BIOGRAFIAS	66
3.1.1 Carmen Velasco Portinho	72
3.1.2 Jerônima Mesquita	74
3.1.3 Ormindá Bastos.....	75
3.1.4 Natércia Da Silveira	76
3.1.5 Valentina Biosca.....	78
3.1.6 Ana De Castro Ozório.....	78
4 A FBPF NA PRÁTICA: ANÁLISE DAS SUAS ATIVIDADES ATRAVÉS DAS ATAS DO GRUPO E DISCURSOS SELECIONADOS	79
4.1 CARACTERÍSTICAS, PAUTAS, DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO E PARADOXOS	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO.....	111
ANEXO A	112

1 INTRODUÇÃO

Em outubro de 2015 a edição britânica da Revista Elle publicou a campanha *#Morewomen* que teve por objetivo celebrar mulheres contemporâneas em posições de poder na sociedade. O vídeo divulgado no YouTube é curto, tem apenas 45 segundos de duração e consiste em apresentar recortes fotográficos de mulheres em posições de destaque nas mais diferentes áreas incluindo o cenário político, midiático, cultural e de negócios.¹ Inicialmente, são expostas as fotos originais exibidas na mídia para que, logo em seguida, a mesma imagem seja confrontada com sua versão editada em que todos os homens são retirados da fotografia.

A alteração das imagens associada à oposição que se tem uma sobre a outra não nos revela nada de novo, tendo em vista que o problema da representatividade feminina já é de nosso conhecimento, mas escancara de maneira didática as consequências prejudiciais para as mulheres da divisão sexual em função do gênero na sociedade do século XXI. As imagens indicam o baixo número de mulheres que participam da esfera pública, assumindo funções de visibilidade e poder. Ao mesmo tempo demonstra como nos encontramos “isoladas” nesse cenário, sentimento também sinalizado com a proposta do vídeo.

Figura 1 - Campanha #MoreWomen



Fonte: ELLE UK (2015).

¹ Campanha *#MoreWomen*, para assistir o vídeo na íntegra: https://www.youtube.com/watch?v=GEKo22ryWxM&ab_channel=ELLEUK.

Figura 2 - Parlamento Inglês Campanha #MoreWomen



Fonte: ELLE UK (2015).

Na imagem observa-se o parlamento inglês, no qual a presença de mulheres é insignificante diante da quantidade de homens que compartilham daquelas mesmas cadeiras. O contraste das fotos expostas é particularmente interessante para esta pesquisa, pois além de tratar do tema sobre representatividade feminina, faz isso num ambiente extremamente relevante: o político. O que nos leva a refletir sobre esse espaço e a introdução da parcela feminina da população no mesmo, bem como sobre a relação histórica entre as mulheres e o exercício dos seus direitos políticos.

Afinal, porque continuamos sub representadas na política se constituímos 50% da população mundial? Quais são os mecanismos que dificultam nosso acesso a este espaço? Como essa trajetória se iniciou e por quem? São estes alguns dos questionamentos que despertaram interesse sobre o assunto. Esta pesquisa deriva da necessidade de compreender a fundo como se deu a conquista do voto feminino no Brasil, revisitando o contexto da época, expondo agentes relevantes e relacionando os principais argumentos sobre o tema.

O debate acerca da instauração do sufrágio feminino no Ocidente teve suas origens no XVIII com a eclosão da Revolução Francesa e repercussões do evento na elaboração dos direitos dos cidadãos. Contudo, mesmo pautados no famoso lema *liberté, égalité e fraternité*, a participação no sistema político do velho continente permaneceu restrita ao sexo masculino. E embora a convulsão dos ideais revolucionários também tivesse atingido as mulheres, seu protagonismo nesse

contexto foi contido. A igualdade seguiu como uma utopia para as revolucionárias: o exercício dos direitos políticos, por exemplo, veio ocorrer décadas depois, sobretudo no transcorrer do século XX.

No Brasil o voto feminino foi regulamentado em 1932, direito verificado na letra da lei a partir da Constituição de 1934. Anteriormente à data, apenas alguns Estados permitiam o alistamento de mulheres eleitoras, porém esta não era a realidade contemplada por todo país. A conquista do sufrágio feminino em sua plenitude foi resultado do debate persistente e ações incentivadas por movimentos feministas brasileiros e apoiadores, sujeitos históricos que antes mesmo da Constituição de 1891 haviam requerido este direito para todas as brasileiras.

Dentre as contribuições pode-se identificar a campanha sufragista empreitada pelo grupo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundado pela cientista Bertha Lutz no Rio de Janeiro em 1922 e presidido por diversas mulheres da elite carioca. Na primeira metade do século XX o grupo cresceu e atingiu significativa visibilidade, além da boa receptividade por parte da sociedade brasileira, mesmo inserido num contexto resistente e alheio à voz feminina. O voto feminino foi a principal bandeira defendida pela associação feminista, que construiu sua própria campanha de forma estratégica e tenaz.

Vale ressaltar que esta pesquisa dialoga com a concepção em que se considera como feminista toda atuação, seja ela individual ou coletiva, que luta contra preconceitos de gênero e ao mesmo tempo defende a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Como indicou Miguel e Biroli (2014, p. 13):

Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária de igualdade de talentos ou de valor entre homens e mulheres, nem a reivindicação política da extensão dos direitos individuais a toda espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. Assim, no mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa.

Comungando desse ponto de vista pode-se compreender como feminista a manifestação da FBPF, bem como de outras personalidades ou grupos anteriores a ela. Não é incorreto, inapropriado nem anacrônico a ideia de utilizar o termo para referir-se às atuações que antecedem o momento histórico em que a palavra “feminismo” e tudo o que ela significa, ganha repercussão. Mesmo no caso da

FBPF, avaliada por contemporâneos como grupo liberal em demasia e extremamente limitado, sobretudo se comparado as campanhas dirigidas na sequência da sua aparição, seria incompatível não tratar o grupo da forma como ele mesmo se reconhecia e dirigia ao público, uma associação declaradamente feminista.

Esta pesquisa tem por objetivo recuperar a história da FBPF, nos anos iniciais de sua atuação, especificamente dentro do recorte que vai de 1922 a 1929. A escolha temporal se justifica por ser o período escolhido aquele que precede a aprovação do voto em âmbito nacional² e também porque assim conseguiríamos avaliar a questão dentro do contexto compete a República Velha. Deseja-se investigar através da reunião bibliográfica sobre o tema e análise de fontes como o grupo desempenhou suas atividades em benefício da luta sufragista nacional e outras pautas, além de entender quem eram seus membros, quais eram seus principais métodos de atuação, estrutura, estratégias, dinâmicas de organização e etc.

Essa dissertação pretende refletir principalmente sobre a atuação do grupo levando em consideração todas as contradições que o mesmo possa apresentar. Por esse motivo a pesquisa desenvolvida concilia a revisão bibliográfica sobre o tema com análise documental a partir das fontes consultadas no acervo do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, coletado no Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Toda coleta material que compõe esta pesquisa foi realizada em viagem ao Arquivo Nacional (RJ), no mês de outubro, entre os dias 15/10/2017 a 20/10/2017, com o grupo de pesquisa “A mão visível do Estado: Política social comparada no Brasil, Argentina e Estados Unidos (1930-1955)”, coordenado pelo professor Dr. Francisco César Alves Ferraz. Os documentos escolhidos foram as atas de reuniões da diretoria da FBPF, cujos membros costumavam se reunir na capital carioca e dois pronunciamentos de Bertha Lutz.

O livro de atas analisado já havia sido digitalizado pelo Arquivo Nacional quando consultado, por esse motivo sua consulta se deu via internet e foi baixado mediante criação do cadastro de identificação no site da instituição. Nesse volume único, ao todo reúnem-se atas de 1922 a 1931, porém mantivemos nossa análise dentro do período de tempo que contempla o recorte citado. Para a realização dessa pesquisa foram lidas e exploradas 46 atas, que vão de agosto de 1922 a

² Lembrando que no âmbito estadual o voto já estava em vigor, por exemplo, no Rio Grande do Norte, que antecipou a aprovação da participação política das mulheres tendo aprovado o direito em 1927.

dezembro de 1929. Mediante a leitura foi possível separar as reuniões e seus principais trechos, transcritos por mim, numa planilha que se organizou por eixos temáticos ou *tags*³. Foram elaboradas, ao todo, sete *tags* sendo elas: características, pautas, dinâmica de organização, curiosidade, resultados, contexto e táticas. Desse modo conseguimos observar com precisão os temas mais frequentes registrados pelo grupo. A leitura e transcrição das atas foi o período mais lento e difícil de elaboração da dissertação porque como se pode deduzir, suas folhas, apesar de digitalizadas, reproduziam as rasuras, manchas e etc do documento original. Em alguns casos as letras das secretárias também se tornaram problemáticas na compreensão do texto, o tornando ilegível⁴, mas o desafio foi superado.

Complementamos essa análise com a utilização de dois pronunciamentos de Bertha Lutz. Ambos os discursos foram coletados no mesmo fundo, porém tais documentos encontravam-se ainda em versão física, assim como diversos outros que foram digitalizados por nosso grupo de pesquisa. Não existem nesses discursos as datas precisas em que foram apresentados, temos apenas as informações de que um deles foi proferido na Convenção Bienal organizada pela FBPF em 1930, mas com o intuito de exibir os principais resultados de campanha desenvolvida pelo grupo dentro do período de 1928-1929, e o outro texto apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Agricultura e Pecuária, realizado em 1922 no Rio de Janeiro.

Todo trabalho que envolveu a separação e digitalização dos documentos que obtivemos acesso no Arquivo Nacional não foi fácil, lidamos durante a viagem com muitas intempéries relacionadas a atividade do pesquisador(a) no Brasil. A principal delas foi a determinação de duas horas, apenas, para separação, leitura e digitalização das fontes físicas do fundo- que era inúmeras. O tempo era reduzido e nossa estadia no Rio de Janeiro também, por esse motivo como estratégia todo o grupo de pesquisa se reuniu numa força tarefa com o intuito de digitalizar/fotografar a maior quantidade possível de documentos que nos foram disponibilizados. Aliás, é importante mencionar que grande parte do acervo não nos foi liberada, por questões desconhecidas e internas da instituição, muitos documentos

³ Em português, etiquetas ou rótulos.

⁴ Como estratégia para facilitar a leitura das atas, com programa de edição de fotos aumentei o contraste do documento e, em alguns casos, utilizei marcação de cor para deixar o fundo mais escuro e a letra “marcada” o que em algumas situações melhorou a minha visualização e interpretação do texto.

estavam restritos a consulta pública e sequer haviam sido digitalizados pela equipe do Arquivo Nacional.

A pesquisa foi estruturada em três capítulos. O primeiro foi elaborado com o objetivo de retomar e avaliar manifestações femininas e feministas defensoras do sufrágio no Brasil, sobretudo aquelas anteriores à atuação de Bertha Lutz e da FBPF (objeto do nosso estudo), manifestas durante os anos de 1700 e 1800. A análise destas representações confirma que já no entre séculos o voto e outros direitos femininos eram requisitados pelas mulheres. Destacou-se também a relação desse movimento com as letras, pois os principais campos explorados por tais feministas eram no âmbito educacional, incluindo o campo da literatura e da imprensa feminina. O capítulo também se propõe a discutir o silenciamento dessas trajetórias na história em geral e a problemática em torno desse fato. E por fim apresenta o estado da arte sobre o tema, que envolve a apresentação de conceitos como “feminismo bem comportado” (PINTO, 2003), “feminismo tático” (SOIHET, 2000) e “feminismo possível” (LUCA, 1999).

No segundo capítulo inicia-se a exposição da trajetória da FBPF. Nele enfatizamos todas as suas principais características desde a fundação do grupo. Com isso foi possível acompanhar sua própria evolução. Relacionamos sua história com uma pequena apresentação biográfica de Bertha Lutz, então fundadora e presidente do grupo durante todo o recorte temporal que abrange essa pesquisa. Além dela, também foram expostas breves biografias de outras associadas que se encontravam presentes nas reuniões da direção, sendo elas: Carmen Velasco Portinho, Jerônima Mesquita, Orminda Bastos, Natércia da Silveira, Valentina Biosca e Ana de Castro Osório. Vale ressaltar que tais exposições se fizeram necessárias para que pudéssemos avaliar melhor o “perfil” das associadas à direção da FBPF: todos os nomes foram selecionados mediante apresentação do quadro com a indicação de cada filiada por ano.

No terceiro e último capítulo reúne-se toda a análise documental proposta para a dissertação. Nele relacionamos a bibliografia existente sobre o tema com os documentos selecionados a fim de identificar as principais características da FBPF. Por meio dessa análise completamos o objetivo da dissertação que é o de conhecer a fundo a estrutura do grupo, sua dinâmica de organização e conseqüentemente como atuou dentro desse período de tempo- decisões e planejamentos não só em torno da questão do voto, mas de outras pautas como, por

exemplo, a educação feminina. Mediante as avaliações em torno das atas da direção do grupo e dos dois discursos citados, além de contribuir com essas pesquisas, também nos propomos a identificar os paradoxos feministas (VASQUEZ, 2014) ligados ao grupo, traço comum não apenas das feministas brasileiras, mas de outros movimentos que coexistiram nos séculos XIX e XX.

O trabalho aqui desenvolvido insere-se num campo reconhecido para a historiografia e ciências humanas em geral, cujo impacto se faz presente dentro da academia e fora dela: os estudos de gênero. Aliado ao despertar do movimento feminista, esta perspectiva colabora de forma positiva para a investigação e questionamento das estruturas de poder que também se baseiam sobre a constante das diferenças de gênero. Por séculos essa perspectiva esteve ausente do quadro das correntes teóricas e metodológicas, mas a situação se reverteu e a partir do século XX visualizamos o avanço significativo e abertura de espaço para discussões sobre o tema.

Com a historiografia não foi diferente, desde essa integração conquistada mulheres passaram a se reconhecer não apenas como produto, mas também enquanto produtoras da história. Partir, em especial, desse ponto de vista significa propor outra leitura de mundo e ressignificar as relações sociais, de poder, conceitos, abordagens, teorias etc. Como bem coloca Joan Scott (1995, p. 73):

Nós estamos aprendendo", escreviam três historiadoras feministas "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história.

A estrutura social marcada pelo gênero é responsável por hierarquizar e fixar diferenças em nossa sociedade. No campo político essa situação se repete, embora saibamos dos avanços conquistados a longo prazo ainda lidamos com barreiras representativas, preconceitos dos mais variados níveis e tipos, falta de oportunidades e políticas públicas voltadas para o sexo feminino. Estas discussões são extremamente contemporâneas e isso é o que torna tal pesquisa relevante, a partir dela examinamos o passado do movimento sufragista brasileiro, pouco conhecido entre a população civil. Em geral abordamos a constituição da relação

entre mulheres e direitos políticos, além de demonstrar como ela é frágil e inconstante. Afinal, até hoje convivemos com o risco de ter nossas atividades políticas revistas e descredibilizadas.

2 VANGUARDA FEMINISTA: CONHECENDO O MOVIMENTO FEMININO BRASILEIRO DO ENTRE SÉCULOS

Certa vez, em meio a reflexões sobre a condição social das mulheres ao longo das décadas, Virginia Woolf (1985, p. 62) escreveu que “por muito tempo na história, ‘anônimo’ era uma mulher”. A notável frase abre espaço para o debate acerca do papel das mulheres na história fosse ele adquirido, imposto ou negado e mais do que isso nos faz repensar a ausência delas nas produções historiográficas, ausência esta que não se limita ao sexo feminino, mas que o inclui, ele e outros grupos sociais. Desconhecidas por séculos nas produções, o anonimato das mulheres pontuado por Virginia Woolf pode facilmente ser identificado na história de nosso próprio país.

Embora a conjuntura tenha se transformado positivamente a partir da segunda metade do século XX, aprender sobre história foi (ou continua sendo?) quase sempre, aprender sobre a trajetória de grandes líderes, personalidades influentes e seus feitos esplêndidos em meio a datas e eventos desconexos, que sequer fazem sentido para quem aprende. Como mencionado, em meio a passos largos as mulheres tomaram as rédeas de suas próprias histórias e assim reivindicaram sua condição enquanto produto e produtoras dessa ciência. Entretanto, ainda lidamos com resquícios desse anonimato.

De acordo com Michelle Perrot (2005), sobre este debate dois aspectos merecem atenção, pois contribuíram diretamente com a problemática posição das mulheres na história. O primeiro deles são as fontes historiográficas, pois estiveram associadas à visão de uma história tradicional, que por essência buscava compor suas pesquisas em arquivos públicos oficiais, cujos registros resguardam principalmente a história dos homens, os únicos que possuíam permissão para frequentar livremente diferentes locais, agir, falar e assumir posições de poder. A existência ou, ao contrário, a inexistência de fontes de/sobre mulheres é um ponto chave para se refletir sobre o silenciamento enfatizado pela historiadora.

O segundo aspecto destacado pela autora é o olhar historiográfico do(a) pesquisador(a), afinal o desenvolvimento de qualquer estudo depende disso, da sua curiosidade e busca insaciável. O silêncio na história sobre mulheres também se relaciona a este aspecto e, ainda de acordo com Michelle Perrot (2005, p. 14):

É o olhar que faz a história. No coração de qualquer relato histórico há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente. Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades.

Estes são alguns dos motivos pelo qual estudar história das mulheres durante os séculos XVIII, XIX e XX é desafiador e ao mesmo tempo indispensável. Quem eram elas? Por onde estiveram? Como agiram? São várias as perguntas que surgem sobre o tema e que pesquisas seguem tentando responder. Em parte, estes são questionamentos que também pretendemos sanar durante o desenvolvimento dessas páginas. Contudo, acredita-se que para compreender mais do movimento sufragista brasileiro característico dos anos de 1920 e representado por mulheres da FBPF, precisamos retomar os primórdios dessas manifestações, anteriores à campanha delas.

As contribuições das mulheres antecessoras ao século XX foram extremamente positivas e abriram o debate para causas que, no mais tardar, ganharam espaço no debate civil, como é o caso do voto feminino. A história das mulheres vem sendo reformulada a partir de produções historiográficas preocupadas em conter o que se considera nas palavras de Laila Correa (2018, p. 115) “um movimento de interdição da história das mulheres”. Este último, causado justamente pelo obscurantismo do esquecimento, tem em sua essência o que a autora coloca como um caráter político⁵.

Desde o período colonial, até a transformação do país como sede da Corte Portuguesa e sua posterior independência, as mulheres brasileiras presenciaram as transformações ocasionadas por diferentes contextos políticos e econômicos. Tantas mudanças consequentemente interferiram no seu cotidiano, na constituição de suas relações sociais e condutas, até aquele momento interpretadas como normativas. Inicialmente interessa-nos pontuar que, embora tratemos dessa categoria de gênero, compreendemos que ela não é, nem nunca foi uniforme ou coesa. Mulheres, no plural, atingem aqui toda potencialidade para expressar a

⁵ A autora em seu artigo ressalta que o esquecimento de trajetórias anteriores a Bertha Lutz é tão relevantes quanto ela, por exemplo, não se dá apenas ao fato de que se tratavam de mulheres geralmente marginalizadas na história, mas principalmente por terem atuado assiduamente em suas décadas. Assuntos como educação, direitos civis e políticos das mulheres, vinculados unicamente ao século XX e as campanhas de cunho associativo já eram debatidas com considerável antecedência por outras brasileiras.

multiplicidade do termo, possível de se identificar também durante as décadas tratadas neste capítulo.

Ao retomarmos brevemente este percurso feminista, se faz necessário enfatizar as diferenças ocasionadas por conceitos de raça e classe internas à população feminina do Brasil. Durante o período colonial, por exemplo, havia mulheres pertencentes à elite rural, geralmente retratadas como naturais ao ambiente privado, reclusas às paredes de suas casas e avessas ao mundo do trabalho. Elas eram as mães, esposas e “senhorinhas” das grandes fazendas. Em contrapartida, como destaca June Hahner (2003), o estereótipo feminino se transforma quando deslocado o olhar para outros estratos sociais. As mulheres pobres frequentadoras das ruas, desde muito cedo se ocupavam de serviços com o objetivo de ganhar renda extra, haviam ainda as escravas que, diferentes das mulheres livres, não possuíam renda, morada e estavam sujeitas à sorte de seus donos.

Para Nunes (2017) a obra *Úrsula*, escrita por Maria Firmina dos Reis, conseguiu expressar em suas páginas a dinâmica e injustiças da sociedade escravocrata brasileira⁶. A construção das figuras femininas evidencia tais diferenças quando comparadas umas às outras. *Úrsula*, personagem que dá nome ao livro, era uma moça de família com relativo poder aquisitivo, que mal saía das redondezas da fazenda em que morava e tinha como marca pessoal sua fragilidade, inocência e doçura. Já D. Susana, preta, escravizada e separada de sua família, vivia uma realidade bem diferente, marcada pela violência. Maria Firmina dos Reis retratou por meio dessa mulher, de maneira realística, os sofrimentos das condições subumanas da população negra, bem como as barbáries ocorridas em meio a esta estrutura cruel que perdurou por séculos no Brasil.

As primeiras manifestações femininas em prol dos direitos das mulheres começaram a se articular já nesse período nas principais capitais do país, conforme mudanças que davam os sinais da vida urbana que estava prestes a se formar. Estas manifestações ocorriam mais de forma individualizada no qual algumas poucas mulheres, influenciadas pelo contexto europeu, passariam a adotar novos

⁶ *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis, é considerado um dos primeiros romances abolicionistas brasileiros de autoria feminina. Publicado no ano de 1858, o livro se destaca por trazer à tona a perspectiva do negro durante o período escravocrata no país, problematizando assim as relações sociais da época. Embora seja considerada leitura essencial entre especialistas da literatura brasileira e mesmo dialogando com raízes dos problemas sociais contemporâneos, a exemplo do racismo, o livro é pouco conhecido entre a população.

costumes como realizar mais passeios, visitar o comércio, frequentar os modistas e sobretudo buscar formação educacional apropriada. Novamente, salienta-se que esta realidade estava associada a porção de mulheres da elite, pois favorecidas de seu meio social e em determinados casos, recebendo incentivo da própria família, incitaram a busca constante por um novo tipo de consciência feminina.

O empenho por melhores condições na educação feminina foi o pontapé que fomentou à época o debate sobre a precária e inferiorizada conjuntura das mulheres na sociedade entre os séculos XIX e XX. A educação em si já era considerada “um artigo de luxo”, pois poucos tinham acesso a ela, dentre estes poucos, ainda menor era a quantidade de crianças e adolescentes do sexo feminino, livres, com relativo nível de escolaridade. Constância Lima Duarte (2017, p. 101), expõe que:

O Censo Demográfico de 1872 (IBGE), o primeiro realizado no país, contém dados interessantes. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta; e apenas 19,85% dentre os homens e 11,5% dentre as mulheres eram alfabetizados. Dentre os escravos, menos de 1% sabia ler, e a maioria residia na Corte.

Os dados acima são significativos, pois numa sociedade hierarquizada e com poucas chances de mobilidade social, a educação significava muito, quase tudo. Era ela a via de acesso que abria espaço para novas possibilidades e melhores condições de vida entre as mulheres. Além disso, conforme destaca June Hahner (2003, p. 56):

A leitura e escrita, além de possibilitarem o aprendizado de novos tipos de habilidade, produzem mudanças no comportamento tradicional. Facilitando a ampliação de uma rede de comunicações originariamente restrita, podem estimular o melhor julgamento de uma opinião local, porque permite o acesso a outros pontos de vista. Para as mulheres a redução da disparidade nos índices de alfabetização entre homens e mulheres tem, por certo, tremendas implicações, ajudando-as a entrar num mundo mais vasto.

Desse modo é relativamente fácil compreender a importância dada à educação nos primórdios do que podemos classificar como manifestações feministas no Brasil. Ela proporciona, para época, a oportunidade de ascensão social e também promovia a tomada de consciência até então negada, cujo resultado viria a ser a emancipação cultural das mulheres e do seu pensamento crítico. Educar-se, mais do que adentrar os espaços físicos das escolas, era o meio para tomar posse de signos

e significados proibidos. O conhecimento era o mecanismo para o questionar, refletir e insubordinar às normas políticas e sociais.

A realidade do sistema educacional brasileiro além de precário, quando analisado a partir da categoria de gênero, se mostrava ainda mais inacessível e de baixa qualidade. As diferenças entre a educação feminina e masculina se faziam evidentes: geralmente os rapazes eram incentivados a frequentar escolas, já as meninas abandonavam suas aulas para assumirem funções domésticas e matrimoniais. Além disso, o aprendizado feminino estava atrelado a educação e preparação da mulher para o ambiente doméstico, ao contrário dos meninos que recebiam aulas de aritmética, idiomas, literatura etc. Sobre o formato da educação feminina, June Hahner escreve (2003, p. 76), que:

A primeira Legislação referente à educação feminina surgiu em 1827, mas a lei admitia meninas somente na escola elementar, não nas instituições de ensino superior. A ênfase permanecia na costura, não na escrita. Mesmo a aritmética exigida nas escolas femininas era inferior à ensinada aos meninos. A lei ordenava, e os pais desejavam, que as escolas femininas enfatizassem as prendas domésticas, jamais ensinadas aos meninos.

O sistema de ensino, portanto, reforçava a ideia de dois mundos totalmente distintos, reproduzida também nas doutrinas religiosas, postulados médicos, legislação etc. A dicotomia entre masculino e feminino, público e privado, cultura e natureza marcou o século XIX e auxiliou na manutenção do poder dos homens em detrimento das mulheres. Conforme pontua Michelle Perrot (2005, p. 269), essa filosofia era fraca e basicamente acreditava em:

[...] duas espécies dotadas de qualidades diferentes e de aptidões particulares. Os homens estão do lado da razão e da inteligência que fundam a cultura; a eles cabe a decisão, a ação e, conseqüentemente, a esfera pública. As mulheres se enraízam na Natureza; elas têm o coração, a sensibilidade, a fraqueza também. A sombra da casa lhes pertence. É o que dizem- à maneira dos Antigos- os maiores- Hegel, Fichte, ou Comte- e, num tom mais alto, o coro barulhento dos epígonos. Marca de um século 19 muito medicalizado: a referência ao biológico. As mulheres são doentes em seus corpos, em sua matriz, em seu cérebro, cuja própria estrutura as exclui da criação.

A emancipação intelectual das mulheres certamente possuía mais opositores que defensores da causa. E mesmo entre posicionamentos progressistas, a educação feminina quando defendida justificava-se com base na lógica sexista exposta acima. O magistério, por exemplo, foi incentivado entre as jovens por ser

considerada profissão que se estendia às funções naturais da mulher. Ademais, instruídas as mulheres poderiam contribuir diretamente na educação de seus próprios filhos que no futuro iriam compor a nação brasileira. Nota-se que as causas femininas eram exploradas até determinado ponto, de forma “superficial” e não para incentivar mulheres a almejem novos objetivos profissionais e de vida, ou para provocar sua independência. Ressalta-se que apesar das limitações derivadas dessa lógica estruturante da sociedade, as mulheres não eram totalmente isentas de poder. Nesse sentido exige-se cuidado com interpretações que desconsiderem este aspecto, pois mesmo convivendo dentro dessa estrutura restritiva muitas mulheres conseguiam criar situações em que exerciam formas de contra poder viáveis.

Embora estudos cometam o erro de tomar as mulheres do passado como apáticas nas suas relações políticas e sociais, nesse trabalho reforçamos o contrário. Sob outro ponto de vista, interpretamos que de formas diferenciadas e condizentes com sua época as mulheres conseguiram transcender estas relações. Apesar das barreiras, algumas personalidades romperam com os padrões vigentes e se firmaram profissionalmente através da educação e defendendo este direito para outras.

Como exemplo podemos citar a vida e obra de Nísia Floresta, nascida em 1810 no município de Papary, localizado no Rio Grande do Norte. A educadora morou em diferentes cidades, incluindo o Rio de Janeiro, mas faleceu em Rouen na França no ano de 1885. Assim como acontecia com outras garotas, seu primeiro casamento ocorreu quando ela era apenas uma criança, aos treze anos de idade, mas o matrimônio não se estendeu por tanto tempo porque, por insatisfações pessoais, foi desfeito.

Posteriormente, quando ainda morava em Olinda, passou a viver com Manuel Augusto de Faria Rocha e com ele teve seus dois filhos. Nísia Floresta, que na verdade se chamava Dionísia de Faria Rocha, era de família abastada financeiramente e foram eles os grandes incentivadores de sua formação educacional. Quando adulta ela passou a publicar textos na imprensa nacional, mas para isso utilizou o pseudônimo que conhecemos hoje, tendo em vista a condição incomum de mulheres como escritoras e o enorme estigma gerado em torno delas.

Seu primeiro livro foi publicado em 1832, intitulado “Direito das mulheres, injustiça dos homens”, a obra foi considerada por alguns pesquisadores tradução livre da importante publicação de Mary Wollstonecraft *Vindications of the*

*rights of woman*⁷. No livro da brasileira discute-se os diversos aspectos que levam a sociedade a crer no direito natural de superioridade masculina para o exercício de diferentes atividades, incluindo a participação das mulheres na ciência, capacidade de ensinar e ocupação de cargos públicos (MARGUTTI, 2019).

No capítulo V “Se as mulheres são naturalmente capazes de ensinar as ciências ou não” questiona-se, por exemplo, a dita incapacidade feminina para o exercício dessa função, sobretudo porque as mulheres apresentavam uma boa retórica e igualmente outras qualidades para exercer o ensino. Mônica Karawejczyk (2010) destacou que, para Nísia Floresta, as diferenças educacionais eram as principais causadoras da dependência feminina e da sua condição de inferioridade. Da sua luta, resultou-se a fundação do Colégio Augusto, dedicado à educação das meninas na capital carioca, que sob perspectiva mais reformista, ganhou reconhecimento pela notória qualidade de ensino do mesmo.

As reivindicações em torno da educação das mulheres acabavam por abordar a impossibilitada adesão da parcela feminina nas universidades brasileiras, por muitos anos restritas apenas à presença masculina. A posse de títulos do ensino superior, principalmente das profissões de prestígio social como medicina e direito não aceitavam mulheres em seus respectivos programas. As Universidades brasileiras passaram a aceitar mulheres no ano de 1879, com o estabelecimento do decreto de N° 7.247 conhecido por Reforma Leôncio de Carvalho.

Contudo, a aprovação da participação feminina no sistema de Ensino Superior não significou na prática que ela fosse garantia de todas. Seguir carreira acadêmica era um prestígio que poucas e bem afortunadas mulheres poderiam ter. Além disso, o estigma social em torno daquelas que optaram por este segmento em suas vidas era enorme, sem contar que o incentivo educacional recebido entre mulheres era extremamente baixo, como June Hahner comenta em seu livro (2003) para alcançar a etapa do Ensino Superior estas mulheres deveriam antes cursar o Ensino Secundário, igualmente restrito e inacessível à população feminina. Assim

⁷ Notou-se que diferentes autores, incluindo a historiadora Constância Lima Duarte, abordaram o livro como sendo uma tradução da obra da inglesa Mary Wollstonecraft, entretanto estudos mais recentes indicam que o livro se trata na verdade de tradução de outro texto nomeado por *Les droits des femmes et l'injustice des hommes*. A tradução baseou-se na versão em inglês do texto, escrito por outra mulher sob pseudônimo de Sophia. Portanto existem controvérsias a respeito da origem do livro, que chegam a apontar a tradução da obra de Mary Wollstonecraft como engano.

poucas atingiam o objetivo inicial de obter um diploma e trabalhar numa profissão renomada.

Registros indicam que a primeira mulher brasileira a se formar num curso superior foi Maria Augusta Generosa Estrela, em 1882. Ela concluiu seus estudos em medicina nos Estados Unidos no conceituado *New York Medical College and Hospital for Women*. Parte dos gastos de seus estudos foram financiados por familiares, amigos e até mesmo pela Corte Brasileira. Enquanto se manteve por lá, outra brasileira enviada pela própria família uniu-se a Maria Estrela em busca do diploma em Medicina, era Josefa Agueda Felisbela Mercedes de Oliveira. June Hahner enfatiza que juntas elas fundaram o jornal (2003, p. 142) “*A mulher*, destinado a convencer as leitoras brasileiras de suas capacidades latentes” incentivando outras companheiras a se arrisquem nas ciências e nos estudos, para o qual estariam totalmente aptas.

A história do movimento feminista pode ser compreendida através das suas três grandes ondas e a primeira delas abrange o contexto histórico do qual esta pesquisa se utiliza. Nessa fase o feminismo preocupava-se com a melhoria do sistema político, econômico, educacional e cultural da mulher. Em resumo, conseguiram criar para manifestações posteriores os primórdios do que chamamos de “linguagem feminista”. Foi característico desse momento a sólida e evidente ligação entre feministas e o universo das letras, a educação igualitária em conjunto com a busca pela emancipação cultural das mulheres são pontos que reafirmam essa ligação.

Cabe destacar o papel que a escrita literária e crítica ocupou neste cenário. A imprensa, principal veículo de informação das cidades do século XIX e XX, foi entre outros um dos espaços a ser ocupado por mulheres e também utilizada como significativo instrumento de campanha, páginas de revistas e jornais viabilizaram com eficácia a difusão dos ideais feministas. Sem dúvidas a utilização da imprensa se caracterizou como vantajosa para todos aqueles defensores dos direitos das mulheres, mas como já pontuado, o proveito de recursos textuais não conseguiu atingir, igualmente, camadas pertencentes à base da pirâmide social no país. A pobreza alinhada ao analfabetismo manteve enorme parcela de mulheres desintegradas dessa luta, das quais as práticas direcionavam-se para público feminino mais específico, possivelmente, advindo da elite. Até hoje é inegável o potencial da imprensa enquanto formadora de opinião e reprodutora das expressões sociais, mas naquele contexto não podemos deixar de nos questionar, quem tinha acesso a ela?

Apesar dos problemas ligados às classes sociais, Constância Lima Duarte (2017, p. 98) destaca que “[...] mais do que os livros, foram os jornais os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência”. Com o passar dos anos esta mesma imprensa pode se beneficiar das mulheres que, anteriormente, reivindicaram para si novas condições de educação. Os periódicos, mesmo pequenos e com baixos índices de financiamento- razão do pouco tempo que permaneciam sob circulação-, tornaram-se cada vez mais frequentes.

Produzidos por mulheres e destinados às mulheres, a imprensa feminina incentivou o diálogo com o público e centralizou em suas páginas temas frequentes e relevantes para elas. Portanto contribuíram diretamente para a tomada de consciência feminina, que dali alguns anos reivindicaria com mais vigor direitos políticos e sociais. Alguns títulos merecem destaque, sendo o primeiro deles a revista literária *Jornal das Senhoras*. De acordo com Kroetz (2015, p. 125):

Essa revista foi fundada em 1º de janeiro de 1852, pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, no Rio de Janeiro. Esse periódico circulava aos domingos e possuía seções, como moda, literatura, belas artes, teatro e crítica. Nas suas oito páginas com duas colunas, o público feminino podia encontrar, por exemplo, cartas, versos e traduções de artigos e narrativas ficcionais.

Inspirada nas experiências internacionais, a fundadora do periódico tinha por objetivo contribuir para a emancipação das mulheres, buscando maior colaboração feminina na imprensa (KROETZ, 2015)⁸. Vale destacar que *o Jornal das Senhoras*, assim como outros periódicos, continha narrativas que refletiam posicionamentos da época. Pautas relacionadas à emancipação moral e intelectual da mulher, por exemplo, eram abordadas não com o objetivo de incentivar o abandono das funções naturais femininas, mas de aprimorar sua inteligência e garantir durante o exercício da maternidade, filhos bem-educados e instruídos.

Posteriormente, no dia 07 de setembro de 1873, na cidade de Campanha (MG), publicava-se o periódico *O Sexo Feminino*, organizado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e colaboradoras da elite mineira. Para Nascimento e Oliveira (2006, p.434) o jornal de tiragem semanal:

⁸ O *Jornal das Senhoras* tinha perfil colaborativo e aceitava artigos de suas próprias leitoras, inclusive respeitando o anonimato de suas colaboradoras quando solicitado, tendo em vista que a iniciativa destas mulheres era reprimida por grande parte da sociedade.

[...] defendia o desenvolvimento da mulher como importante agente civilizatório, tendo no seio familiar seu principal espaço de intervenção social, na condição de esposa e mãe, *O Sexo Feminino* defendia o desenvolvimento integral das potencialidades da mulher, dentro e fora de casa, além de conhecimentos, maior participação nas questões de campo social, assim como a garantia de direitos na esfera política.

Ainda de acordo com os autores, nesse período o jornal não se manifestava abertamente sobre questões políticas da época, sendo essa uma das características que marca, de forma estratégica, o cuidado de seus contribuintes com as reações sociais sobre seus trabalhos. Entretanto havia ressalvas, ainda mais quando se tratava do sufrágio feminino. Este tema foi explorado com maior vigor pela editora, principalmente nas tiragens do jornal denominado depois da Proclamação da República como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

Por último, vale ressaltar as contribuições de Josephina Alvares de Azevedo com o periódico *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe de família*, fundado em São Paulo⁹ (KARAWEJCZYK, 2013). De periodicidade semanal, em formato de revista, o jornal possuía cerca de oito páginas por edição. Contudo o periódico passou por certas transformações, como a alteração da sua sede para o Rio de Janeiro que conseqüentemente promoveu maior fluxo de tiragens, tendo em vista a ampla divulgação adquirida na capital. Seu nome também mudou, definido simplesmente como *A Família* após a Proclamação da República.

As agitações provocadas pelo cenário político interno naquele contexto serviram como plano de fundo para o aumento na discussão da questão do voto feminino, inclusive nas páginas de *A família*, que a partir de então adotou caráter panfletário em favor das mulheres brasileiras e seus direitos. Laila Correa (2018, p. 118), aponta que o periódico serviu como “[...] um espaço público para a escrita feminina”, além de realizar a promoção e defesa dos direitos das mulheres.

Durante o período de discussão parlamentar para a elaboração da Constituição de 1891 o jornal teve voz favorável e ativa em prol do sufrágio feminino. Sabemos que ao longo dos anos, mesmo após a instauração do governo Republicano, o voto não havia se tornado um direito comum entre os brasileiros, excluindo além de

⁹ No caso dessa escritora sua contribuição foi além da organização do periódico “A família”. Foi ela a responsável pela criação e execução da peça intitulada “O voto feminino” apresentada em 26 de maio de 1890 no Teatro Recreio Dramático do Rio de Janeiro. A peça cujo tema central era o sufrágio feminino contestava diretamente a proibição da mulher na participação do sistema político da época.

outros grupos as mulheres. E esta situação foi acertadamente criticada por Josephina Azevedo, que jamais deixou a pauta em segundo plano e foi além, pois ainda segundo Laila Correa, a escritora questionava (2018, p. 128):

[...] suas leitoras se não era ultrajante o fato de estarem, equiparadas na lei, a menores interditos: Se não era humilhante, quando da assinatura do contrato de casamento, jurar obediência ao homem que seria seu esposo? Evidentemente, o problema que se mostrava à época não se restringia apenas ao direito de voto para as mulheres, pois a representação política era uma das facetas da emancipação social, política e jurídica da mulher brasileira.

Nota-se que estas observações tocam em questões caras à sociedade tradicional brasileira. Criticava-se o modo como as moças eram educadas e depois, quando casadas, os moldes do ambiente privado. No lar estavam sob o domínio do pátrio poder do marido, impedidas de alçarem novas carreiras e de exercerem direitos comuns à liberdade de qualquer cidadão. Josephina Alvares de Azevedo, assim como outras personalidades aqui citadas avaliavam a dura e limitada situação da mulher e buscavam por mudanças, cada uma com seus recursos, discutindo previamente temas importantes durante o entre séculos.

Os preconceitos de gênero eram reproduzidos e refletiam diretamente na conduta social dos brasileiros. A naturalização de categorias como homem/masculino versus mulher/feminina, pré-determinadas, conduziam os caminhos que poderiam ser múltiplos e não binários. Distanciar-se dessa visão de mundo significava basicamente sofrer com hostilidades ou até mesmo punições. Nesta lógica a desvalorização da mulher é evidente se comparada com o homem, mas o que poderia explicar essa disparidade?

De acordo com Sherry Ortner (1979) apenas o determinismo biológico não é suficiente para dar conta da situação. Tal aspecto tem sua relevância, pois coloca que geneticamente os machos são superiores às fêmeas em suas condições físicas e mentais, sendo esta carência fator primordial para subordinação feminina. Entretanto esta explicação se torna simplista, pois tais características de acordo com a autora (1979, p. 99) “somente adquirem significado de superior/inferior dentro da estrutura de sistemas de valores culturalmente definidos”.

A situação coadjuvante da mulher ganha sentido quando se compreende que, nesta estrutura de valores, ela é identificada enquanto ser que tenciona para a natureza seja por conta do corpo, função natural ou da psique. O

homem, ao contrário, é aquele que tenciona a cultura, pois conseguiu transcender sua própria natureza. Vale ressaltar que sendo a cultura supervalorizada em detrimento da natureza, é justamente por este aspecto de transcendência que os homens são considerados superiores às mulheres¹⁰.

E no caso das mulheres aqui citadas, não se tratava apenas da privação à esfera pública, mas igualmente das dificuldades enfrentadas quando rompiam com essa determinação. O ambiente público em suma foi planejado e frequentado por homens, logo reforçava o ponto de vista masculino. A legislação brasileira, por exemplo, era a prova prática dessa imposição, justamente por não proporcionar às mulheres nenhum tipo de respaldo e garantia. A este respeito Michelle Perrot muito bem coloca (2005, p 307):

Obra de parlamentos que emanam unicamente do sufrágio masculino, a lei é, então, a expressão sem partilha de um poder patriarcal que regulamenta a relação entre os sexos de uma maneira que não se poderia chamar de “a seu bel prazer” - ela obedece, ao contrário, a uma lógica forte- mas que parece, às vezes, ser arbitrária.

A não participação política da mulher era confortável para a manutenção do poder exclusivamente masculino. Entretanto esta tornou-se uma causa importante para elas, pois entendia-se que a abertura no campo político era a grande chance para maior representatividade de seus interesses. Adentrar as câmaras, colaborar diretamente na elaboração de leis e votar em candidatos que levassem em consideração suas necessidades significava mudanças positivas. Tais anseios se inflaram, sobretudo após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

A vida política nas grandes capitais ganhou mais agitação e flexibilidade. As novas concepções republicanas fomentaram a reivindicação das mulheres sobre seus próprios direitos. Contudo o pensamento positivista que dominou o círculo republicano também incorporou a visão da mulher pura, dócil, mãe e dona de casa. Justificava-se o injustificável quando diziam que as mulheres não estavam aptas a votar, pois não possuíam plena capacidade para seu exercício, além disso eram consideradas fracas e altamente influenciáveis - traços prejudiciais para o

¹⁰ O problema dessa concepção são os limites que ela impõe aos sujeitos ali inseridos. O dualismo destas categorias assim compreendidas fixa lugares e limita a capacidade da mulher como ser cultural, na qual analiticamente ela encontra-se em igualdade com o homem.

desempenho na vida política. Como exemplo desse tipo de crítica podemos citar o caso da Princesa Isabel, que foi uma das poucas mulheres a ocupar posição de notoriedade política no país. A este respeito, June Hahner pontua que (2003, p. 158),⁹⁸

[...] boa parte da crítica e da oposição republicana à monarquia, durante os anos de declínio do Império, centrara-se em Isabel e sua suposta fraqueza feminina, argumentando que, de um lado, por ser excessivamente religiosa ou ser assim considerada, ficava exposta à influência do clero; e de outro, por força dos votos matrimoniais, ficava submissa aos desígnios do marido [...]

A situação adversa não impediu insistentes mulheres de tentarem sua inscrição para votar nas eleições que se aproximavam, porém todos os pedidos foram negados. A resistência para a aprovação do voto feminino permanecia entre a sociedade ecoando nas discussões parlamentares e serão estas discussões que se relacionam a Constituição de 1891 que iremos retomar nas próximas páginas.

2.1 O VOTO NÃO É COISA DE MULHER? DEBATE SOBRE O SUFRÁGIO FEMININO NA CONSTITUINTE DE 1891

Historicamente o Brasil configurou-se numa estrutura problemática para o exercício da cidadania que, de acordo com José Murilo de Carvalho (2002), baseado na teoria elaborada por T. A. Marshall, é composta por direitos civis, políticos e sociais. Sucintamente, podemos dizer que o primeiro se refere à direitos fundamentais como liberdade e igualdade. O segundo relaciona-se fundamentalmente ao direito de votar e ser votado, mediante organização de partidos, por exemplo. E o terceiro baseia-se na ideia de justiça social, que compreende o direito à educação, trabalho, saúde, segurança e aposentadoria.

O exercício pleno da cidadania costuma ser mais complexo do que estamos habituados a pensar. Segundo José Murilo de Carvalho (2002), quando analisado o processo evolutivo da cidadania, logo compreende-se que a garantia de determinados direitos não implica necessariamente na asseguaração de outros. E tendo o Brasil do século XIX como conjuntura notou-se, por exemplo, que mesmo o cidadão livre em alguns casos, apoiado nos seus direitos civis, não tinha acesso aos direitos políticos, restritos à uma pequena parcela da sociedade. Esta situação

aplicava-se à mulher brasileira, mesmo que não somente a ela durante o período conhecido por Primeira República ou República Velha (1889-1930).

O início desse período foi marcado pela elaboração da nova Carta Constitucional que

[...] caracterizou-se pela defesa do federalismo, do presidencialismo, da instituição dos três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), da separação entre a Igreja e o Estado, e da definição do critério da alfabetização como elemento de qualificação para o direito do voto. (VASQUEZ, 2014, p.33)

Na prática essas mudanças conferiram aos estados e municípios maior concentração de poder, autonomia legislativa e econômica. Contudo no que competia às transformações políticas não houveram alterações significativas. Para José Murilo de Carvalho (2002, p. 40):

A República, de acordo com seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa, deveria representar a instauração do governo do país pelo povo, por seus cidadãos, sem a interferência dos privilégios monárquicos. No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881, pouca coisa mudou com o novo regime. Pelo lado legal, a Constituição Republicana de 1891 eliminou apenas a exigência de 200 mil-réis, que, como vimos, não era muito alta. A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas.

Segundo a doutrina clássica do direito, embora utilizemos sufrágio e voto como sinônimos, devemos compreendê-los separadamente. O sufrágio nada mais é do que o poder de participar da soberania dos países, resumidamente o direito de votar e ser votado. Já o voto em si é o cumprimento na prática do sufrágio, é o ato concreto que se caracteriza por meio de eleições hoje diretas e secretas. Vivemos atualmente num Estado democrático, no qual o sufrágio é universal e o voto tem o mesmo peso para cada cidadão, mas esta é uma conquista extremamente recente quando levamos em conta o contexto das mulheres no nosso país.

Apesar das frequentes manifestações femininas a favor dos direitos políticos das mulheres, o assunto não foi levado a sério pela sociedade civil da época. Movidas pelo entusiasmo político do momento vivido, algumas mulheres individualmente tentaram se alistar, mas não obtiveram sucesso. A situação foi amplamente divulgada na imprensa, que se dividia entre críticos e apoiadores da

causa. Entre o último grupo argumentava-se que não havia, até aquele momento, nenhuma restrição explícita na lei brasileira que proibia a mulher de exercer o direito ao voto e de fato não existia qualquer menção a este respeito na legislação em vigor. José Murilo de Carvalho em sua análise destaca que (2002, p. 42):

[...] apesar de todas as leis que restringiam o direito do voto e de todas as práticas que deturpavam o voto dado, não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente, mas limitado.

Antes, durante e depois da elaboração da nova Constituição Republicana houve contestações sobre a marginalização da mulher na política. O debate sobre o tema foi igualmente reproduzido pelos representantes na Câmara, que de certa forma acompanhavam as discussões entre os círculos sociais. A historiadora Mônica Karawejczyk (2013) analisou em seu trabalho os argumentos e estratégias utilizados na Assembleia Constituinte no decurso das discussões sobre o projeto constitucional. As reuniões iniciaram-se no dia 04 de novembro de 1890, destacando-se o fato de serem públicas.

Não nos interessa aqui reproduzir esquematicamente todas as etapas de discussão da Constituição, mas dar ênfase à forma como foi apresentado o tema do voto estendido às mulheres. De acordo com a historiadora (2013) foram apresentadas ao todo seis emendas que tentaram retificar a questão em prol das mulheres, numa das primeiras tentativas solicitaram o voto a mulher com título científico ou professora, solteiras e na posse de seus bens- evidentemente as mulheres casadas, dependentes financeiramente e analfabetas estavam excluídas desse direito.

Verificou-se ao longo desse capítulo que era justamente a deficiência e falta de incentivo da educação feminina uma das maiores responsáveis pelos altos índices de analfabetismo entre o sexo, em contrapartida o casamento e a construção da vida familiar eram aspectos enfatizados na trajetória da mulher. Portanto numa sociedade que reprimia a emancipação intelectual e estimulava ao mesmo tempo o casamento precoce, podemos deduzir que a proposta do voto se limitava a um pequeno estrato social de mulheres.

Como salienta Mônica Karawejczyk, o voto feminino foi proposto com o objetivo de abarcar (2013, p. 88) “[...] mulheres que não poderiam ser consideradas

legalmente incapazes, uma vez que teriam que ter uma profissão ou uma renda comprovada para poderem participar do jogo político”. No que tange a incapacidade da mulher casada, por exemplo, essa concepção perdurou por décadas, tendo sido respaldada inclusive no Código Civil de 1916. Nele, várias imposições eram determinadas ao sexo feminino, como pedir autorização do marido para trabalhar, aceitar heranças ou administrar bens de sua própria família¹¹.

Entre os congressistas o assunto dividia opiniões e embora o voto feminino não apareça no texto da Constituição, foi citado diversas vezes por seus membros. Os argumentos favoráveis enfatizavam que a participação das mulheres no sistema político só poderia culminar em bons resultados, tendo em vista a excepcionalidade da sua moral, tão digna a ponto de dificilmente ser corrompida pelos fatores mundanos. Na tentativa de validar o direito, descartaram a ideia de proibição do voto, por conta das preferências gramaticais da Constituição, a escolha do substantivo “cidadãos” nesse caso incluía homens e mulheres, todos sob iguais condições.

Já os argumentos contrários identificados nos anais do Congresso foram reunidos pela historiadora Mônica Karawejczyk (2013) em segmentos diferentes. Havia aqueles que consideravam a proposta como anárquica e imoral, sobretudo porque a vida política seria um aspecto incompatível com a realidade feminina, embutida no ambiente familiar, cercada de valores como a pureza e sensibilidade. A moral incorruptível da mulher brasileira para estes senhores deveria permanecer como tal e ser utilizada para o bem do marido e filhos.

Complementando estas justificativas havia também aqueles que, influenciados pelo pensamento cristão, acreditavam que a proposta era incongruente com a missão feminina: a maternidade. Mônica Karawejczyk coloca que (2013, p.100):

Os defensores desse ponto de vista apostam nos quesitos: estabilidade da família; superioridade masculina; incapacidade da mulher para desempenhar qualquer papel fora da alçada doméstica; e na figura da mãe de família para desmoralizar as emendas em prol do sufrágio feminino.

¹¹ Vale destacar que atualmente o Código Civil de 1916 já foi revogado e substituído. O conjunto de leis no Brasil possui inúmeros exemplos de como a estrutura sexista pode ser legalizada, o Código Penal de 1940 se encaixa nesse grupo. Nele haviam exigências a determinados crimes contra as mulheres em que a vítima deveria ser honesta. Numa pena pelo crime de estupro, por exemplo, para abusadores cuja vítima fosse prostituta, a sentença era diminuída, no caso de mulheres “íntegras” aumentava-se os anos de cárcere.

A partir desta colocação entende-se porque a participação da mulher na política gerava entre a população tantas reações adversas: muitos enxergavam na possibilidade riscos eminentes para a família tradicional. Elas poderiam abandonar suas funções para com o lar, o cuidado dos filhos e assim romper com a ordem natural das coisas. Para este grupo, aptidões femininas não eram compatíveis com o mundo da política, nele valoriza-se a objetividade, imparcialidade e racionalidade e o sexo feminino, ao contrário, inclina-se para a subjetividade, parcialidade e sensibilidade. Por mais que estejamos aqui reproduzindo argumentos expressos no século passado, é sempre importante lembrar que eles ainda são utilizados por muitos na contemporaneidade.

Como exemplo podemos citar as discriminações que o cenário político brasileiro reproduz e que ferem especialmente as mulheres por conta do gênero. De acordo com a pesquisa realizada no ano de 2020 “Equidade de Gênero na política” divulgada no site do Senado, três em cada dez candidatas nas eleições que ocorreram naquele mesmo ano foram alvo de discriminação¹². Há que se mencionar também a violência política de gênero que, seja em período eleitoral ou durante o exercício de seus mandatos persiste no Brasil. A violência política de gênero se manifesta de diferentes formas e níveis¹³ e apesar de ações afirmativas, segundo debate divulgado em matéria pela Agência Câmara de Notícias (2020):

82 % das mulheres em espaços políticos já sofreram violência psicológica; 45% já sofreram ameaças; 25 % sofreram violência física no espaço parlamentar; 20%, assédio sexual; e 40% das mulheres afirmaram que a violência atrapalhou sua agenda legislativa.

Por fim, cabe destacar o último grupo do qual a autora comenta. Esta parcela sequer manifestou opiniões a respeito do sufrágio feminino. A atitude serviu para comprovar total contrariedade do grupo com relação ao tema, tão negativa a ponto de não haver nenhuma menção sobre a pauta. Reação peculiar, mas que bem expressa o descaso com os direitos políticos femininos. Portanto, a Constituição de

¹² Para maiores informações a respeito dos dados angariados com a pesquisa consultar o site <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/25/datasenado-candidatas-sao-discriminadas-por-serem-mulheres>

¹³ Para maiores informações sobre o debate em torno da pauta Violência política de gênero consultar o site <https://www.camara.leg.br/noticias/693968-violencia-na-politica-afasta-as-mulheres-diz-especialista/>

1891 ficou assim definida no título IV “Dos cidadãos Brasileiros”, Secção I “Das qualidades do Cidadão Brasileiro”.

Art. 69. São cidadãos brasileiros

- 1° Os nascidos no Brasil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;
- 2° Os filhos de pae brasileiro e os illegitimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na República;
- 3° Os filhos de pae brasileiro, que estiver noutro paiz ao serviço da República, embora nella não venham domiciliar-se;
- 4° Os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de oriegem;
- 5° Os estrangeiros, que possuirem bens immoveis no Brasil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, comtanto que residam no Brasil. Saldo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
- 6° Os estrangeiros por outro modo naturalizados.

A letra da lei tornava tudo mais complexo. No artigo sessenta e nove não havia nenhuma restrição às mulheres quando proposta a definição de cidadão, teoricamente a palavra abarcava homens e mulheres, sem distinções de sexo. Sendo assim, todos os nascidos no Brasil, filhos de pai brasileiro e ainda estrangeiros naturalizados poderiam exercer seus direitos civis, políticos e sociais de forma igualitária (salvo as exceções), consequentemente usufruindo de posições de poder e ocupando importante papel na sociedade.

E o artigo setenta, que define quem são os eleitores brasileiros, apenas reforça esta concepção de indistinção entre os sexos. Portanto eram compreensíveis e válidos os argumentos de apoiadores do sufrágio feminino, que buscavam na própria Constituição a legitimidade do voto para as mulheres. Os eleitores brasileiros ficaram determinados da seguinte forma:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na forma da lei.

- § 1° Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos estados:
- 1° Os mendigos;
 - 2° Os analphabetos;
 - 3° As praças de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior;
 - 4° Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Acima de 21 anos qualquer cidadão brasileiro poderia votar e ser votado. Explicitamente, o exercício dos direitos políticos era proibido entre mendigos, analfabetos, praças de pret¹⁴ e religiosos. Não houve avanços significativos na questão do voto, grande parte da população continuava distante de ter participação no sistema político. E, a respeito das mulheres, sua condição não manifesta era ambígua, ao mesmo tempo que dava margem para argumentos favoráveis ao voto, também alimentava aqueles contrários a ele. A República brasileira finalmente se consolidava, mas ainda em meio a muitas desigualdades e a Constituição elaborada naquele momento espelhava isso.

Como pontuado, por ser ambígua a interpretação da lei também poderia indicar que, justamente por não ter expressa a condição da mulher enquanto eleitora no texto da Constituição, o voto feminino não era plausível. Não haviam exemplos suficientes a serem seguidos no contexto internacional, além disso a inexistência da menção a mulher na Constituição para alguns resultava do próprio desinteresse do “belo sexo” com a política. Porém o ocultamento da mulher da Constituição não foi ao acaso, como destacou Celi Regina Pinto (2003, p.16) “A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos.”

Para completar nossa linha de raciocínio, optou-se também por expor aqui o artigo setenta e um que aborda sob quais condições os direitos do cidadão brasileiro são interrompidos:

Art. 71. Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem, ou perdem nos casos aqui particularizados.

§ 1º Suspendem-se:

- a) *por incapacidade física, ou moral;*
- b) por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

§ 2º Perdem-se:

- a) por naturalização em país estrangeiro;
- b) por aceitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal.

§ 3º Uma lei federal determinará as condições de reacquirição dos direitos de cidadão brasileiro (**Grifo nosso**).

¹⁴ Soldados rasos, pertencentes a patente inferior do exército. Praças de pret geralmente têm seus títulos confiscados no período em que servem o exército, sendo assim não conseguem votar em anos eleitorais.

Destaca-se a suspensão dos direitos quando apresentada incapacidade física ou moral por parte do sujeito. E embora hoje saibamos que as mulheres não são inferiores biológica ou psicologicamente em relação ao homem, no cenário em que tais leis foram elaboradas, havia teorias o suficiente que justificavam as diferenças entre os sexos, classificando as mulheres enquanto seres incapazes e fracos. Estas diferenças quando salientadas validaram e determinaram as aptidões e ocupações de cada sexo.

Ironicamente a raiz desses pensamentos pôde ser identificada já entre teóricos iluministas, conhecidos pela valorização dos princípios da razão. Estas teorias (iluministas, médicas e científicas) por impulsionar as diferenças sexuais, acabaram por ratificar a hierarquia e desigualdade de gênero. Portanto, comprovada a condição de inferioridade das mulheres, a partir do inciso primeiro do artigo setenta e um, os anti sufragistas poderiam pela própria Constituição, de forma reversa, ter impugnado sua entrada na cena política, igualmente justificados pela letra da lei.

Além disso, no artigo oitenta e seis da Constituição Brasileira como observou a autora Maria Laura Ostas Vasquez (2014) todo brasileiro era obrigado a cumprir com suas funções militares em defesa da Pátria. Aqui, no corpo do texto, encontrava-se a diferença (utilizada muitas vezes como argumento contra a constitucionalidade do voto feminino) que separava homens de mulheres, pois realmente nenhuma delas prestavam serviços militares. Sendo assim, esse artigo segundo a historiadora (2014, p. 119) “deixa subentendido que se tratava somente dos homens, e não como representantes de um conceito universal masculino dominante”.

É do conhecimento de todos que o voto feminino apesar das tentativas não foi aprovado na Constituição de 1891. O período criou fortes expectativas, pois com a troca de governo (e todas as mudanças substanciais geradas no cenário político) esperava-se também transformações no código eleitoral, fomentadas pelo ideal progressista de igualdade, mas como pontua Mônica Karawejczyk (2018, p. 71) “[...] a força da argumentação contrária levou a melhor e mesmo que as propostas solicitassem um tipo de sufrágio restritivo para as mulheres, nenhuma foi aprovada”. Na prática, o que se assistiu foi a continuidade da política restritiva, exclusiva dos homens, que certamente provocou enorme frustração entre os apoiadores do sufrágio feminino.

A frustração foi inclusive o sentimento que se difundiu entre os brasileiros de modo geral, pois aquela até então recente República tão logo instaurada assumiu traços problemáticos como esquemas de corrupção, inflação e eleições fraudulentas. Ainda de acordo com Karawejczyk (2018) tratou-se de um momento conturbado e de muita incerteza política o que se configurou entre os anos de 1889 e 1900. Para a historiadora (2019, p. 78), nesse período,

A participação popular na vida política não foi incentivada, sendo mesmo execrada em todo o período, e o ideal perseguido era de um mínimo de pessoas- consideradas as mais capazes- envolvidas nos destinos políticos da nação.

Foram anos de turbulência e agitação e mesmo quando consolidada e organizada, a República Brasileira se mostrou ineficiente no que dizia respeito ao exercício da democracia e principalmente da participação popular, pois perpetuou vícios. Com a virada do século XX o país passou por novas transformações relacionadas ao desenvolvimento urbano, elevação da produção industrial, além do maior acesso a tecnologias como o carro e telefone. No âmbito social o que se assistiu foi o aumento da preocupação com pautas trabalhistas, desenvolvimento de sindicatos etc. Mudanças também foram constatadas no campo cultural, tendo como marco a Semana de Arte moderna que ocorreu em São Paulo, alguns anos depois no dia 22 de setembro de 1922¹⁵. Como bem coloca Rachel Soihet (2013, p. 63).

Nesse contexto inaugura-se a década de 1920, que polariza inúmeros descontentamentos que se vinham manifestando ao longo da República e que se expressam em vários movimentos como Tenentismo, a criação do Partido Comunista, o Modernismo [...]. Movimentos que revelam insatisfações relacionadas à nível econômico e à esfera política, marcada, especialmente, pelo descontentamento com a corrupção, característica do sistema eleitoral vigente [...].

Até então, em meio a estes problemas, o tema do sufrágio feminino foi relativamente abafado, Mônica Karawejczyk coloca que (2013, p. 120).

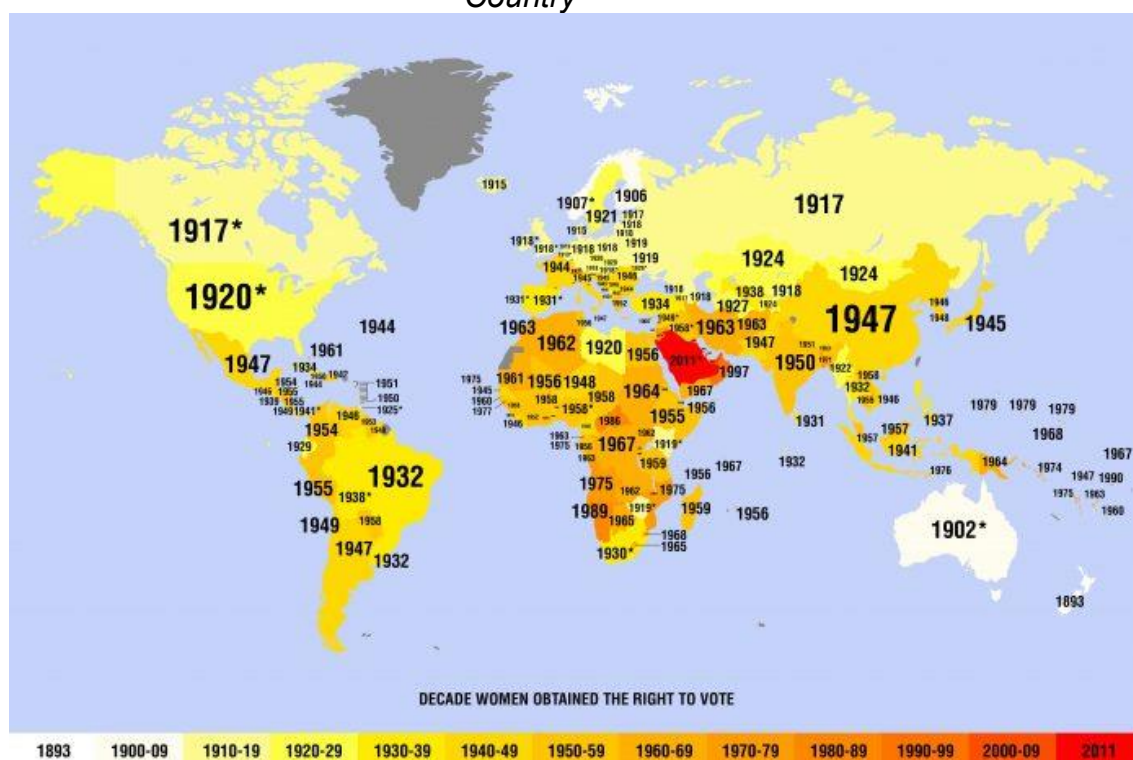
¹⁵ Evento cultural e artístico brasileiro que ocorreu entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Theatro Municipal de São Paulo. O episódio marcou a ruptura com a produção de artes brasileira tradicional e acadêmica, produzindo uma nova concepção de arte moderna essencialmente brasileira. O evento gerou muitas críticas dentre a sociedade da época, mas elas não conseguiram conter o impacto do mesmo.

[...] depois da promulgação da Constituição Republicana em 1891 dois fatos se destacam. O primeiro deles foi que o sufrágio feminino não foi mais discutido no parlamento até 1917, data da tentativa do deputado fluminense Maurício de Lacerda reativar a discussão no Plenário; o segundo fato a se destacar foi o surgimento, na década de 1910, de um movimento organizado feminino representado tanto pelo Partido Republicano Feminino (PRF) quanto pela Liga pela emancipação Intelectual das Mulheres (LEIM).

Como destacado acima, o sufrágio feminino foi ignorado, mas não por muito tempo. No contexto internacional, principalmente após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais ambientes alheios à sua “função natural”. Foram elas que, em dado momento, substituíram a mão de obra masculina, representando grande parte da massa trabalhadora europeia e, ao mesmo tempo, colaborando para o sustento de suas famílias. Além disso, movimentos feministas começam a ganhar força em países como França, Inglaterra e Estados Unidos.

Tais acontecimentos influenciaram no reacender da discussão entre o poder público, bem como no interior da sociedade brasileira. E diferentemente do século passado, na primeira metade do século XX já era do conhecimento de todos a legalidade do voto feminino em alguns países, como demonstra o mapa a seguir.

Figura 3 – Women’s Suffrage Mapped: The Year Women Got The Vote by Country



Fonte: Site Brilliant Maps “Making sense of the world, one map at time” (2018). Consultado em <https://brilliantmaps.com/womens-suffrage-world/>

Ainda em 1893 a Nova Zelândia tornou-se pioneira no assunto, seguida da Austrália em 1903. Posteriormente em 1918 a Inglaterra implantou a lei, décadas depois em 1920 os Estados Unidos e, em 1932, o Brasil. Alguns aspectos merecem destaque a respeito do mapa, O primeiro deles é o fato que o século XX pode ser interpretado como o despertar das nações para a questão do voto feminino, tendo em vista que no cenário mundial é durante o período que o voto se torna um direito das mulheres em diferentes localidades. O segundo é de como o mapa salienta à olhos desconhecidos do tema, que a participação feminina no sistema político foi algo extremamente recente em determinados contextos, o que torna a discussão contemporânea¹⁶.

O mapa também demonstra como o Brasil, se comparado a outros países denominados por desenvolvidos, foi relativamente precoce na aprovação do voto. Enquanto aqui a participação política da mulher foi aprovada em 1932, tendo menção clara na Constituição de 1934, no continente Europeu, por exemplo, a Itália legalizou o sufrágio feminino em 1946 e a Suíça apenas em 1971. Este fato contribui para destacar que a divisão clássica e comum dos continentes entre desenvolvidos e subdesenvolvidos devem ser repensadas a partir de diferentes pontos de vista, pois podem erroneamente reforçar a ideia de um imperialismo latente nas ciências humanas e, pior, podem também pré-determinar a condição das mulheres do continente latino-americano como irrelevantes, inferiores e menos interessadas na luta feminista.

Portanto, sem desconsiderar aqui os aspectos internos de cada país, pois compreendemos que estas características influenciam diretamente na tomada de decisão de cada um deles, o Brasil de certo modo protagonizou com antecedência as discussões sobre o sufrágio feminino. Embora as condições políticas e sociais fossem críticas na época, o país pode acompanhar o desenvolvimento do movimento

¹⁶ Destaque para a Arábia Saudita que aprovou o voto feminino apenas no ano de 2011. A data certamente revela as particularidades do país que, como se sabe, é regido por um sistema político fundamentalista. Este fato associado aos aspectos religiosos típicos da região culminou numa espécie de tutela feminina, no qual a mulher na figura de dependente do homem não pode realizar determinadas funções em nenhuma situação, ou ainda sem permissão masculina (pai, marido).

feminista (tipicamente urbano) e estas manifestações contribuíram diretamente para a excitação popular sobre o tema.

O nome da professora Leolinda Figueiredo Daltro destacou-se justamente nessa conjuntura. Professora de formação, Leolinda Daltro nasceu na Bahia em 1859 e profissionalmente dedicou-se à educação indígena do qual seu principal propósito era a formação laica dessa população. A atuação como indigenista provocou à época impacto considerável entre a mídia que por certo tempo criticou sua trajetória profissional. Ela também foi reconhecida por sua defesa na conquista da cidadania para mulheres, Melo e Marques (2000, p. 73) ressaltam que a professora “com base na ambiguidade da Constituição de 1891, requereu seu alistamento eleitoral, mas teve o pedido recusado. Em protesto, fundou, em dezembro de 1910, o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto”.

De acordo com Mônica Karawejczyk (2013) alguns estudos sobre Leolinda Daltro ressaltam que sua proposta feminista possuía cunho educacional, em consequência de sua própria formação. O Partido Republicano Feminino (PRF) se fez presente em diversas ocasiões públicas com o objetivo de popularizar a imagem do grupo e conseqüentemente divulgar a causa feminista. Entretanto, a exposição frequente não surtiu efeitos positivos para a figura do PRF e sua fundadora. Alguns recortes da imprensa brasileira analisados pela historiadora mostram como a atuação do partido foi associada ao feminismo inglês, sendo este último conhecido e rejeitado por seu radicalismo.

As atividades destas mulheres tornaram-se tema frequente nos periódicos da época, principalmente o nome de Leolinda Daltro, disseminado nos principais veículos de informação do Rio de Janeiro. Contudo, apesar de abrir caminho para a difusão do tema, a relação estabelecida entre as atuações da brasileira com Emmeline Pankhurst¹⁷ e o sufrágio inglês resultou em hostilidades para a primeira. O grupo coordenado pela professora tinha como característica políticas de confronto e, se comparado às atuações posteriores, tais diferenças táticas são ainda mais

¹⁷ Emmeline Pankhurst ou Emmeline Goulden (nome de solteira) foi ativista e líder do grupo feminista *Women's Social and Political Union* (WSPU). Ela nasceu no dia 14 de julho de 1858 na cidade de Manchester e faleceu no dia 14 de junho de 1928 em Londres. O grupo de mulheres inglesas por ela fundado ganhou a atenção da sociedade e mídia europeia após tornarem-se conhecidas pela atuação ativa em prol dos direitos políticos das mulheres. Como ações características do grupo podemos citar as passeatas públicas, organização de eventos e ainda as marcantes e mais agressivas táticas como atear fogo nas caixas de correios, quebra de vidraças e greves de fome duradouras. O drama cinematográfico “As Sufragistas” lançado em 2015 retrata a história do movimento inglês.

acentuadas. A soma desses fatores foi, conseqüentemente, a imposição de entraves para o crescimento e conquistas do PRF, cuja imagem era carregada de impressões negativas.

Pouco tempo depois da atuação de Leolinda Daltro um novo nome ganharia as atenções da mídia, era a jovem Bertha Maria Júlia Lutz que tendo retornado ao Brasil deu início a sua própria campanha pela aprovação dos direitos das mulheres. Rapidamente, e por motivos que iremos aprofundar no próximo capítulo, a cientista em conjunto com seu grupo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), foi considerada pela imprensa a grande representante do feminismo brasileiro.

O título adquirido, contudo, questiona o trabalho pioneiro desenvolvido por Leolinda Daltro, o reconhecimento da sua participação no processo emancipatório da mulher foi por certo tempo ignorado, inclusive entre o próprio movimento feminista. A trajetória da professora foi marcada por ridicularizações, muitas delas fomentadas pela imprensa e isso contribuiu para afastar da história do movimento feminista brasileiro a participação proeminente da professora. Ela mesma, quando mais velha, gradativamente foi mantendo distância da vida pública devido estas situações.

Mesmo que brevemente, porém, coube destacar aqui o papel relevante que esta mulher exerceu na história, sendo inegável o que sua luta reverberou naquele contexto: o questionamento da posição da mulher na sociedade e a revisão dos direitos políticos femininos. É comum que ao longo dos anos novos agentes históricos venham surgir e ocupar espaços, cada qual com suas características, mas este movimento demonstra apenas a complexidade da história e não serve para legitimar narrativas que abafem sujeitos e suas trajetórias.

Como procuramos destacar no decorrer deste capítulo, o caminho para a emancipação política da mulher conquistada oficialmente em 1934 não foi trilhado unicamente por Bertha Lutz e parceiras. Antes destas mulheres, várias outras tiveram participação nessa conquista, antecipando discussões e abrindo espaço para novas lutas. As campanhas identificadas entre os séculos XIX e XX inicialmente ocorreram de forma isolada, mas depois organizaram-se e por esse motivo acompanhamos o surgimento de vários grupos feministas, cada qual com suas particularidades. Apesar disso não podemos estabelecer que as ações iniciadas em

um século foram obrigatoriamente encerradas no outro, como se a linearidade e constância dessas ações fosse ininterrupta.

Por fim, é interessante perceber que mesmo se tratando de tempos mais remotos, já nesse período podemos compreender a multiplicidade do movimento feminista quando observados diferentes tipos de atuação e representações políticas. Enquanto algumas campanhas declinaram, outras ascenderam e foi assim que a partir de 1918 o feminismo representado por Bertha Lutz emerge ao mesmo tempo em que a imagem de Leolinda Daltro decai. A FBPF ganha destaque entre a elite carioca e acaba por conquistar também a imprensa das grandes capitais de forma muito positiva. O posicionamento moderado desse grupo foi tema de análises historiográficas interessantes e agora desejamos expor esse debate a fim de contrapor estudos históricos e consequentemente apresentar ao leitor as diferentes interpretações sobre a atuação de um único elemento, a FBPF.

2.2 FEMINISMO BEM-COMPORTADO, TÁTICO OU POSSÍVEL: NARRATIVAS ACERCA DA FBPF

Iniciemos esta exposição salientando desde já que não existe consenso a respeito da campanha iniciada pelo grupo. Para algumas teóricas ele era demasiadamente liberal, enquanto para outras a mesma atuação é entendida como tática. Estes aspectos foram discutidos por diferentes historiadoras referências sobre o tema e serão apresentados a seguir, cada qual avalia as narrativas assumidas pela FBPF e a partir de suas contribuições teóricas e ora dialogam, ora divergem sobre determinados pontos¹⁸.

Celi Regina Pinto (2003), é uma das autoras que identifica e analisa em seu livro o que ela denomina por tendências feministas do século XX, pois embora se trate de um mesmo período, não há como classificar enquanto homogêneas as práticas feministas desse recorte. Sendo assim, de acordo com a autora, havia na época a tendência feminista “bem-comportada” caracterizada pela figura de Bertha Lutz e da FBPF, o feminismo difuso e, por fim, o mau comportado, associado aos movimentos mais radicais como as vertentes feministas anarquista e comunista.

¹⁸ Apresentar este debate bibliográfico não tem por finalidade estabelecer avaliações por meio de juízo de valor ou categorizar a prática feminista da FBPF como boa ou ruim, verdadeira ou falsa.

A primeira tendência denominada por feminismo “bem-comportado”, ganhou esse nome porque para Pinto (2003, p. 26) ele “agia no limite da pressão interclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais”. Estas mulheres não questionavam as opressões vivenciadas na vida matrimonial, nem apoiavam o divórcio como forma de reverter este cenário. Ademais, evitavam discursos inflamados e práticas que por algum motivo viessem associá-las com movimentos de cunho radical, como aconteceu com a professora Leolinda Daltro. Pinto (2003, p 14) destaca que esse feminismo:

[...] tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs.

A autora associa esta prática ao feminismo difundido por Bertha Lutz e também destaca o caráter elitista do grupo. Apesar de ampliarem a gama de associadas a longo prazo, desde os seus primórdios com a LEIM era possível verificar que o movimento tinha na sua direção a ocupação de cargos por pessoas letradas e de posses. Estas características são atípicas, sobretudo quando inseridas no contexto analisado, pois nesta época havia poucas mulheres formadas ou com profissões de prestígio, como era o caso de várias associadas.

A carreira acadêmica, por exemplo, exigia mais das mulheres que dos homens, afinal o nível de aprendizado entre os sexos era discrepante e os meninos recebiam mais incentivo do que as meninas. Além disso, seriam necessários altos recursos para custear esses estudos, é por isso que para Pinto (2003) o grupo refletia relativa superioridade não só financeira, mas intelectual. Ambos os aspectos se relacionam, porque geralmente seguiam os estudos quem possuía renda o suficiente para isso e de acordo com a autora, o ambiente familiar dessas mulheres fomentou e incentivou suas carreiras, sendo fundamental para conceber o perfil específico de feminista como o de Bertha Lutz.

A segunda tendência é identificada por Pinto (2003) como feminismo difuso. Podemos considerar esta prática como o meio termo ou ainda alternativa entre um extremo e outro. Esta tendência conseguia dialogar consideravelmente sobre temáticas conflituosas, à exemplo da dominação feminina no matrimônio, divórcio e

sexualidade da mulher, mas ainda assim não incorporaram a alcunha de radicais. Esta tendência não recebeu tanto apoio ou ganhou ampla visibilidade como ocorreu com a FBPF, geralmente tais mulheres escreviam em jornais pequenos, com baixa circulação e instituíram-se de forma localizada, em menor grau, entre a comunidade urbana. Vale ressaltar que essa tendência também se caracterizou por pessoas letradas, cultas e com vidas públicas ativas.

A terceira tendência foi classificada como a menos comportada das três, resume-se na atuação das mulheres associadas aos movimentos anarquistas e comunistas que emergiram nesse contexto. Elas colaboraram para a organização de greves e participaram ativamente na imprensa brasileira, seu público-alvo era a classe operária e trabalhadora. Esse conjunto de manifestações para a autora

[...] mostra com muita clareza que, já naquele momento, a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho (PINTO, 2003, p. 34).

Por estar vinculada diretamente a ideias que refletiam sobre a luta de classes, esta tendência reconsidera as bases das opressões sociais preocupando-se com as diferenças de gênero e, igualmente, com as de classe. Compreendiam, portanto, mais de uma forma de opressão e a condição duplamente inferiorizada assumida pela mulher nesse cenário. A tendência “malcomportada” versava sobre temáticas que para muitos pesquisadores haviam sido abordadas apenas a partir da segunda onda do movimento feminista, tendo ela ocorrido em meados de 1960, posterior a atuação destas mulheres.

Contudo, já na década de 1920 conseguimos observar de forma localizada mulheres capazes de discutir antecipadamente os mesmos problemas, como aqueles que envolvem a sexualidade feminina, direitos reprodutivos e violência doméstica. Se sobressaiu entre estas vertentes a atuação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). A professora certamente não foi a única a se aproximar do feminismo anarquista, mas optamos por frisar nesta pesquisa seu nome, porque além das posições particularmente interessantes, ela também foi próxima de Bertha Lutz nos primórdios da campanha sufragista.

Maria Lacerda de Moura nasceu em Manhuaçu (MG), no dia 16 de maio de 1887 e faleceu em 20 de março de 1945. Era filha de Modesto de Araújo Lacerda e Amélia de Araújo Lacerda, os dois adeptos do anticlericalismo (movimento

do qual a filha também foi seguidora). Morou alguns anos em Barbacena (MG), onde formou-se professora, mas ao longo da vida acabou se mudando para outras cidades. Jussara Valéria Miranda (2006, p. 13) relembra que quando a feminista se mudou para São Paulo

[...] inteirou-se de questões importantes para sua vida intelectual e militante; momento de engajamento na luta pela emancipação da mulher. Maria Lacerda de Moura e algumas militantes anarquistas-Matilde Magrissi, Isabel Cerruti, Josefina Stefani, Maria Antonia Soares, Maria Angelina Soares, Maria de Oliveira e Tibi fundaram a Federação Internacional Feminina.

O movimento, assim como outros, questionava as condições de subordinação social feminina, porém Maria Lacerda de Moura com o tempo se afastou desse tipo de prática e exerceu suas críticas feministas de maneira mais particular e isolada, relacionando-as com suas concepções políticas e religiosas. A anarcofeminista teve contato com esta ideologia através da intermediação de José Oiticica¹⁹, sua principal referência e influência brasileira. Cabe destacar que mesmo distante de associações feministas a escritora permaneceu com suas atividades em defesa da mulher, sobretudo a partir do material bibliográfico que publicou ao longo de sua carreira.

A vasta produção discutia temáticas sobre a emancipação da mulher e crítica ao fascismo - movimento ascendente entre as décadas de 1920 e 1930. As escolhas pessoais e políticas de Maria Lacerda de Moura foram alvo de julgamentos entre a sociedade, de quem sofreu muitas críticas. Para Jussara Valéria de Miranda (2006) parte delas se explica pelo perfil combativo adotado pela professora ao longo de sua vida pública. Isto porque defendeu suas ideias com voracidade “excessiva” e tratou de questões polêmicas como a maternidade consciente, divórcio, sexualidade da mulher casada, amor livre, anticlericalismo e educação racional. Por isso, ainda de acordo com a autora (2006, p 26) “ao declarar-se individualista, antissocial, anticlerical, antifascista e adepta do amor livre, da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital, Maria Lacerda se tornou indesejada, indigna de ser lembrada”

¹⁹ José Oiticica foi dramaturgo, poeta, professor e filólogo brasileiro cujo posicionamento político anarquista no início do século XX deixou marcas em sua história. Ele foi um dos membros que tentou articular a Insurreição Anarquista de 1918, cujo objetivo era acabar com a instituição governamental brasileira. Faleceu em 1957, deixando para trás diversas obras de cunho artístico, entre elas fotografias e poemas.

Maria Lacerda de Moura pode representar o feminismo mau comportado, pois além do estilo de vida libertário, confrontava abertamente instituições poderosas da época, como a Igreja Católica e sua influência sobre os sujeitos, inclusive nas instituições educacionais²⁰ (MIRANDA, 2006). Também combateu discursos que insistiam na subjugação e inferioridade feminina comprovada através de teorias biológicas, questionou os aspectos de vida que associavam a mulher à estrutura privada, destinada ao lar e cuidado dos seus integrantes.

Suas práticas revelam um feminismo muito radical, pois questionavam o próprio modo de existência das mulheres, assim como os mitos misóginos construídos cientificamente sobre o corpo feminino e sobre a sua sexualidade (RAGO, 2012, p. 71).

A partir destas observações logo conseguimos compreender que o feminismo pregado por Maria Lacerda de Moura em muito se diferenciou daquele representado e levado adiante pela FBPF. O movimento feminista era e continua sendo heterogêneo e nesse caso as diferenças entre o feminismo anarquista e o feminismo sufragista são evidentes e tão precisas que fomentaram críticas do primeiro grupo para com o segundo. Maria Lacerda de Moura também desaprovou publicamente as sufragistas brasileiras, pois para ela concentrar forças numa luta que não tivesse por objetivo a subversão dos padrões sociais que tendem a aprisionar a mulher era desperdício de tempo.

Para Moura, as sufragistas agiam sem refletir sobre os problemas de classe presentes no século XX, além de não conseguirem se comunicar adequadamente com a maioria da população de baixa renda e analfabeta. Ou seja, desconheciam outras realidades e tornavam a luta feminista um tanto quanto fútil²¹, como aponta Jussara Valéria de Miranda (2006, p.15) para o anarcofeminismo “O caminho da liberdade não passava pelo voto ou inserção da mulher nos cargos políticos, mas pelo autoconhecimento, domínio do próprio corpo, distanciamento dos dogmas religiosos”.

²⁰ A autora, em concordância com as aspirações anarquistas, saiu em defesa da educação igualitária entre os sexos e livre das influências e dogmas religiosos. Para ela o ensino deveria ser concebido a partir da perspectiva racional e libertária.

²¹ Podemos compreender a crítica de Maria Lacerda de Moura a partir da questão trabalhista, por exemplo. Para muitas mulheres da classe média ou alta, requerer seu direito de escolha e consequentemente de assumir cargos de trabalho no ambiente público era algo muito significativo. Contudo, o trabalho para mulheres de baixa renda nunca foi uma escolha, afinal elas já assumiram funções fora de casa para contribuir na renda do seu próprio lar.

Havia tensões internas ao movimento feminista, que ainda na primeira metade do século XX se caracterizou em diferentes frentes movidas por divergências políticas e de atuação. Isso pode ser observado a partir do distanciamento que surgiu entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz, embora a situação nem sempre tenha sido assim. Nos anos de 1920 e 1921, durante o início de suas atividades em prol da mulher, Lutz era próxima de Moura e ambas constituíram uma relação amigável fomentada pela defesa dos direitos da mulher.

Através de cartas trocadas entre as duas personalidades Mônica Karawejczyk (2013) analisou que a relação era promissora. Foi possível identificar que Moura dialogava diretamente com Lutz a respeito da fundação de um movimento feminino, cujo núcleo organizacional fosse seletivo e que devesse rapidamente se expandir, tendo isso se concretizado com a fundação da LEIM. Por meio das cartas identificadas no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, parte do acervo conservado pelo Arquivo Nacional, pode-se comprovar a ligação entre ambas e ao mesmo tempo reafirmar o afastamento de uma para com a outra. O rompimento ocorreu sobretudo por conta de dissidências ideológicas.

Lutz priorizou em sua carreira os direitos políticos da mulher, já Maria Lacerda de Moura preocupava-se com a condição social feminina. Enquanto a primeira construía sua campanha de modo que o interesse feminino por questões políticas não significasse, conseqüentemente, o rompimento da mulher com a família e suas funções sociais, a segunda questionava justamente esse papel. Não podemos desconsiderar também a questão religiosa, pois enquanto Bertha Lutz declarava-se católica, evitando o confronto com os princípios da Igreja, Maria Lacerda de Moura era espírita e, como mencionado, reprovava a influência religiosa na moral feminina. Pode-se assim concluir que uma era sinônimo de conciliação enquanto a outra era de confronto. Das tendências feministas identificadas por Celi Regina Pinto, a FBPF é o mais claro exemplo do feminismo bem-comportado. Consideramos que a análise da autora é importante, mas dá margem para interpretações carregadas de valores do presente que tendem a julgar e pré-determinar situações e sujeitos do passado.

Em contraste a esta análise a historiadora Rachel Soihet nos trabalhos desenvolvidos sobre a FBPF correlacionou esta mesma postura, baseada na moderação, ao que ela considera por “feminismo tático” (2000). E particularmente esta é a concepção do qual esta pesquisa se aproxima. Para a historiadora o movimento possuía várias estratégias, fosse em torno da pressão exercida contra

órgãos governamentais, popularização de suas pautas por meio da imprensa ou construindo redes de apoio através da influente posição que assumiram na sociedade. Contudo, a maior delas certamente estava na forma como essa atuação se configurou, pois agiam com especial cautela. Para Soihet estas mulheres (2000, p. 100).

[...] em sua maioria, buscavam revestir o seu discurso de um tom moderado. Não apenas porque talvez considerassem que esta seria a forma adequada de expressão feminina, mas, especialmente, por razões táticas.

Desse modo poderíamos, segundo a historiadora, interpretar que a moderação não era uma escolha qualquer de atuação, sem pretensões ou objetivos específicos. Lançavam mão de práticas feministas que, de modo mais sutil, se adaptavam ao contexto em que estavam inseridas e em reflexo disso, assistiu-se o apoio considerável da sociedade em torno das ações comandadas por Bertha Lutz. Experiências anteriores ao movimento, tal qual a de Leolinda Daltro, demonstraram como a resistência ao feminismo poderia ser um problema grave, servindo de barreira entre as mulheres e a conquista dos seus próprios direitos.

O tom moderado assumido pelo grupo ditava até mesmo as aproximações e distanciamentos das associadas para com terceiros e todo o imaginário que representavam. As *suffragettes*, por exemplo, não era um grupo do qual se espelhavam e fosse proveitoso ter a imagem associada, por isso demonstravam oposição a certos eventos que marcaram a história do movimento feminista inglês. Este posicionamento também pode justificar a consequente omissão por parte do grupo em torno da trajetória assumida por Leolinda Daltro, tendo em vista a imagem negativa que a professora adquiriu entre a sociedade carioca.

Para a FBPF a ascensão feminina representava o progresso da nação e nesse sentido o Brasil seguia em contramão de países modernos que já consideravam o voto como direito de todos, independentemente do sexo. O espírito dessa luta era coletivo e buscava igualdade, não a competitividade entre os sexos. Não havia manifestações públicas que contrariassem as normas vigentes da sociedade, ao contrário, em alguns casos seus discursos chegavam a dialogar com estes valores. Para muitos o movimento ao invés de romper com os padrões de gênero apenas os reforçou naquele momento, esta é a avaliação que encontramos em determinados trabalhos, porém Rachel Soihet (2000, 106) lança mão de outra perspectiva e a este respeito escreve que:

Entre outros problemas dessas interpretações, está o de acreditar no poder de uma vanguarda capaz de conscientizar de “fora para dentro” as massas incapazes de desvelarem por si sós sua falta de consciência do processo de dominação. Aliás, o historiador E.P. Thompson é implacável na crítica aos que enaltecem tal vanguarda, que sabe mais do que a própria classe quais devem ser seus verdadeiros interesses.

Aqui retomamos a discussão própria da historiografia, mas facilmente aplicável em outras áreas das ciências humanas, que é a preocupação em localizar/compreender todo fato ou sujeito histórico como produto de sua época. Na história das mulheres interpretar qualquer manifestação feminista aliada ao contexto de que a mesma deriva é fundamental para que as análises não se tornem universais e anacrônicas. A partir dessa conclusão e aplicando ela no caso da FBPF, concordase que não podemos de modo algum exigir dessas mulheres consciência de gênero e outras noções. E embora o grupo tenha sido classificado como apático em torno da condição da mulher brasileira, vale lembrar que estes são fatores dos quais elas mesmas sofriam e reagiam diante deles à sua maneira.

Em geral a representação assumida pelo movimento foi estrategicamente aplicada, tendo em vista que para Rachel Soihet é comum que grupos localizados em relações desiguais de poder, como acontece entre homens e mulheres, busquem seus próprios objetivos com métodos independentes, mas adaptados ao contexto e situação local. A historiadora (2000, p. 106) coloca que estas mulheres.

[...] valeram-se de uma tática que mobilizou para os seus próprios fins uma representação “imposta e aceita”, mas desviada contra a ordem que a produziu. Portanto, longe de estarem se vergando a uma submissão alienante, construíram recursos com vistas a subverter a relação de dominação.

A interpretação proposta por Rachel Soihet dialoga diretamente com o conceito de “Feminismo possível” elaborado por Leonora de Luca (1999) em suas produções bibliográficas sobre a escritora Júlia Lopes de Almeida²² (ENGEL, 2009).

²² Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862, reconhecida nacionalmente por seu trabalho como escritora. Sua estreia como tal se deu através da imprensa, veículo no qual publicava seus textos que discutiam a respeito de assuntos diversos incluindo temáticas relacionadas a emancipação e direitos das mulheres brasileiras. Seu nome foi um dos cotados entre a lista de escritores nomeados para a Academia Brasileira de Letras (ABL), contudo foi substituída por seu marido, o também escritor Filinto de Almeida tendo em vista que mulheres não poderiam participar da Instituição.

A socióloga teve por objetivo compreender como Júlia Lopes de Almeida desempenhou seu papel na evolução das ideias feministas ao longo da própria carreira, entre o fim do Império e início da República brasileira. Analisando suas obras, uma das principais conclusões que Leonora de Luca (1999, p. 298) chegou foi a de que:

Júlia Lopes realizou, através de seus escritos, o “feminismo possível” dentro do quadro histórico-social específico de sua época: embora suas preocupações com a redefinição do lugar da mulher na sociedade possam parecer-nos hoje ultrapassadas e conformistas, efetivamente não eram assim para o seu tempo.

No caso da escritora brasileira o “feminismo possível” é interpretado desse modo quando inserido no contexto em que ela consolidou sua carreira na literatura e imprensa. Ademais, a postura que para muitos hoje pode parecer “pouco agressiva”, além de ser condizente com seu tempo, foi também fator importante para Júlia Lopes disseminar suas ideias e ao mesmo tempo ocupar lugar de prestígio entre a classe literária, situação pouco usual para mulheres, tendo em vista o enorme estigma sobre produções femininas, inúmeras vezes boicotadas e hostilizadas.

Portanto conscientes do meio em que estavam inseridas e por compreenderem as principais dificuldades do percurso feminista, as associadas a FBPF optaram por uma representação feminista moderada, mas eficaz e alinhada à realidade que viviam. Entretanto, isto não significa que o grupo e, igualmente, sua principal líder, não assumissem posicionamentos contraditórios ou irregulares. A respeito da FBPF pode-se entender que sua principal característica, o tom moderado assumido ao longo dos anos, era ao mesmo tempo sua força motriz, na medida em que mantinha o grupo em destaque e bons níveis de receptividade por parte da sociedade, mas ao mesmo tempo era seu fator limitante, pois o impedia de avançar através de novas pautas e perspectivas. No capítulo a seguir vamos verificar como essas situações se transcorreram na prática, pois iremos expor como esse movimento surgiu, suas principais características e perfil das associadas.

3 MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS DO SÉCULO XX: CONTRIBUIÇÕES DA FBPF DURANTE CAMPANHA SUFRAGISTA

Para abordar todo o significado da atuação do feminismo característico à FBPF é necessário que antes se retome alguns aspectos biográficos da fundadora do movimento. Embora o objetivo desse estudo não seja abordar exclusivamente a figura de Bertha Lutz, pois não há pretensões de desenvolvermos esta pesquisa a partir da perspectiva biográfica, compreendemos que é inviável tratar da trajetória da FBPF sem antes retomar aspectos da vida pessoal de sua principal líder e fundadora.²³

A escolha, portanto, não tem o intuito de operar com a exaltação da imagem de Bertha Lutz, no seu sentido mais amplo, mantendo-a numa posição de “superioridade” em detrimento das outras mulheres de sua época. Ao contrário, nas páginas que se seguem a intenção é destacar problemas que a envolve. A ideia de excepcionalidade tem sido cara à muitos estudos, sobretudo de cunho biográfico, que não se arriscaram a ocupar espaços de transformações, subjetividade, contradições e incoerências dos grupos ou sujeitos históricos analisados (SCHMIDT, 2003).

No que tange à história das mulheres essa mesma noção se reproduziu, principalmente quando expostas experiências femininas dos séculos XVIII, XIX e XX. Quantos nomes se sobressaíram a outros mediante interpretações que os destacavam sob o slogan de “mulheres à frente do seu tempo”. Magali Gouveia Engel (2009, p.26) alerta:

Ao interpretarmos ideias e experiências de certos atores históricos como avançadas demais para um certo tempo não estaríamos incorrendo numa perspectiva evolucionista? Não estaríamos desconsiderando a pluralidade e conseqüentemente a complexidade da sociedade onde foram geradas? Enfim, não estaríamos supervalorizando a dimensão individual dos sujeitos da história?

Para complementar a autora, não estaríamos desse modo deslocando a interpretação do indivíduo da sua rede de comunicação e contexto social? Indo de encontro com estas reflexões, o que buscamos neste capítulo é compreender Bertha Lutz e sócias enquanto sujeitos históricos complexos, múltiplos, subjetivos e principalmente localizando-as dentro do contexto do qual emergiram. Ressaltamos e

²³ Acredita-se que aspectos da vida de Bertha Lutz como sua formação educacional, cultural e social, por exemplo, foram (direta ou indiretamente) pontos de influência na história do grupo.

concordamos com o fato de que todo agente histórico é fruto do seu tempo e a dissociação entre eles pode acarretar em sérios problemas para a análise historiográfica. Neste capítulo o objetivo da pesquisa consiste em evidenciar as principais características de atuação da FBPF, expor as contradições do grupo e analisá-las quando confrontadas com outros movimentos da mesma década.

3.1 A CAMINHADA PELO VOTO A PARTIR DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Bertha Lutz nasceu no dia 02 de agosto de 1894 em São Paulo, filha de Adolpho Lutz²⁴ e Amy Fowler Lutz²⁵ (LÔBO, 2010). Desde a infância, na capital paulista, cresceu num ambiente favorável para sua própria educação, que foi incentivada prematuramente pelos pais. Sua formação profissional mediante planejamento paterno ocorreu no continente europeu. Lá estudou música, formou-se no ensino secundário na tradicional *Cours Bouchut* e também obteve o título de Bacharel em Ciências que, de acordo com Yolanda Lôbo (2010), foi essencial para sua admissão na faculdade de Ciências Naturais da Universidade de Paris. Durante a permanência na sociedade europeia, Bertha Lutz teve contato e fácil acesso às causas dos movimentos feministas que ganhavam cada vez mais visibilidade no velho continente.

Já formada em 1918 retornou para o Brasil e iniciou a sua carreira ao lado do pai de quem foi assistente no Instituto Oswaldo Cruz. Nesse mesmo ano, a partir da publicação do texto “Cartas de mulher” na Revista da Semana, deu indícios da vida política ativa que assumiria dali em diante, em prol do sufrágio feminino. O artigo foi elaborado em resposta a um jornalista que comentava a respeito da baixa influência de movimentos sufragistas europeus entre as brasileiras. June Hahner (2003, p 288) pontua que, em seu texto, Bertha Lutz:

²⁴ Adolpho Lutz foi médico e famoso microbiologista brasileiro, atuou como clínico na cidade de São Paulo. Posteriormente desenvolveu importante trabalho tratando casos de hanseníase no Hawaí. Em retorno ao Brasil assumiu o comando do Instituto Bacteriológico que hoje carrega seu nome. O mesmo fica localizado na cidade de São Paulo e é responsável por contribuir com a promoção da saúde pública no estado. (Adolpho Lutz (1855-1940).

²⁵ Amy Fowler Lutz foi enfermeira voluntária da colônia de leprosos de Molokai nas Ilhas de Havaí e também fundadora de diversas obras sociais, incluindo escolas noturnas e diurnas para população trabalhadora e carente.

“[...] fez uma chamada oficial para a constituição de uma liga de mulheres brasileiras- não “uma associação de ‘sufragettes’ para quebrarem as vidraças da Avenida” -, mas sim de brasileiras que entendem que a mulher não deve “viver parasitamente de seu sexo”, mas, ao contrário, deve ser útil e capaz de assumir responsabilidades políticas no futuro. Ademais, acrescentava, o melhor papel para as mulheres seria o de “tornarem-se instrumentos preciosos ao progresso do Brasil”

É interessante perceber que já nos primórdios de suas manifestações públicas a cientista fez questão de contrapor o feminismo brasileiro ao feminismo inglês. Como mencionado no capítulo anterior, as sufragistas inglesas eram pejorativamente reconhecidas no Brasil pela defesa dos direitos das mulheres, pois pertenciam a uma vertente do feminismo que, à época, causava extremo alarde e críticas. No trecho acima fica claro que Bertha Lutz buscou dissociar-se dessa imagem de violência, em contrapartida indica também que sua proposta era a de valorização do papel social feminino e sua influência no progresso do país. Se faz notório como Bertha Lutz apoderou-se do “tom” moderado para compor sua estratégia, ela amenizou os impactos considerados negativos e exaltou outros que iam de encontro com os preceitos da tradicional comunidade brasileira.

Assim como acontece com outros sujeitos históricos, em Bertha Lutz também é possível identificar pontos de contradição. Por exemplo, Rachel Soihet (2000) destaca que em suas manifestações a feminista declarou oposição à divisão sexual da sociedade, concretizada principalmente dentro do matrimônio, tendo em vista que a posição assumida pela mulher casada a colocava em situação de extrema dependência do cônjuge. Para ela, era necessário transformar estas noções, inclusive a própria organização familiar, opinião que de acordo com a historiadora pode ser interpretada como algo inovador e, para nós, notório desvio da opinião mais comum sobre o casamento.

Em 1919, Bertha Lutz participou do concurso público para secretária do Museu Nacional, foi aprovada e mesmo com toda polêmica em torno da sua nomeação, assumiu o cargo no qual se manteve ativa até 1936, ano em que foi eleita deputada federal.²⁶ Paralela às conquistas profissionais, Bertha Lutz continuou a desenvolver sua vida pública e política, desse modo ganhou espaço e reconhecimento entre a elite carioca.

²⁶ Bertha Lutz foi considerada a segunda mulher a assumir uma vaga de concurso público na história do Brasil, na ocasião ela foi a única mulher inscrita para o concurso.

A respeito das representações femininas correspondentes a 1º onda do movimento feminista brasileiro Pinto (2003, p. 14) escreveu “O feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades” e Bertha Lutz, de fato, destacou-se entre as décadas de 1920 e 1930 no que diz respeito a luta pelos direitos civis, políticos e sociais da mulher. Apesar de suas iniciativas se diversificarem, a conquista do sufrágio tornou-se prioridade na sua carreira. Sendo assim, em 1919 ela fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) com sede no Rio de Janeiro, cujo objetivo era trabalhar em prol da aprovação do voto para todas as brasileiras, sem qualquer exceção.

O movimento possuía como estratégia a constante participação na vida pública e política da elite carioca. Por isso organizaram eventos, proferiram palestras e constantemente escreviam para a imprensa. Mônica Karawejczyk (2018, p. 03) destaca que era comum “[...] encontrar as associadas partindo para a ação através do envio de telegramas para políticos, reunindo-se com pessoas de destaque na sociedade [...]”. Estas mulheres valeram-se de diferentes estratégias e artimanhas para dialogar com o poder público e assim procuraram ganhar aliados, aproximar a discussão feminista da população geral e ao mesmo tempo exercer pressão sobre os membros do Congresso.

Atentas ao cenário político, em 1922 elas chegaram a publicar um manifesto em apoio às campanhas eleitorais de Nilo Peçanha e J.J Seabra, candidatos eleitorais a presidente e vice-presidente favoráveis ao voto feminino no Brasil. Sobre esta atitude, pode-se dizer que o ato de se manifestar politicamente (favorável ou contra determinado partido/candidato) foi algo pouco usual no decorrer da trajetória de Bertha Lutz tanto como presidente da LEIM ou ainda da futura FBPF. Através da bibliografia estudada notou-se que, ao contrário, em ambos os movimentos ela e associadas preocupavam-se com a preservação do grupo e por isso não declaravam abertamente opiniões político-partidárias²⁷.

A campanha iniciada pelas mulheres da LEIM era muito bem organizada e se guiava por sólidos planos de ação que infelizmente, assim como ocorreu com outras trajetórias femininas, nossa história não deu a devida atenção. Via

²⁷ Através das pesquisas bibliográficas sobre o tema notou-se que um dos únicos nomes que receberam apoio direto de Bertha Lutz, além dos já mencionados, foi daquele que viria a ser eleito governador do Rio Grande do Norte, o advogado, magistrado e jornalista Juvenal Lamartine. A relação entre o governador e o grupo foi de apoio mútuo, não obstante no Rio Grande do Norte ele foi o grande apoiador do voto feminino no país.

de regra, ela por anos perpetuou narrativas que deslegitimam a participação feminina de grandes eventos políticos. Apesar disso muitos estudos se consolidaram posteriormente e apontaram para novos rumos na historiografia, neles as mulheres (e no caso, mulheres brasileiras) foram resgatadas com a devida importância. Novas perspectivas mudam pontos de vista, transformam o curso da história e aqui ela contribuiu diretamente para a legitimidade do movimento feminista na luta por seus próprios direitos.

Mesmo que tenhamos colhido bons frutos de tais mudanças, infelizmente ainda existem narrativas que hoje deslegitimam as contribuições femininas na campanha pela aprovação dos direitos da mulher brasileira. A persistência nesse tipo de posicionamento vai de encontro com a interpretação de que o sufrágio feminino foi uma simples concessão do governo, no qual as mulheres, maiores beneficiadas no assunto, se mostraram apáticas e desinteressadas. E pior, legitimam visões negacionistas sobre a história do movimento feminista entre os discursos de extrema direita. Esse grupo em questão não possui qualquer tipo de comprometimento com metodologias historiográficas, mas ganharam muito espaço na “sociedade da informação”²⁸. O que nos leva a analisar com quem o negacionismo pretende dialogar e como pontua Napolitano e Junqueira (2019, p. 3) “[...] quem ele pretende atacar no presente quando revisa ideologicamente um tema no passado”.

Expor detalhadamente os componentes que envolviam as ações praticadas pelo movimento feminista brasileiro (desde a LEIM até a FBPF) faz parte da proposta de confrontar as ideias expostas acima, pois não há como negar os diferentes tipos de representações na luta feminina durante o processo de conquista do sufrágio. Além disso classificar mulheres como seres apáticos e alienados de sua própria condição na história é antes de tudo uma visão regada de machismo, que insiste em categorizar o sexo feminino como desinteressado de qualquer assunto que

²⁸ Temos assistido a forte onda negacionista que acomete produções científicas em geral e os perigos que narrativas do tipo causam em sociedade. Na história das mulheres nota-se que muitas produções, sobretudo aquelas divulgadas em canais cujo acesso é facilitado, como a internet (blogs, redes sociais, YouTube), tem disseminado interpretações negacionistas sobre o movimento feminista e sua campanha pelo sufrágio. De acordo com essa crescente tendência, as mulheres se mostravam completamente desinteressadas pelo voto e descarta-se qualquer participação e resistência feminina. No artigo “O feminismo é uma farsa: discursos sobre a representação feminista no Brasil durante a conquista pelo sufrágio no youtube.” foram analisados diferentes aspectos dessa abordagem, a partir da análise do vídeo sobre o tema da youtuber de direita Camila Abdo. Da Silva, I. (2021). O feminismo é uma farsa: discursos sobre a representação feminista no Brasil durante a conquista pelo sufrágio no youtube. *Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF*, 20(1), 27 - 41.

não seja aquele relacionado a sua função biológica. De acordo com esta interpretação, as mulheres não são agentes históricos conscientes de sua condição ou capazes de protagonizar sua própria luta por direitos políticos igualitários.

Ainda a respeito da LEIM vale destacar o tom moderado muito característico do grupo, em razão dele o grupo adquiriu reconhecimento da mídia e sociedade em geral, pontos extremamente positivos na busca por seu maior objetivo. A receptividade da associação pode ser explicada por mais de um motivo: além das escolhas táticas de representação, destacou-se a origem de tais mulheres, em sua maioria letradas, de origem nobre e membros circulantes entre a elite da época. Certamente, a origem facilitou a intermediação do grupo com contatos importantes e o trânsito nesse cenário favoreceu a relação entre ele e grupos de poder. Por mais que possa parecer contraditório, é justamente no seio de famílias tradicionais e benquistas que, de acordo com Celi Regina Pinto (2003, p.17), estas vozes tiveram condições boas o suficiente para emergir.

Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiam as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação (PINTO, 2003, p.17),

Em meio ao crescente reconhecimento do grupo, Bertha Lutz também conquistou espaço importante como representante do Estado em diversas conferências nacionais e internacionais. Dentro do seu constante interesse pela educação ela representou, por exemplo, o Museu Nacional, numa viagem para o exterior com o intuito de estudar o papel dos museus na educação infantil. Em viagem aos Estados Unidos, baseou-se nos modelos de ensino alternativos que tinham no museu objeto de desenvolvimento educacional. Dessa viagem escreveu o livro sobre a temática intitulado “O papel educativo dos Museus para Crianças”, nunca publicado.

A cientista também foi escolhida para comparecer à Primeira Conferência Pan Americana de Mulheres em Baltimore (USA) no ano de 1922²⁹,

²⁹ Durante leituras realizadas sobre o tema verificou-se que em duas produções bibliográficas diferentes, sendo elas a tese “As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)” e o artigo “O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino” a historiadora Mônica Karawejczyk informa datas diferentes para a Conferência Pan Americana de Mulheres. No primeiro trabalho o evento teria ocorrido entre os dias 20 e 23 de abril, mas no segundo o evento teria ocorrido entre os dias 20 e 23 de julho de 1922. Cruzamos as informações com outros textos lidos para compor esta pesquisa e além disso pesquisamos

evento organizado pela *National American Women Suffrage Association* (NAWSA) liderado por Carrie Chapman Catt³⁰. Na ocasião, que reuniu mulheres de diversas nações, cada representante ao retornar para seu país de origem deveria colaborar com a fundação de uma associação nacional. Dessa decisão surgiu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 09 de agosto de 1922 (KARAWEJCZYK, 2018).

A transição da LEIM para FBPF implicou em mudanças para além do nome. Foi a partir da Conferência Pan-Americana que Bertha Lutz e líderes de movimentos internacionais tiveram suas relações estreitadas. Carrie Chapman Catt, por exemplo, ilustra bem essa situação. Mônica Karawejczyk (2018) destacou em seu artigo que a composição de relações internacionais bem-sucedidas trouxe prestígio e boa reputação para a imagem da sufragista brasileira e seu grupo. A ocasião foi celebrada entre a própria imprensa que, como destacou Karawejczyk (2018 p. 9) “[...] utilizou palavras elogiosas na cobertura do evento, destacando a iniciativa como “louvável”, “memorável”, “cordial e brilhante” [...]” Os momentos pós Conferência foram determinantes para a história da FBPF porque a partir disso o grupo se espelhou no modelo de representação feminista norte americano, avaliado por terceiros como ala conservadora do feminismo estadunidense.

A respeito das principais características do grupo, a situação manteve-se bem próxima do que já acontecia quando ele ainda era conhecido sob a denominação de Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. As mulheres que se reuniam a partir da nova nomenclatura continuaram a pressionar os órgãos governamentais da época, organizaram eventos públicos de grande notoriedade, participaram ativamente da imprensa publicando seus textos e propuseram reuniões de caráter cultural com apresentação de recitais, músicas etc.

Com o passar dos anos a campanha adquiriu forte caráter propagandista, que se aproveitava dos mais variados veículos midiáticos para difundir

sobre o encontro no jornal *Correio da Manhã*. A partir do cruzamento dessas informações deduzimos que o evento tenha ocorrido no mês de abril.

³⁰ Líder norte americana do movimento feminista *National American Women Suffrage Association* (NAWSA), pioneiro na busca pela igualdade dos sexos, consagrou a luta pelo sufrágio feminino nos EUA. Também endossaram a luta feminina em causas como a educação política da mulher, trabalho feminino e etc. Esta líder manteve contato diplomático direto com Bertha Lutz, com quem as posições feministas eram compatíveis. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevidéu, 1933. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 21, p. 927-944 Setembro-Dezembro, 2013.

seus ideais. O investimento em ações desse tipo foi proveitoso, a FBPF logo aumentou o quadro de simpatizantes, expandiu-se em direção a outros estados como, por exemplo, no Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e conquistou valioso prestígio social. Não conseguimos mapear as datas em que surgiram as filiais do grupo, porém entende-se que esta expansão, promovida a partir de 1922 (ano de fundação da FBPF sob estes termos), tem relação com a campanha desenvolvida pelo grupo direcionada aos estados brasileiros.

Tendo em vista que a nível nacional a condição do voto feminino ainda era “não manifesta”, as feministas procuraram a nível estadual apoio político de nomes dispostos a inserir as mulheres no sistema político. Com isso, gradativamente, diferentes estados passam a ter filiais e associações unidas à FBPF (SOIHET, 2013, p. 66). Foi inclusive no dia 25 de outubro de 1927 que a organização vivenciou um “pequeno gosto” do que viria a ocorrer anos depois, pois a data marcou a permissão do alistamento eleitoral de mulheres no estado do Rio Grande do Norte, lei sancionada pelo então governador José Augusto Bezerra de Medeiros.

Cabe ressaltar a importância que essa primeira conquista adquiriu na história do grupo, pois a partir dela a FBPF lançou-se com mais força em busca de uma aprovação a nível nacional do voto feminino. Em consequência do que ocorreu no Rio Grande do Norte, Mônica Karawejczyk (2018, p.102) comenta que:

A Federação também passou a estimular o alistamento avulso de mulheres como eleitoras. Com o precedente que havia sido aberto, mulheres em várias partes do país passaram a exigir dos juízes eleitorais que aprovassem seu alistamento, algumas conseguiram atingir esse intento e outras não. Uma das que conseguiram se alistar foi Elvira Komel, a primeira eleitora mineira, em 1928.

No Jornal *Correio da Manhã* em matéria publicada no dia 12 de maio de 1928 escreveram sobre os atos liderados pela FBPF. Na ocasião comenta-se sobre a ousada campanha feminista, que consistiu em sobrevoar a capital distribuindo panfletos em apoio ao voto feminino, empreitada coordenada por Bertha Lutz, Carmen Portinho e Maria Amália Faria. Assim escreveu-se:

A propaganda pelo voto feminino, já irradiada por todos os Estados do país, vai se intensificando dia a dia nesta capital. Hontem, aproveitando o oferecimento da Condor Sindicato e levando além o trabalho que se tem dado nesse mister, algumas directoras da Federação pelo Progresso Feminino realizaram um vôo e de bordo de

um avião Junkers, dirigido pelo piloto Schuster, lançaram diversos folhetos e cartões sobre os edifícios do Senado, do palacio do Cattete e sobre diversas ruas do centro da cidade.

Esses folhetos e cartões, todos de propaganda dos direitos eleitoraes da mulher, reproduziam um trecho de um discurso do conselheiro Ruy Barbosa, em favor do voto, uma lista de quarenta paizes onde as mulheres já votam, um mappa da Europa mostrando que só em Portugal e nos paizes balkanicos e na Suissa não existe nenhuma forma de suffragio feminino, e uma declaração dos direitos da mulher. Dentre esses documentos destacava-se, ainda, um outro, dirigido á imprensa, dizendo:

“A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, órgão do movimento feminista no Brasil, faz um apello á imprensa brasileira, sempre generosa na defesa das causas nobres, solicitando o seu valioso apoio à campanha em prol dos direitos políticos da mulher.”

O vôo foi realizado pela manhã e nelle tomaram parte a sra. Bertha Lutz a engenheira Carmen Portinho e a sra. Marina Amalia de Faria, presidente tesoureira e secretaria da Federação (CORREIO DA MANHÃ, 1928, p. 03).

O voto certamente permaneceu como o principal objetivo do grupo, afinal ele poderia garantir maior representatividade dos interesses femininos e consequentemente abrir caminhos para outras conquistas. Entretanto esta não foi a única frente de luta das federalistas, pois elas também refletiam sobre questões diversas que envolviam a sociabilidade da mulher brasileira. Dentre os temas estava o da educação feminina, propulsora da emancipação intelectual da mulher. As integrantes defendiam a educação igualitária entre homens e mulheres, incentivam a participação feminina no ensino secundário, educação superior e concursos públicos. Cabe destacar também que em 1936 Bertha Lutz contribuiu diretamente para a elaboração da “Comissão do Estatuto da Mulher”. Segundo Rachel Soihet (2000), este documento visou a regulamentação dos artigos constitucionais referentes à mulher brasileira.

As atividades desenvolvidas pela FBPF ganharam amplo reconhecimento por parte da sociedade, o que garantiu boas críticas entre a imprensa. Foi assim quando organizaram a primeira Conferência pelo Progresso Feminino, o evento abordou diferentes temas, todos de acordo com a multiplicidade de interesses da FBPF e foi realizado entre os dias 19 e 23 de dezembro de 1922. As reuniões foram resumidamente publicadas no jornal *A noite*.

[...] contaram com seis comissões de discussões, sendo assim distribuídas: educação e instrução; legislação do trabalho; assistência às mães e à infância; direitos civis e políticos; carreiras e profissões

apropriadas a serem franqueadas pelo sexo feminino e a comissão das relações panamericanas e paz (KARAWEJCZYK, 2018).

Acerca da Conferência cabe destacar que ela foi organizada sob os parâmetros norte-americanos, espelhada sobretudo na organização da NAWSA. Inclusive, nesta mesma ocasião, Carrie Chapman Catt foi convidada especial, compareceu ao Brasil e proferiu seu discurso a favor da mulher numa das palestras de mais destaque do evento. Nessas circunstâncias o grupo conseguiu atrair os olhares da população em geral e difundir seus propósitos de forma exitosa.

Tendo à frente a figura de Bertha Lutz, a FBPF demonstrou o caráter associativo que o grupo adquiriu a partir do século XX. Este era organizado, situação expressa em detalhes como a elaboração de estatutos internos, reuniões devidamente registradas em atas e até mesmo a criação do seu próprio hino. Pode-se dizer que a campanha feminista brasileira foi aprimorada e a FBPF teve papel relevante nesse sentido. Para Karawejczyk (2018, p. 2) Bertha Lutz

[...] procurou fundar uma associação, com um grupo específico de mulheres, para fazer com que as vozes femininas – em uníssono – fossem ouvidas pela sociedade. Para atingir tal objetivo elas tiveram que assumir certas *posições estratégicas* para poder levar suas demandas para o debate público (KARAWEJCZYK, 2018, p. 2, **grifo nosso**).

Entre a líder e parceiras havia o desejo de almejar, a partir de uma única voz, a maior e mais unida campanha pelos direitos das mulheres no país, embora saibamos dos problemas de representatividade que isso poderia gerar já nos anos de 1920. Ao longo do primeiro capítulo, a ênfase atribuída às diferenças de raça e classe serviram para expressar dificuldades e contradições que muitas representações feministas demonstraram nos séculos passados. O maior deles, talvez, seja essa tentativa ambiciosa de comunicação que desejou reunir num só discurso diferentes vozes, mas que no fim das contas acabava por se expressar através de um lugar de fala muito privilegiado e conseqüentemente desconsiderando realidades distintas.

No caso da FBPF há que se destacar também a constante preocupação do grupo com sua própria reputação, sobretudo em mantê-la intacta perante a tradicionalista sociedade da década de 1920. Cautelosamente, as posições assumidas perante o público brasileiro não tinham por intenção o confronto com as disposições sociais vigentes, cuja moralidade cristã era inexoravelmente defendida

por aqueles contrários à independência cívica, social e econômica das mulheres. Novamente o tom moderado e pacifista do grupo consegue não apenas atrair olhares, mas mantê-los tolerantes às suas ideias.

Mesmo com a adoção desse tipo de postura a FBPF não foi isenta de críticas, pois houve manifestações adversas a campanha sufragista. Por vezes, a mesma imprensa que exaltava a imagem do grupo logo tratava de deturpá-la. Nos jornais as opiniões se alternavam a respeito das reais intenções dessas mulheres, afinal o que elas buscavam com toda essa agitação? Quais riscos implicaria para a família? Dentre os argumentos identificados entre os grupos opositores a emancipação política feminina o perigo do rompimento das mulheres com suas funções naturais (maternidade e lar) e a corrupção da moral feminina eram os mais debatidos.

As concepções em torno do papel praticado pela mulher em sociedade tiveram sua origem no interior da Igreja Católica que no Brasil exerceu por muitos anos e, talvez, ainda exerça, em conjunto com as Igrejas Evangélicas influência social, política, comportamental e etc. Curiosamente, é dessa influência e, com o intuito de manter a sacralidade da mulher intacta, que surgiu durante a primeira onda feminista no Brasil- e em outros países como Uruguai- o feminismo católico/cristão. Este grupo caracterizou-se pela defesa dos valores e sobretudo da moral cristã. Tendo se apropriado do feminismo, baseou seus ideais nas tradições e dogmas religiosos.

De acordo com a descrição de Vasquez (2014, p. 57):

Para elas, um feminismo que não acreditasse em Deus, na Pátria, na honra e na família, não era feminismo. Procuravam conquistar uma “emancipação natural”, sem revolução nem “ruidosas batalhas”. Sustentavam que na sua meta não buscava a destruição ou a subversão, mas a preservação e a reconstrução da moralidade cristã.

Como o trecho acima aponta, a preservação da moralidade cristã era a marca principal dessa vertente feminista. De acordo com sua interpretação, as mulheres eram as principais detentoras da moralidade cristã, capazes de perpetuar todos os ensinamentos religiosos sem qualquer risco de desvio de caráter. A moralidade incorruptível era a característica “inata” de todas as mulheres e por isso elas seriam capazes de construir uma sociedade mais justa. Podemos presumir que a origem dessa concepção é bíblica e teve em Maria, mãe de Jesus, sua principal

figura representativa. Também se percebeu que entre o feminismo católico/cristão havia

[...] a ênfase na diferença de ações, condutas, espaços e valores, com base nas diferenças sexuais, as quais, além de serem identificadas, eram potencializadas e reforçadas, numa estratégia de captação das mulheres sob a dominação dos homens na hierarquia eclesiástica. (VASQUEZ, 2014 p. 71).

A vertente católica/cristã resignificou o feminismo, adaptando a luta pela igualdade política entre homens e mulheres ao discurso religioso. A prática ganhou adeptos e espaço entre a imprensa brasileira e no esforço de não confrontar esse tipo de manifestação cujo a influência era tão potente entre os brasileiros, Bertha Lutz prezou pela boa convivência entre os grupos. Para Vasquez (2014, p. 58) a fundadora da FBPF “desenvolveu um feminismo moderado- quase cristão-, na tentativa de diferenciar-se do feminismo inglês, relacionando em seus discursos o conceito de mulher ao de mãe”. Novamente, a postura idônea da líder pode se explicar através do conceito de feminismo tático exposto pela historiadora Rachel Soihet, no sentido de que Bertha Lutz e colegas buscavam com tal posicionamento manterem-se no cenário público e conquistar o apoio de setores como a própria Igreja. Além disso, havia por parte da FBPF a real intenção de trazer para perto de si mulheres assumidamente católicas e, conseqüentemente, costurar com linhas fortes a relação entre as associações.

Embora o conflito não fosse direto, no caso específico da FBPF o que se observou enquanto resistência por parte de religiosos foi o fato de que estes últimos consideravam desrespeitosa e arriscada a influência norte-americana de cunho protestante sobre a vida das mulheres brasileiras tipicamente católicas. Buscando orientações a este respeito Bertha Lutz trocou cartas com sua mentora e amiga pessoal, Carrie Chapman Catt e acabou “sendo aconselhada a não entrar em conflito, pois o Brasil, segundo sua perspectiva, é um país católico e vai continuar assim. [...]” (KARAWAJCZY, 2018 p. 14).

Em razão desse tom moderado e harmonioso pode-se dizer que a FBPF se firmou como representante dos interesses femininos a partir do que consideramos ser um movimento duplo: criticou a estrutura limitante da mulher em sociedade, viabilizando inclusive formas de romper com esta hierarquia, mas ao mesmo tempo reforçou padrões de gênero pré-determinados. Isto porque, além de toda prudência identificada em seus posicionamentos, também reconhecemos no

grupo a exaltação de valores tradicionais ligados à mulher como, por exemplo, as qualidades femininas vinculadas ao lar e a maternidade.

A situação é complexa, mas foi constante na história do grupo e nosso interesse em tais aspectos se dá apenas com o objetivo de expor e contrapor análises históricas e assim apresentar ao leitor as diferentes faces de um mesmo elemento. Contudo, isto não inibe as contribuições que Bertha Lutz e companheiras realizaram em prol do movimento feminista no Brasil. E agora tendo reconhecido essas conquistas, cabe a pesquisa procurar responder a outra pergunta: quem foram essas mulheres?

Sabemos até o momento que o grupo era composto por mulheres diplomadas, bem sucedidas e reconhecidas publicamente. Entre a elite, círculo social do qual emergiram, seus nomes e os de suas famílias eram estimados. As raízes do movimento soam positivas quando se entende que o entrosamento do grupo com setores nacionais poderosos era, por esse motivo, mais fluido. Por isso e com o intuito de compreender o perfil das associadas da FBPF, optou-se por reunir os nomes das mulheres que compuseram a diretoria do grupo entre os anos de 1922 a 1929 no quadro a seguir. A relação de membros do núcleo do grupo foi elaborada a partir da consulta feita nas atas de reuniões do mesmo³¹.

3.2 AS FEMINISTAS DA FBPF: QUADRO DE ASSOCIADAS E PEQUENAS BIOGRAFIAS

Para coletar os nomes das associadas foram observadas as descrições das atas que destacavam entre um e dois parágrafos, no início dos registros, todos os presentes na reunião e em seguida comparamos tais nomes com as assinaturas contidas ao final de cada encontro. O livro utilizado nesta pesquisa, em sua versão única, reunia registros dos encontros feitos em todo o período competente ao recorte da pesquisa e ata por ata foi consultada. Não se sabe se haviam outros livros disponíveis no acervo físico que compreendia o período estudado, pois não tivemos acesso a essa informação. Contudo compreende-se que essa é uma

³¹ O livro de atas consultado para essa pesquisa é um volume único que vai de 1922 a 1931. Ele foi o único livro disponibilizado para nossa pesquisa, justamente por encontrar-se em formato digital. A consulta e acesso ao documento ocorreu por meio de cadastro criado diretamente no site oficial do Arquivo Nacional e o documento digitalizado segue disponível no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

possibilidade mediante o momento em que o acervo vivia quando visitamos o Arquivo nacional³².

O quadro exposto abaixo está organizado por anos (1922-1929), cada nome relacionado pertence a uma categoria que, por sua vez, se divide entre as funções assumidas internamente na associação. Adicionamos a categoria “Sem classificação” com o intuito de adequar nomes que não foram correlacionados a nenhum cargo, nem de maneira mais abrangente enquanto “membros da direção”. A decisão de acrescentar a categoria foi tomada para que nenhum nome da tabela fosse descartado por conta da inexistência de padrão nos registros.

Verificou-se a partir da análise do quadro que enquanto no primeiro encontro, realizado em 14 de agosto de 1922, essas mulheres são citadas a partir das funções que ocupam, nas outras reuniões não há essa diferenciação. Devido a isso a coluna de 1922 é a mais completa, enquanto as outras possuem muitas lacunas. Essa situação, embora não tenha impactado a construção do quadro em si, tornou problemática a compreensão do papel específico assumido por cada uma dessas mulheres ao longo dos anos, bem como da rotatividade de funções exercidas entre elas.

Outro aspecto que merece destaque e vai de encontro com a ideia de que embora as atas sejam documentos oficiais e sigam roteiro para sua elaboração, ainda assim reúnem aspectos naturais da escrita, são as constantes abreviações dos nomes das integrantes. Isso ocorreu, por exemplo, com Maria Esther Corrêa Ramalho, algumas vezes citada a partir do seu nome completo e em outras apenas como Esther Corrêa Ramalho. Ou seja, não se tratam de pessoas diferentes, apenas apelidos ou abreviações utilizados corriqueiramente no processo de elaboração e escrita das atas.

Também chamou atenção o fato de Bertha Lutz ter sido presidente do grupo por praticamente todos os anos que competem o recorte da pesquisa, exceto no registro identificado em novembro de 1924, momento no qual Stella Duval³³ assumiu a posição de presidente frente à FBPF. Bertha Lutz se firmou como a principal

³² Havia limitações para consulta dos documentos do Fundo da FBPF no Arquivo Nacional, por exemplo, foi estipulado tempo limite para nossa pesquisa e catalogação. Além disso, o acervo não foi em sua totalidade liberado para o nosso grupo devido o momento de transição dos documentos para sua versão digital e regras internas da instituição.

³³ Durante o processo de elaboração do quadro de membros do núcleo da FBPF observou-se ata por ata, o registro dos nomes das integrantes que frequentavam aquelas reuniões. Tais nomes foram comparados com suas assinaturas ao final de cada documento. Verificou-se que a respeito do nome no texto indicado como Stella Duval, nas atas foi o mesmo foi redigido como “Stella de Carvalho Guerra Duval”.

líder da FBPF nos anos mais solenes do grupo, ou seja, entre as décadas de 1920 e 1930, período de crescente expansão do grupo e da causa sufragista no Brasil. Este aspecto indica ainda a alta capacidade de influência, poder e liderança exercidos internamente por ela.

Mais um ponto importante apurado ao longo dessa coleta foi a notória ausência da presença masculina como membro da diretoria do grupo. Os homens citados nas reuniões eram sempre classificados como visitantes, parte dos nomes são facilmente reconhecidos como, por exemplo, do deputado Juvenal Lamartine. De qualquer forma este apontamento indica que, por mais simpatizantes que fossem os apoiadores da causa feminina, o grupo não teve dentro do período estudado membros masculinos, ao menos não entre a diretoria da FBPF, delimitando a representatividade assumida entre figuras femininas.

O resultado desse levantamento nos mostrou a quantidade variada de mulheres que participavam das reuniões da diretoria (entre 6 e 26 integrantes) e nele certos nomes são mais recorrentes que outros. Corina Barreiros³⁴, por exemplo, foi tesoureira do grupo no ano de sua fundação em 1922 e depois disso seu nome não foi identificado nem mesmo entre as visitantes, ao contrário de outras mulheres que foram relacionadas nas atas ao longo de todo o recorte temporal da pesquisa (1922-1929). Isso significa que Corina Barreiros deixou de frequentar as reuniões do grupo? Esta pode ser uma alternativa, tendo em vista que esse foi o mesmo período em que ela se afastou da FBPF para participar da organização da Associação Cristã Feminina - apesar da possibilidade não encontramos na nossa fonte nenhum tipo de confirmação a este respeito.

Além disso, o próprio livro de atas nos faz repensar a frequência nas reuniões das integrantes do grupo, pois ele detém lacunas. Novamente salientamos que não há padrão identificado nos registros, sendo assim o nome de Corina Barreiros pode simplesmente não ter sido registrado/ assinado. Ou ainda, como a frequência dessas reuniões era irregular, isso também pode ter motivado sua ausência. Por fim devemos considerar o estado de conservação da fonte, que pode ter sido alterada ou

³⁴ A biografia de Bertha Luz aponta que Corina Barreiros esteve presente e contribuiu com seus serviços desde a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher ao lado de outras colegas como Júlia Lopes de Almeida, Jeronyma Mesquita, Valentina Biosca, Esther Salgado Monteiro, Isabel Imbassay Chermont. LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

danificada com os anos, por mais que o livro tenha identificação de volume, período de tempo e etc. nada impede de que alguns registros da mesma época tenham sido feitos em outros cadernos.

Segue abaixo o quadro de associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do grupo entre o período de 1922 a 1929:

Quadro 1 – Associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do grupo entre o período de 1922 a 1924.

Cargos e funções	1922 (16 integrantes)	1923 (9 integrantes)	1924 (6 integrantes)
Presidente	Bertha Lutz.	Bertha Lutz.	Bertha Lutz.
Vice Presidente	Isabele Jussara Durval*.	Sra. Justo Chermont	Stella de Carvalho Guerra Duval.
2° Vice presidente	--	--	Jerônima Mesquita.
Secretária geral	Valentina Biosca.	--	--
1° secretária	Carmem Velasco Portinho.	--	Valentina Biosca.
2° secretária	Esther Salgado.	--	--
Tesoureira	Corina Barreiros.	--	Maria Ester Corrêa Ramalho.
Membros da direção	--	--	--
Visitantes	Ana de Castro Osório (presidente da Liga Feminista de Portugal); Adelia Coit (tesoureira da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino); Beatriz Baltar (secretária da Liga do Distrito Federal pelo Progresso Feminino)	--	Cassilda Martins (presidente da Aliança pelo Sufrágio do Estado do Rio).

Sem classificação	Olga Melo Braga (presidente da Liga do Distrito Federal); Jerônima Mesquita; Margarida Lopes de Almeida; Sra. Justo Chermont; Stella Duval.	Stella Duval; Jerônima Mesquita; Maria Esther Corrêa Ramalho; Maria dos Reis Campos; Esther Ramalho; Georgina Martins; Valentina Biosca.	--
-------------------	---	--	----

Fonte: (Do Autor, 2023).

Quadro 2 – Associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do grupo entre o período de 1925 a 1927.

Cargos e funções	1925 (12 integrantes)	1926 (26 integrantes)	1927 (11 integrantes)
Presidente	Bertha Lutz.	Bertha Lutz.	Bertha Lutz.
Vice Presidente	Jerônima Mesquita.	--	--
2° Vice presidente	--	--	--
Secretária geral	--	--	Maria Esther Corrêa Ramalho.
1° secretária	--	--	--
2° secretária	--	--	--
Tesoureira	--	--	Carmem Velasco Portinho.
Membros da direção*	--	Jerônima Mesquita; Orminda Bastos; Stella de Carvalho Guerra Duval; Laurinda Santos Lobo; Evangelina Faria.	Orminda Bastos; Clotilde Mello Vianna; Jerônima Mesquita.
Visitantes	--	--	--
Sem classificação	Maria Esther Corrêa Ramalho; Isabele Jussara Durval*; Laurinda Santos	Joana Lopes; Amandina Pinto; Esther Ferreira Vianna; Aurea Pires	Alfreda de F. Starling Moura; Ana Pires da Gama; Brasília de Faria

	Lobo; Stella de Carvalho Guerra Duval; Esther Ferreira Vianna; Evangelina Faria; Moema Von Schilgen; Laura Freire; Amandina Pinto; Sascha Engelhart *.	da Gama; Moema Von Schilgen; Alfrada de Figueiredo Starling; Mariana Joaquina Gurjão; Maria Esther Corrêa Ramalho; Laura Freire; Mrs.Daniels; Mrs. Whitfield; Maria da Gloria Netto D'avila de Oliveira; Analiada Gama Ferreira Alves; Condessa de Souza Dantas; Esther Rego; Rodbeere Williams*; Maria José Haltron; Yveta Ribeiro; Laura de Souza Freire; Anesia Pinheiro Machado.	Castro; Violeta de Payão; Emília Nicolau.
--	--	--	---

Fonte: (Do Autor, 2023).

Quadro 3 – Associadas da FBPF que frequentaram as reuniões do grupo entre o período de 1928 a 1929.

Cargos e funções	1928 (15 integrantes)	1929 (9 integrantes)
Presidente	Bertha Lutz	Bertha Lutz
Vice Presidente	--	--
2° Vice presidente	--	--
Secretária geral	--	Jerônima Mesquita.
1° secretária	--	--
2° secretária	--	--

Tesoureira	--	--
Membros da direção*	Carmem Velasco Portinho; Maria Ester Corrêa Ramalho.	Orminda Bastos; Carmem Velasco Portinho; Maria Ester Corrêa Ramalho.
Visitantes	--	--
Sem classificação	Elisete Van Der Hoert de Beltran; Amélia Sapiensa; Esther Ferreira Vianna; Alfreda de F. Starling Moura; Clotilde Mello Vianna; Rosine Guerra Novaes; Moema Von Schilgen; Evangelina Faria; Celeste de Cerqueira; Mariana Joaquina Gurjão; Maria Amalia Bastos de Miranda Jordão; Nathércia da Cunha Silveira.	Maria Amalia Bastos de Miranda Jordão; Moema Von Schilgen; Nathércia da Cunha Silveira; Dives Mirana Freitas.

* Todos os nomes que contém o asterisco foram identificados, porém existem dúvidas no que diz respeito à grafia dos mesmos ocasionadas pelas difíceis condições de leitura do documento.

Fonte: (Do Autor, 2023).

Do levantamento de nomes reunidos anteriormente, iremos detalhar o perfil de seis associadas, número pequeno se comparado ao volume total identificado acima, mas que foram escolhidos porque referem-se a personalidades públicas bem conhecidas na época³⁵. As integrantes escolhidas para a análise foram Carmen Velasco Portinho, Jerônima Mesquita, Orminda Bastos, Natércia da Silveira, Valentina Biosca e Ana de Castro Osório.

3.1.1 Carmen Velasco Portinho

³⁵ Consideramos que não seria viável buscar por informações de todas as associadas do quadro e relacioná-las nesta pesquisa. Isto se justifica, primeiro, por questões que envolvem os prazos para produção da dissertação e também porque compreendemos as dificuldades que envolvem o trabalho com a história das mulheres. Existem poucas fontes confiáveis de informações a respeito de personalidades femininas, em alguns casos qualquer registro é uma raridade. Por isso foram escolhidas apenas seis mulheres membros da FBPF para serem descritas nessa etapa da pesquisa, devido à ampla gama de material encontrada na internet a respeito delas.

A respeito de Carmen Velasco Portinho, vários materiais foram encontrados em diferentes páginas da internet, situação que nos surpreende até certo ponto, pois no caso dessa mulher sabemos que ela era publicamente reconhecida por sua carreira como engenheira e arquiteta, setores em que contribuiu valorosamente. Carmen Portinho nasceu em Corumbá no dia 23 de janeiro de 1903, filha de Maria Blanco Portinho (de origem boliviana, mas radicada no Brasil) e de Francisco Sertório Portinho. De acordo com as pesquisas, ela foi a terceira mulher a se formar em engenharia civil no Brasil, tendo concluído a faculdade em 1925. Posteriormente, em 1935, foi a primeira mulher que obteve o título de urbanista no país.

Sua origem indica que a família era bem-sucedida, mas com o falecimento do pai a criação dela e dos nove irmãos ficou sob responsabilidade materna. Todos os filhos obtiveram educação formal e independentemente do sexo foram incentivados nos estudos e na vida profissional. A formação de Carmen Portinho muito nos interessa: ela estudou engenharia na Escola Politécnica da Universidade do Brasil, também ingressou na Escola Nacional de Belas Artes e quando inaugurada a Universidade do Distrito Federal, formou-se em Arquitetura e Urbanismo³⁶ (O JORNAL, 1962). Sobre sua relação com as artes, Carmen Portinho (1988) em entrevista concedida a Hugo Segawa comentou que:

Eu, anteriormente, ou durante certo tempo, frequentei a Escola Nacional de Belas-Artes, porque pretendia me formar em arquitetura também. Fiz dois anos. Tenho uma certa sensibilidade para artes plásticas: sou crítica de arte, sou da Associação Internacional de Críticos de Arte. Naturalmente, uma pessoa que tem sensibilidade para artes, e principalmente artes plásticas, não pode cingir seu universo à engenharia, somente.

A engenheira, bem-sucedida profissionalmente, trabalhou como membro integrante da Diretoria de Obras e Viação da prefeitura do Distrito Federal do Brasil e depois foi promovida como auxiliar técnica da Diretoria de Obras da Prefeitura do Distrito Federal. No exercício da profissão realizou diversas viagens e seu nome tornou-se reconhecido entre a área. Carmen Portinho era uma pessoa influente,

³⁶ As informações relacionadas a vida pessoal e profissional de Carmen Velasco Portinho foram identificadas numa matéria publicada no jornal *Correio da Manhã* em 1962 que celebra a carreira da engenheira e urbanista, destacando seus principais projetos como o desenvolvimento de conjunto habitacionais ou ainda sua importante contribuição como diretora do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. A matéria pouco comenta sobre a campanha feminista que a engenheira desenvolveu em décadas passadas.

participou de inúmeros eventos (nacionais e internacionais), situação facilitada pelo fato de que era fluente em vários idiomas como, por exemplo, o francês.

A respeito de sua mobilização em torno dos direitos das mulheres, desde o princípio da FBPF é possível identificar seu nome como membro integrante do grupo. Nas pesquisas realizadas observou-se que este “outro lado” da trajetória de Carmen Portinho é retomado nos sites e matérias jornalísticas com tanta atenção quanto sua trajetória profissional. Além de fazer parte da diretoria da FBPF e auxiliar diretamente na campanha desenvolvida pelo grupo, Carmen Portinho foi a fundadora da União Universitária Feminina (UUF), criada em janeiro de 1929.

Tendo em vista as condições desiguais da educação entre homens e mulheres, esta organização foi elaborada com o objetivo de prestar suporte e apoiar o sexo feminino no ambiente universitário. Carmen Portinho foi a primeira presidente da UUF, o grupo reunia profissionais liberais formadas que em conjunto com universitárias apoiavam a entrada das mulheres no Ensino Superior e sua permanência naquele espaço. Carmen Portinho faleceu em 2001 aos 98 anos e não teve filhos.

3.1.2 Jerônima Mesquita

Jerônima Mesquita, outra integrante da FBPF cujo nome foi recorrente entre as atas, também foi personalidade de trânsito entre a elite brasileira. Nasceu em 30 de abril de 1880 na cidade de Leopoldina (MG), filha de Maria José Villas Boas de Siqueira Mesquita, a Baronesa de Bonfim, e José Jerônimo Mesquita, um dos maiores comerciantes de pedras preciosas do país.

Schumacher e Brazil (2000, p. 334) relembram que ela:

Aos 17 anos casou-se, por imposição da família, com um primo, com quem teve um filho; separou-se do marido dois anos depois e nunca mais se casou. Viveu a primeira década do século XX na Europa, dividindo-se entre a França e a Suíça. Encontrava-se no Velho Continente quando explodiu a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Ingressou como voluntária na Cruz Vermelha de Paris e, posteriormente, participou dos trabalhos de assistência promovidos pela Cruz Vermelha da Suíça durante os conflitos.

Como de costume, algumas famílias brasileiras enviavam seus filhos para a Europa com o intuito de completarem os estudos e assim aconteceu com Jerônima Mesquita. Durante estadia na França, onde permaneceu para fazer os

estudos secundários, ela e Bertha Lutz se conheceram, dando início a duradoura amizade. Depois, quando ambas retornaram ao Brasil, também uniram esforços em prol dos direitos das mulheres. Ela teve participação fundamental no percurso desenvolvido pela LEIM e FBPF devido sua influência social e capacidade de mediação entre o grupo e órgãos governamentais. A partir do levantamento realizado nas atas Jerônima Mesquita exerceu internamente diferentes funções, variando entre os cargos de vice-presidente (1924-1925) e secretária geral (1929).

Ela também coordenou atividades voltadas para assistência social e saúde em conjunto com a própria mãe e outras integrantes do movimento feminista, pois embora não fosse formada em enfermagem, sempre se aproximou de campanhas que beneficiavam a área. De algumas ações como essas resultaram, por exemplo, a criação da Fundação Pró Matre e da Federação de Bandeirantes do Brasil. Tamanho foi seu reconhecimento público que em homenagem a esta feminista, a partir do projeto de lei apresentado por João Menezes em 1979, num Brasil amordaçado pela Ditadura, instaurou-se o Dia Nacional da Mulher. A data é celebrada a cada 30 de abril, mesmo dia em que Jerônima Mesquita nasceu. De acordo com informações Jerônima Mesquita faleceu no Rio de Janeiro em 1972.

3.1.3 Orminda Bastos

Orminda Ribeiro Bastos, nome escolhido para compor esta pesquisa, também se destacou entre as associadas da FBPF. De acordo com o levantamento realizado, seu nome foi identificado nas atas a partir de 1926 como uma das integrantes da diretoria do grupo, mas sem especificações quanto ao cargo. A respeito dessa personalidade, cabe mencionar que nasceu em Manaus no dia 12 de abril de 1899, mas cresceu e morou por anos em Belém (PA). Nesta mesma capital obteve o diploma no curso de Direito em 1922 pela Faculdade Livre de Direito do Pará. Contudo, como pontuado por Schumacher e Brazil (2000, p. 530) ela também:

Era jornalista, professora de grego e de latim do Colégio Estadual Paes de Carvalho, espírita praticante e advogada no Fórum de Belém. Até 1925, sua atuação sufragista no Pará manteve-se diretamente ligada ao jornalismo impresso, além de conferências proferidas às mulheres na Liga Cooperativa das Operárias de Fábrica.

Seus textos divulgados entre a imprensa paraense causavam alvoroço. Dois deles, reproduzidos no então periódico *Folha Norte*, além de todo

impacto gerado por discutir a emancipação feminina, causaram controvérsia devido aos argumentos utilizados, que justificavam suas ponderações a respeito da abertura dos direitos políticos para as mulheres. Os artigos em questão foram “O voto feminino no Brasil”, publicado em novembro de 1922 e a “A emancipação da mulher” publicado em novembro de 1923.

De acordo com Maria Luzia Miranda Álvares (2006) o voto feminino para Ormindia Bastos era uma ideia totalmente válida, mas ao mesmo tempo arriscada, pois naquele momento estava sendo importada para o Brasil, baseando-se em experiências externas. A crítica consistia na desconsideração de aspectos internos relevantes ao país como o analfabetismo e desamparo educacional entre as mulheres. Para ela, o voto feminino não poderia ser discutido sem a prévia reflexão sobre a formação intelectual e cultural da grande massa feminina. Seria necessário inicialmente o avanço nesse aspecto antes da legitimidade do voto, pois grande parte do público a ser beneficiado estava, no seu ponto de vista, despreparado para o exercício da cidadania.

Em 1925 a advogada mudou-se para a capital carioca e lá passou a fazer parte da equipe de advogados do jurista Evaristo de Moraes. Também participou da FBPF, de quem era assessora jurídica. As contribuições de Ormindia Bastos para o movimento foram expressivas, sobretudo por conta da sua formação. Posteriormente ela foi responsável, em conjunto com outras mulheres, pelo desenvolvimento e escrita das “reivindicações da mulher brasileira incluídas no anteprojeto da Constituição de 1934 e apresentadas por Bertha Lutz” (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 530).

3.1.4 Natércia Da Silveira

Natércia da Cunha Silveira, seu nome foi identificado nas atas das reuniões entre os anos de 1928 e 1929. Nascida no município de Itaqui em 14 de março de 1905 e filha de Manoel da Cunha Silveira, membro do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, reconhecida por muitos como “Natercia Silveira”, cresceu no seu estado natal (RS), onde formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1926. Após a graduação mudou-se para o Rio de Janeiro e como sempre se interessou por causas feministas, na capital integrou-se à FBPF. No movimento participou em conjunto com outras associadas na fundação da União Universitária Feminina.

Destacou-se em relação a outras integrantes da FBPF devido aos posicionamentos políticos bem definidos. O ativismo nessa esfera foi característica marcante ao longo da sua vida. Mesmo enquanto membro do grupo feminista, Natércia da Silveira participou de muitos encontros que reuniam políticos de diferentes regiões com o objetivo de pleitear o voto feminino entre ministros, deputados e generais. Já se mencionou neste capítulo que a FBPF, diante do correr dos fatos e transições políticas assistidas na década de 1920 adotou conduta cautelosa e manteve-se de modo geral afastada desse cenário.

Porém, o acatamento ao posicionamento gerou divergências, Natércia da Silveira se desligou da FBPF por tais motivos. De acordo com Schumacher e Brazil (2000, p. 506):

[...] foi sobretudo o apoio irrestrito de Natércia ao candidato da Aliança Liberal à presidência da República, em 1929, que provocou a ruptura entre ambas. Durante a campanha, Natércia participou de um comício da Aliança Liberal, em apoio a Getúlio Vargas e João Pessoa, quando discursou contra o governo de Washington Luís. Bertha considerou que este tipo de engajamento partidário poderia comprometer a luta feminina pelo voto. A divergência aberta entre as duas levou Natércia a deixar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Após saída, Natércia da Silveira fundou a Aliança Nacional das Mulheres (ANM)³⁷. A retomada do perfil de Natércia Silveira entre tantos nomes coletados na análise das atas foi proposital e serviu para fundamentar a ideia de que o grupo liderado por Bertha Lutz, assim como diversos outros movimentos sociais, apresentava dissidências internas. Expostas, elas evidenciam fragilidades da FBPF, que levantou a bandeira feminista a partir de perspectiva mais próxima da classe dominante. As diferenças internas explanadas reforçam os argumentos de que quando falamos de feminismo no século XX, estamos reunindo representações políticas plurais que se diversificam conforme as classes sociais, ideologias e etc.

³⁷ A Aliança Nacional das Mulheres foi fundada em 30 de janeiro de 1931 por Natércia Silveira. Movimento de perfil assistencialista, ganhou muita repercussão entre trabalhadoras, pois dialogava diretamente com as inquietações correspondentes à classe. Dentre suas ações, o grupo se destacou sobretudo por conta da fiscalização das condições de trabalho das mulheres e amparo jurídico prestado gratuitamente. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino. Brasil: 1932-1943. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, vol. 29, n° 59, p. 67-686, setembro-dezembro, 2016.

3.1.5 Valentina Biosca

Valentina Biosca foi pintora, compositora e editora de música brasileira³⁸. Embora seu nome tenha sido citado no quadro de associadas entre os anos de 1922, 1923 e 1924 sabe-se que ela participou ativamente da FBPF entre as décadas de 1920 a 1930. A feminista foi presidente da comissão de Proteção da Mulher durante o I Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF em dezembro de 1922, no Rio de Janeiro. Ela foi responsável por desenvolver estudos que criticavam as más condições das mulheres trabalhadoras. Schumacher e Brazil escrevem que na Conferência Valentina Biosca (2000, p. 593).

[...] apresentou uma tese sobre o Trabalho feminino nas Fábricas, que criticava de maneira contundente a realidade vivenciada pelas mulheres e menores nas fábricas. O estudo de Valentina resumia a posição da FBPF a respeito das condições de trabalho do operariado feminino, e foi aprovado pelo congresso.

Valentina denunciou especialmente a situação das operárias da indústria têxtil, principal empregadora de mão de obra feminina e infantil.

A feminista defendia direitos básicos como melhores condições de trabalho (higiênicas e de segurança), igualdade salarial, redução da jornada de horas trabalhadas, criação de creches gratuitas para as mães trabalhadoras e fiscalização para interromper com abusos psicológicos e sexuais no ambiente de trabalho.

3.1.6 Ana De Castro Ozório

Ana de Castro Ozório nasceu em Mangualde no dia 18 de junho de 1872 e faleceu em Setúbal, no dia 23 de março de 1935. Foi uma proeminente escritora portuguesa, principalmente de livros infanto-juvenis, tradutora e ativista pelos direitos das mulheres no seu país de origem. Consolidou seu nome no ramo da imprensa através de colaborações em periódicos e revistas. Do trabalho desenvolvido através da escrita, Ana de Castro Ozório publicou o que foi considerado o primeiro manifesto feminista português “Às mulheres portuguesas” de 1905.

A feminista que já morou no Brasil, em São Paulo, durante os anos de 1911 a 1913, quando acompanhou seu marido Paulino de Oliveira (cônsul de Portugal) em viagem, teve seus laços estreitados com Bertha Lutz a partir dessa visita.

³⁸ Não foi possível identificar nas pesquisas realizadas informações a respeito do local, data de nascimento e falecimento de Valentina Biosca.

Posteriormente, em 1922, durante nova excursão até as terras brasileiras, a relação entre ambas se tornou ainda mais próxima (CRUZ; CASTRO, 2018). Inclusive verificase no quadro exposto acima que justamente nesse mesmo ano Ana de Castro Ozório teve seu nome relacionado entre as visitantes da FBPF.

A escritora portuguesa instruiu e colaborou positivamente para a organização e divulgação dos planos de ações do movimento brasileiro. Tais constatações foram reconhecidas através da troca missiva de cartas entre Ana de Castro Ozório e Bertha Lutz. Foi por meio da análise dessas correspondências que CRUZ e CASTRO (2018, p. 117) apontaram que:

[...] ao lermos essas cartas, percebemos primeiramente o caráter internacionalista do feminismo das primeiras décadas do século XX, apesar do caráter nacionalista das últimas ações de Ana de Castro Osório. Nota-se, inclusive, que as duas mulheres de ação tinham diversos interesses em comum, sobretudo no que tange ao acesso ao mercado de trabalho e às suas condições. Além disso, há apoios mútuos. Ana solicita a ajuda de Bertha Lutz para a divulgação de sua obra e para ampliar as relações de seus protegidos. Em contrapartida, ela consegue em Portugal a divulgação das ações feministas capitaneadas por Bertha.

Ana de Castro Ozório acreditava no poder da união entre as forças lusitanas e brasileiras, sua relação amigável e duradoura com Bertha Lutz demonstrou a vontade de potencializar a luta nacional em favor dos direitos políticos, educacionais e econômicos das mulheres.

4 A FBPF NA PRÁTICA: ANÁLISE DAS SUAS ATIVIDADES ATRAVÉS DAS ATAS DO GRUPO E DISCURSOS SELECIONADOS

No capítulo anterior conhecemos e nos aprofundamos em torno do movimento feminista FBPF. Pontuamos suas características, destacamos o quadro de associadas e perfil de algumas contribuintes e assim conseguimos interpretar os motivos que levaram este grupo a ganhar tamanha repercussão no século XX com suas aspirações. Neste capítulo iremos analisar os documentos que vão complementar esta análise historiográfica, da qual o objetivo maior é compreender como esse grupo atuou na prática (dia a dia) e de que modo se organizou, quais foram

suas principais campanhas, fundamentos e etc. Pretende-se realizar essa análise cruzando as fontes selecionadas com referências bibliográficas do tema.

Em tempo, torna-se relevante pontuar que os documentos aqui analisados foram produzidos pelos próprios sujeitos históricos que compõem esta pesquisa. Portanto entendemos que as fontes escolhidas foram “elaboradas” pelas mulheres da FBPF. Entendemos que as fontes históricas são documentos que reproduzem parte da subjetividade desses sujeitos, ecoam intencionalidades e dispõem de lacunas. Cabe a nós enquanto historiadores observarmos esses aspectos e no momento da análise, problematizar, criticar e desnudar pontos até então passados adiante. É isso que se pretende fazer neste capítulo com os documentos aqui expostos.

Estes foram selecionados a partir da visita realizada no Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro, no ano de 2017. O acervo pesquisado foi o Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que reúne grande parte da documentação que envolve a trajetória do movimento em diferentes períodos. Aqueles escolhidos para a análise variam em suas formas e assuntos, servirão ora para complementar, ora para contrapor a bibliografia consultada. A escolha desses documentos se justifica, pois consideramos que eles poderão de forma detalhada demonstrar como a FBPF se organizou, quais eram os objetivos, métodos e propostas, como se comunicavam com o público (se moderado ou não) e desse modo auxiliar na compreensão da atuação da FBPF entre os anos de 1922 até 1929. Porém antes de dar início a análise de cada um deles, iremos descrevê-los sob a necessidade de especificar sua natureza e características, a começar pelas atas das reuniões do grupo.

As atas, sejam elas originárias de qualquer movimento social estudado, devem ser compreendidas como materiais oficiais. Nas atas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) um dos motivos que fortalece essa noção de oficialidade era que, ao final de cada registro, sempre havia a menção de que o documento seria lavrado e assinado por todas as que estavam presentes. Apesar da oficialidade, elas não são documentos totalmente neutros, de acordo com Santos, Corso e Zanlorenzi (2012, p. 05), em seu interior há “[...] uma grande oportunidade de verificar as intenções, as escolhas e as prioridades dos sujeitos responsáveis por esse registro, bem como um estudo apurado do contexto histórico vigente”.

Mai.	--	--	--	--	--	--	01	--
Jun.	--	--	01	--	01	--	01	01
Jul.	--	--	--	01	04	--	01	--
Ago.	02	--	01	01	02	--	--	02
Set.	01	--	02	--	01	--	--	01
Out.	01	--	--	01	04	01	--	02
Nov.	01	01	01	--	01	--	--	02
Dez.	--	--	01	01	--	--	--	02

Fonte: (Do Autor, 2023).

A partir da contagem realizada fica evidente que as reuniões embora frequentes, em determinados anos são consideravelmente inferiores em quantidade do que em relação a outros. A contagem do ano de 1922 ter sido iniciada apenas em agosto se justifica pelo fato de ser esse o mês de fundação do grupo, mas encontrar apenas um registro no ano de 1923 dentro do livro abre precedentes para refletirmos sobre a fonte, que apresenta problemas. Se houve registros feitos nesse período ou em meses correlacionados a outros anos não obtivemos acesso a eles, acreditamos ser pouco provável que durante os doze meses, um único encontro tenha sido realizado pela direção do grupo. Como hipótese, talvez esses registros tenham sido incorporados, por exemplo, em livros de atas pertencentes a outros grupos que se filiaram na época a FBPF (é possível que estas mulheres tenham se reunido com associações integradas a FBPF e os registros vinculados aos livros dos mesmos e não, especificamente, ao da direção do grupo carioca). Podemos citar ainda que a frequência de reuniões, especialmente em 1923, pode ter diminuído devido à ausência de Bertha Lutz por estar nesse período em viagem à Europa, enquanto representava o Brasil na Conferência Internacional da Mulher, realizada em Roma.

Grande parte das reuniões eram realizadas nas casas de filiadas, porém notou-se que parte delas foram feitas na sede do grupo, localizada em um prédio na Avenida Rio Branco, nº 111, sexto andar, Rio de Janeiro. Em seguida, nomeava-se as presentes, para então mencionar as integrantes que faltavam na ocasião. Vale lembrar que estas reuniões eram do corpo diretor do grupo, por isso quando havia visitantes, o nome da pessoa era mencionado, bem como sua profissão e todos eram classificados como convidados.

As atas foram escritas em letra cursiva, sob folhas com pautas, sem margem e quantidade de páginas variada. Posterior a nomeação, eram lidos os “expedientes” do dia, ou seja, as cartas endereçadas ao grupo ou a Bertha Lutz, sendo algumas cartas simples, apenas de felicitações, outras de agradecimentos ou então pedidos e comunicações de grupos sociais internacionais, que mantinham relação constante com a FBPF. Em seguida eram aprovadas as atas das reuniões anteriores e só então elas seguiam com o conteúdo, propriamente dito, de cada reunião e tomadas de decisões. Grande parte das atas eram finalizadas com a seguinte frase: “Foi encerrada a sessão e por mim lavrada a presente acta que vai por mim assinada e pelas demais pessoas presentes.” (Livro de Atas da FBPF, 26 de março de 1930). E assim davam sequência às assinaturas da secretária, presidente, vice e os outros (as) que ali compareceram.

Os outros dois documentos escolhidos foram discursos que vieram a complementar a análise e argumentos levantados a partir do estudo das atas, principal fonte histórica de estudo dessa pesquisa. Ambos foram apresentados por Bertha Lutz em eventos públicos, sendo um deles a Convenção Bial organizada e realizada pela FBPF, com o intuito de apresentar os principais resultados de campanha desenvolvida pelo grupo dentro do período de dois anos. O outro foi o texto apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Agricultura e Pecuária, que exibiu a proposta elaborada pelas federalistas em torno da educação doméstica de mulheres. O primeiro tem em torno de nove páginas e infelizmente não possui data como referência, dele utilizamos apenas alguns parágrafos para incrementar nossa pesquisa. O segundo tem ao todo três páginas, foi utilizado quase que integralmente nessa pesquisa e sabemos apenas que foi apresentado no ano de 1922.

4.1 CARACTERÍSTICAS, PAUTAS, DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO E PARADOXOS

A FBPF foi um dos movimentos que marcou a primeira onda feminista no Brasil por conta do seu reconhecimento positivo entre a mídia e população, como resultado o grupo conseguiu ampliar seu espaço na luta pelos direitos das mulheres e executar sem maiores dificuldades sua campanha. O êxito em parte se explica pelo perfil das filiadas e também pela tática da postura moderada do grupo que foi traçada ao longo dos anos- estes argumentos foram expostos com mais vigor no capítulo anterior da presente dissertação.

Ademais, o grupo também era muito bem organizado, suas ações e metas eram sempre estipuladas ou reformuladas. Elas criaram seus próprios estatutos, renovados sempre a cada biênio (2 anos), reuniam-se com frequência e desenvolveram estratégias com o intuito de atingir, o máximo possível, a opinião pública em favor do voto feminino e outros direitos. Neste capítulo iremos abordar, por meio das atas da direção do grupo, compreendidas aqui como registros oficiais desses encontros, como essas associadas trabalhavam e se organizavam com vistas ao objetivo que tinham em comum: a emancipação da mulher (política, econômica e educacional).

E já de início gostaríamos de destacar, a título de curiosidade, que o nome Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi adotado pelo grupo apenas no ano de 1926, conforme descrito numa das atas que relaciona as mudanças aprovadas pelas associadas naquele biênio.

Foi em seguida aprovado um projeto de reforma do estatuto com os seguintes pontos principais: a) Modificação do nome Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (ATA FBPF, 03 de novembro de 1926, p. 91 Q0,AOM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

Nos diversos encontros registrados foi possível avaliar como a FBPF se deu internamente. O que nos levou a compreender melhor as dinâmicas e dificuldades enfrentadas pela organização, com destaque para a questão financeira que foi tema de várias reuniões. Na ata do dia 16 de outubro de 1922, no primeiro ano de formação da FBPF temos a seguinte proposta:

Foi apresentada pela Vice-presidente em nome da, digo pela Presidente em nome da Vice-presidente, a proposta de que um certo número de sócias contribuísse mensalmente com uma determinada quantia para o aluguel da sede, sendo também aprovada unanimemente (ATA FBPF 16 de outubro de 1922, p. 8. O0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

Por meio desse trecho é nítido que a FBPF era uma associação cujo financiamento em grande parte foi suprido pelas próprias associadas. Com dinheiro suficiente o grupo poderia manter suas despesas, alugar a própria sede³⁹, elaborar

³⁹ Através das atas foi possível constatar que a FBPF se reuniu por meses nas casas das associadas (principalmente da presidente e vice-presidente), muitas reuniões registradas além da data continham

campanhas e etc. Toda essa mobilização do grupo possuía um custo do qual as associadas se disponibilizaram a patrocinar. Além da arrecadação de dinheiro advindo das mensalidades, o grupo também costumava receber financiamentos, fosse das associadas ou de simpatizantes. Anos mais tarde, em outro fragmento, enquanto apresentaram e aprovaram o fluxo de caixa das filiais Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino⁴⁰ e Liga do Distrito Federal, foi mencionado.

A Aliança Brasileira pelo Suffragio Feminino iniciou a sua vida em dezembro de 1922, com a quantia de 1.250,000 um conto e duzentos e cinquenta mil reis, correspondentes a dois donativos, um de 850,000 oitocentos e cinquenta mil reis da Sra Carrie Chapman Catt, outro de 400,000 quatrocentos mil reis da Sra. Bishop [...] (ATA FBPF, 24 de setembro de 1924, p. 31 Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2)

Na mesma ata temos a apresentação do fluxo de caixa da própria Federação dos anos de 1922 e 1923. Nota-se que nesse balanço, dividido em duas colunas, temos a descrição das receitas e despesas do grupo. Dentre as entradas destacamos o recebimento da contribuição feita pela própria presidente, Bertha Lutz, no valor de 2.082,000 réis, que vai de encontro com a hipótese de que o financiamento do grupo era realizado (se não completamente, ao menos em parte) pelas próprias associadas membros da diretoria. A questão serve para evidenciar a posição social privilegiada do qual emergiram as principais organizadoras do grupo. As associadas frequentadoras dessas reuniões, além do tempo dedicado à causa feminista, também patrocinavam do próprio bolso a organização.

Ainda no que se refere ao caixa do grupo, ressaltamos também as contribuições de ambas as ligas citadas para FBPF. Acreditamos que, anualmente, parte do dinheiro arrecadado por elas era destinado à própria Federação, situação que indica a quantidade de subsídios e de troca mútua entre os grupos feministas. De todas as menções sobre o fluxo de caixa da FBPF- os balanços encontrados nas atas

também o local do encontro que não era fixo. A sede foi uma conquista que ocorreu anos depois da fundação do grupo.

⁴⁰ Grupo fundado em 21 de dezembro de 1922, como objetivo o mesmo se dedicaria exclusivamente a campanha para aprovação do voto feminino no Brasil. Na época de sua fundação foi deliberado que a presidência do grupo ficaria sob encargo de Isabel Chermont, esposa de Justo Chermont. Bertha Lutz integrou o quadro de associadas como secretária do grupo. Em 1924 a Associação foi fundida à FBPF depois de um ano de inatividade. KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. 398 p. Tese de doutorado em história- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2013.

foram dos anos de 1922, 1923 e 1924, respectivamente- é importante mencionar que não encontramos nenhum tipo de citação que comprove o recebimento de financiamentos ou donativos advindos do governo ou de representantes dele⁴¹.

Em 1929 já instaladas numa sede oficial, observamos a seguinte proposta elaborada por Carmen Velasco Portinho:

Carmen Portinho, apresentando um resumo das despesas forçadas da Federação desde a sua instalação na sede, faz um apelo às sociais presentes para que seja intensificada a propaganda para que se angariem novas socias. Assim lembra que se escreva às sociais ausentes, digo, às antigas sociais que se tem afastado, enviando programmas das reuniões e convidando para as mesmas. Foi aceita a proposta (ATA FBPF, 16 de outubro de 1929, p. 123. Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

Este parágrafo denota que possivelmente o grupo estava passando por dificuldades financeiras. Verifica-se a preocupação de Carmen Velasco Portinho, a tesoureira naquele ano⁴², quando apresenta as despesas da FBPF. A estratégia apresentada por ela vai de encontro com uma prática comum do grupo detectada também em outras atas, que era a campanha de alcance e “arrecadação” de novas sócias. Com o aumento do corpo de membros, consequentemente haveria mais mulheres contribuintes, tanto da mensalidade cobrada para manutenção do grupo quanto dos donativos que costumavam ser feitos. Esse, por exemplo, foi o resultado do que se apresentou na campanha novas sócias realizada no ano anterior.

O fim principal desta reunião era a apuração das socias novas angariadas pelas senhoras que tinham (ilegível) aberta na reunião passada. O resultado da apuração foi o seguinte:
 Esther Ferreira Vianna (1) Apresentou um total de socias que dará à Federação uma renda mensal de 67\$000
 Carmen Velasco Portinho idem, idem, // 59\$000
 Amelia Sapiensa // // // 20\$000
 Ao todo, nesta semana, foram obtidas 20 socias novas, sendo o total até a presente data de 65 socias novas. A renda da sociais este mês foi augmentada de 550\$000. (Ata da FBPF, 25 de abril de 1928, p. 100. Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2)

⁴¹ Para visualização dos detalhes do registro de 1923 ver imagem I nos anexos da dissertação.

⁴² Não existe menção no quadro de associadas exposto no capítulo anterior sobre quem ocupou o cargo de tesoureira no ano de 1929. Na distribuição de funções constatada no início de cada ata não houve tal registro.

A proposta apresentada em 1929 nos faz refletir não somente sobre os aspectos financeiros do grupo, mas igualmente sobre os problemas relacionados à adesão da campanha sufragista entre as mulheres brasileiras, do qual a FBPF não estava isenta. Mônica Karawejczyk (2013), destaca que essa preocupação foi frequente entre o grupo, bem como entre suas filiais. Através de cartas trocadas por Bertha Lutz e colegas de causa, pouco tempo antes, entre os anos de 1925 e 1926, deparamo-nos com tais dificuldades. A historiadora, ao fazer referência às manifestações de Bertha Lutz a respeito pontua que “em correspondências com outras mulheres, principalmente do exterior, ela reclamava do pouco comprometimento demonstrado pelas associadas da Federação” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 304).

Vale lembrar que a busca por novas associadas não levou em consideração a participação masculina no interior da associação. As integrantes dividiam-se entre a procura por novas colaboradoras para aumento da renda das mensalidades e organização de eventos e conferências pagas (cujo dinheiro arrecadado seria destinado ao caixa da FBPF), mas todo empenho não cogitou a coparticipação de homens, conforme observou-se no encontro do dia 12 de julho de 1926 “A proposta de admissão de homens como sócios submetida a votação, foi recusada.” (Ata da FBPF, 12 de julho de 1926, p. 56. Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2). Não sabemos no caso desse excerto quem lançou tal ideia, porém ficou substancialmente decidido que essa não era uma opção para o grupo. Ressaltamos assim a presença maciça feminina que foi majoritária entre a direção da organização, esta não aceitou a colaboração de homens, mesmo que a adesão fosse contribuir positivamente com suas finanças.

Além da dinâmica de organização interna, as atas foram fundamentais para confirmar características importantes do grupo destacadas no capítulo anterior, a começar pelas estratégias da FBPF. A otimista campanha favorável ao voto feminino era constituída por ações bem definidas que envolviam o diálogo direto com a população e governantes através do uso da imprensa e fazendo-se valer do trânsito político, por meio de eventos, conferências, palestras etc. Havia grande preocupação, por exemplo, em manter a sociedade a par do trabalho desenvolvido pelo grupo. É o que se propõe no dia 08 de agosto de 1925 quando “A Presidente comunica o aniversário da Federação a 09 do recorrente, propondo que fosse noticiado a nota para a Imprensa com o resumo dos trabalhos feitos nos primeiros três anos.” (Ata da FBPF 08 de agosto de 1925, p. 43. Q0.ADM,EOR.SEC, TXT2N2, V2). O objetivo era

se fazer valer entre os periódicos, principal meio de comunicação da sociedade no século XX, afinal percorria por esses veículos o poder de difusão e convencimento da causa do sufrágio feminino.⁴³

A não participação no mundo político por parte das mulheres aliás detinha muitos opositores, a sua maioria sustentados pelo argumento da diferença entre os sexos e crenças da supremacia masculina. Entre os governantes, classe capaz de sancionar a lei que ampliaria os direitos políticos às mulheres, desde a elaboração da Constituição de 1891, foi possível identificar argumentos que tinham sua na origem a bíblia, como quando falavam na defesa da harmonia do lar e da família, ou até das diferenças biológicas, características pré-determinadas na criação do homem e da mulher por Deus.

Em meio a diversas contestações, como a citada no parágrafo anterior, tão importante quanto manter o contato com aqueles favoráveis ao voto das mulheres seria o fato de manter o contato justamente com os detratores da proposta. Em uma das atas consultadas, após a conversa e definição das associadas a respeito das homenagens prestadas a Julia Barbosa⁴⁴, primeira eleitora feminina no Brasil e presidente da até então Sociedade Eleitoral Feminina, classificada pelo grupo como primeira sociedade do gênero no Brasil, definem que para a propaganda da FBPF.

[...] já estão prontos os cartões postais que se imprimiram e que devem ser distribuídos pelos políticos e pessoas cuja opinião valiosa, mas contrária à nossa causa ainda não [ilegível] sido vencida. Será designada uma comissão para endereçar os referidos cartões que serão enviados pelo correio talvez bi-mensalmente. (Ata da FBPF, 18 de junho de 1928, p. 107 Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

Desse trecho evidencia-se a frequência do envio dos cartões postais, cujo objetivo era pressionar e convencer a oposição, tendo em vista o

⁴³ É importante mencionar que a FBPF manteve por certo tempo a publicação do próprio suplemento dominical no jornal carioca *O País*. Nas colunas assinadas por integrantes do grupo procurava-se divulgar a associação da qual participavam ou ainda conquistas e reivindicações das mulheres.

⁴⁴ Julia Augusta de Medeiros (1896-1972) nasceu na cidade de Caicó, foi jornalista, educadora e feminista brasileira. Contribuiu para a emancipação educacional feminina no Rio Grande do Norte. Além de ser conhecida por todo trabalho desenvolvido em benefício dos direitos das mulheres, a professora foi a primeira mulher de Caicó a se alistar para votar nas eleições de 05 de abril de 1928. RAINHO, Maria do Carmo. **Brasiliana Fotográfica**. Rio de Janeiro: 09 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=juliabarbosa#:~:text=J%C3%BAlia%20foi%20a%20primeira%20mulher,era%20uma%20de%20suas%20lutas>. Acesso em: 13/01/2023.

comprometimento com a impressão e o volume da entrega do material, ações que exigiam preparo, organização e dedicação por parte das associadas. Destacamos também a maneira como a opinião “contrária” a causa das feministas foi descrita na ata, considerada valiosa, mesmo que oposta ao objetivo do grupo. A opção gramatical utilizada no texto indica que o grupo tinha o olhar sensível às manifestações opositoras da própria causa, não era uma opção descartá-las. A partir dessa atitude, temos pequena amostra do tom conciliador abordado no capítulo anterior que, manifestado de diferentes formas, indica opções estratégicas da FBPF de dialogar com segmentos sociais opostos à extensão do sufrágio para mulheres.

Na intenção de suprimir a curiosidade em torno da composição dos materiais de propaganda elaborados nas campanhas do grupo é que se sobressaiu o recorte seguinte, extraído da reunião feita no ano seguinte. Mediante a persistência de declarações contrárias ao voto feminino, a FBPF firmava seu posicionamento baseada no âmbito jurídico com o objetivo de comprovar a legalidade do ato, fosse por meio de sentenças favoráveis ao sufrágio, recorrendo a jurisprudência do assunto ou reaproveitando argumentos de pessoas reconhecidas.

Os folhetos a serem distribuídos, ultimamente mandados imprimir por deliberação da Presidente e Thesoureira são os seguintes: a) “Sentenças”- collecção de sentenças favoráveis ao voto feminino dados por juizes da 1º vara em alguns estados do Brasil; b) “Opiniões e Pareceres”- extracto do que tem escripto a respeito dos direitos políticos da mulher alguns homens illustres do nosso País, desde Visconde do Rio Branco Até Augusto de Lima; c) “Jurisprudência”- também algumas decisões juridicas já firmadas sobre o mesmo assumpto (Ata da FBPF, 07 de julho de 1929, p.112 Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

De modo geral, a imprensa serviu como aliada da Federação que se utilizou constantemente de suas páginas para divulgação do próprio trabalho. Por meio das atas foi perceptível que o grupo divulgava notas, escrevia colunas nos jornais, também cumpriam com a impressão e distribuição de folhetins, mas a imprensa escrita não era o único recurso dessas mulheres, em determinada ata comenta-se

Sendo o próximo dia 9 (nove) a data de anniversario da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino falará no Rádio sobre o desenvolvimento da campanha feminista entre nós a Dra. Ormind Bastos. (Ata da FBPF, 07 de agosto de 1929, p.113 Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2)

As datas festivas eram muito aproveitadas pela FBPF, que em seu próprio calendário articulavam-se de modo a programarem atividades constantes para cada ocasião, a intenção obviamente era tornar a causa feminista cada vez mais pública, no intuito de ganhar/aumentar o espaço para debate. No ano de 1925 encontramos na ata do dia 11 de dezembro, o esquema apresentado por Esther Ferreira Vianna que nomeado por “Secção Cívica”, descreveu as atividades das feministas desenvolvidas nas seguintes datas: 07 de setembro (Dia da Independência do Brasil), 12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e Dia das Crianças) e 15 de novembro (Dia da Proclamação da República).

Numa das celebrações em comemoração à fundação do grupo⁴⁵, por exemplo, tivemos acesso ao discurso proferido na ocasião pela então presidente Bertha Lutz. A feminista realizou esta apresentação na convenção referente ao biênio passado, de 1928 a 1929. Inicialmente a presidente indica qual fora a campanha principal da FBPF naqueles dois anos que se passaram, sendo:

a disseminação dos ideais femininos modernos entre as mulheres do Brasil. O fim escolhido foi, pois, o “sexto que resa” estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessa-las pelas questões de alcance público. Tem sido esta nossa principal preocupação (LUTZ, 1930, p. 3).

De acordo com a presidente, a cada ciclo era necessário a escolha de novos objetivos que seriam trabalhados nos próximos meses. Elas definiam seus propósitos porque acreditavam que desse modo a dedicação se concentraria com maior eficácia em apenas um aspecto. Este, em especial, dialogava com a tentativa de aproximação dos ideais do grupo com o máximo de mulheres possíveis: era primordial que o feminismo se tornasse atrativo entre a sociedade. Destaca-se a ênfase que deram à questão da sociabilidade e cooperação feminina, pois esta face típica do grupo condiz sobretudo com o fato de que a FBPF tentou representar a união feminista.

De acordo com Karawejczyk (2018, p.02),

⁴⁵ Estas celebrações eram organizadas por meio de eventos e reuniões de menores proporções (se comparados a conferência realizada em 1922) mas igualmente relevantes para nossa pesquisa. Programados a cada biênio, o objetivo de tais eventos seria o de retomar a atuação do grupo nos dois anos que se passaram. Na maioria dos casos a presidente do respectivo biênio discursava.

Em mais de uma ocasião Bertha externou o desejo de se ter uma única voz em prol da emancipação feminina no Brasil, pois somente dessa forma, segundo sua percepção, a causa feminista seria elevada a um patamar em que conseguiria alcançar seus objetivos.

Bertha Lutz retomou em seu pronunciamento as principais conquistas da FBPF por ordem cronológica; comentou a respeito da expansão que o grupo obteve e sobre as dificuldades iniciais nos primórdios de sua campanha no Brasil.

Só em 1922, regressando do Estados Unidos onde tinha representado o Brasil na Conferencia Panamericana de Mulheres, pude, prevalecendo-me da *aureola de prestígio creada pela benevolencia da imprensa brasileira* em redor do meu nome obscuro, pude dar início ao movimento organizado, fundado a 9 de agosto daquelle anno a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujo oitavo anniversario celebramos hoje. Desde então a campanha feminista tem sido continua, ininterrupta e tenaz, caracterisando-se menos pelos seus resultados do que pela tenacidade do seu querer. (LUTZ, 1930, p.1; mantida a grafia original; grifo nosso).

Desejamos ressaltar, outra vez, a relevância da Conferência Pan Americana (1922) e suas consequências tão positivas para o caminho que o grupo brasileiro tomou a partir daquele ano. O evento promoveu com prestígio o nome da FBPF em diversos países, dali em diante foram constituídos vínculos internacionais e a associação ganhou força no Brasil. Esta situação associada a outros motivos dos quais abordamos em diferentes momentos da dissertação faz com que analisemos o sucesso do grupo de maneira diferente. Sendo assim o prestígio do qual a feminista menciona em seu texto não era acaso da bondade ou como ela coloca “por “benevolência da imprensa brasileira”, mas resultado da estratégia que o grupo adotou por anos e que, nesse exemplo, relaciona sutilmente a imagem da presidente à valores cristãos.

O modo como a presidente refere-se a si mesma é interessante: a auréola do qual se reveste é o reconhecido anel luminoso que geralmente vemos representado nas pinturas sagradas. A associação, portanto, nos remete a princípios sacristãos como bondade, santidade, sagrado feminino etc. Essas eram expressões comuns do catolicismo que exercia para época enorme influência na sociedade e nos papéis assumidos pelo feminino e masculino. Por meio desse parágrafo podemos observar como a FBPF conseguiu aproximar sua representação política e social do catolicismo, pois como pontua Maria Laura Ostas Vasquez (2014, p. 59) “As feministas brasileiras, em geral, evitavam atacar os aspectos dogmáticos da doutrina da Igreja

Católica Romana que fomentavam a subordinação da mulher e a igreja, por sua vez, também não atacava publicamente o movimento feminista”.

A própria atuação do grupo, que submergiu num contexto específico e resistente às manifestações do sufrágio, revelou o tipo de postura (moderada) que as mulheres da FBPF adotaram, que por sua vez dialogava com a estrutura social vigente e dominante. A prática já mencionada conceitualizada por “feminismo tático” (SOIHET, 2000), se constrói mediante as “engenhosidades do fraco para ganhar partido do forte, que vão desembocar numa politização das práticas cotidianas.” (VASQUEZ, 2014, p. 74). Não haverá dificuldades de nossa parte em compreender as táticas do grupo estudado se assim o fizermos levando em consideração a historicidade do mesmo, deixando de lado as influências da consciência que possuímos no presente.

Para ampliar o debate sobre a estratégia desenvolvida pela FBPF algumas propostas que envolviam o tema da educação feminina, questão muito debatida na época, serão reproduzidas a seguir. Para o grupo, os caminhos que levavam as mulheres a emancipação passavam também pelo tópico da educação, a formação feminina restrita e deficiente deveria ser revisada pelos órgãos governamentais, o assunto era de tamanha importância que na Primeira Conferência Feminina organizada em 1922, uma das comissões que organizou as palestras do evento ficou nomeada por “Educação e Instrução” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 282). No mesmo ano, na ata do dia 16 de outubro, verificamos que no noticiário do dia uma proposta do próprio grupo havia sido aprovada pelo Congresso de Agricultura

Foi aprovada no Congresso de Agricultura a these da Federação, apresentada por Bertha Lutz solicitando a criação de uma escola normal nacional de economia doméstica e um serviço de consulta a população rural feminina. (ATA da FBPF, 16 de outubro de 1922, p. 7 Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2)

No sentido de contribuir diretamente para que houvesse melhorias na formação feminina a FBPF e sua presidente criavam materiais ou estabeleciam propostas que por sua vez poderiam ser reaproveitadas por comissões dos governos. E para compreendermos melhor do que se tratou o projeto feito por Bertha Lutz vamos correlacionar o trecho evidenciado na ata com o discurso feito por ela na ocasião. O texto foi apresentado por Bertha Lutz no 3º Congresso Brasileiro de Agricultura e

Pecuária, não conseguimos identificar o dia do evento, pois não existe a data do mesmo no documento, apenas a informação de que ele ocorreu em outubro de 1922.

Considerando a importancia material e moral para o progresso da Agricultura das condições de vida da população rural;

Considerando ser o lar um dos mais poderosos factores na formação dessas condições;

Considerando depender do nível de bem estar e conforto verificados no lar do grau de cultura e do progresso da população feminina;

Considerando além disto pertencer a Agricultura aquella ordem de actividades que dependem *da divisão nítida de trabalhos entre os sexos;*

Considerando poder o aproveitamento conveniente do esforço feminino nas industrias agrícolas apropriadas a serem desempenhadas pela mulher servir de nova fonte de renda;

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuaria advoga junto as autoridades competentes a criação de um systema de alcance nacional, à semelhança do que está sendo feito em outros paizes, principalmente nos Estados Unidos, visando em todas as suas modalidades, o ensino da Economia Domestica e principalmente da Economia Domestica applicada à agricultura, a mocidade do sexo feminino e a população rural feminina do paiz.

Como meios apropriados de attingir esse intuito lembra:

1°- O ensino de rudimentos de Economia Domestica nas escolas primarias com especial insistência nas suas applicações às condições ruraes (jardinagem, criação de galinhas, etc.), nas escolas das comunidades ruraes.

2°- O mesmo ensino, porém mais desenvolvido, das alumnas das escolas secundarias, gymnarios franqueados ao sexo feminino, escolas normaes e outros estabelecimentos frequentados por moças, frisando bem que a Economia Doméstica não deve significar como faz na maioria dos casos, apenas trabalhos manuaes, mas de preferencia a Cosinha, Costura, [ilegível] e aperfeiçoamento do lar e principalmente aproveitamento de todos os recursos de pequena agricultura, pomicultura, horticultura, avicultura, venda de ovos, preparo de conservas, lacticínios, etc.

3°- O estabelecimento de clube de moças e meninas com o intuito de interessar a mocidade rural feminina no estudo dos differentes ramos da Economia Domestica applicada à Agricultura à semelhança do que se faz nos Estados Unidos.

4°- O estabelecimento de um Serviço de Informações e Consultas semelhante aos Serviços de Prophylaxia rural do departamento Nacional de Saude Publica, porém destinados à difusão entre a nossa população rural feminina, (uma grande parte da qual, vive infelizmente em condições de ignorância quase completa dos recursos ao seu alcance e do conveniente aproveitamento dos mesmos), por meio de aulas e demonstrações práticas, etc., etc.. de noções de Economia Doméstica e suas applicações à Agricultura.

5°- O estabelecimento de Escolas Normaes de Economia Domestica e suas applicações à Agricultura, no Districto Federal e nos Estados, para o preparo de professoras de especialistas para as differentes matérias e de demonstradoras tecnicas regionais, *não esquecendo também o preparo systematico e seguro daquella grande numero de*

moças, futuras donas de casa, que não desejando dedicar-se a nenhuma profissão especial, deveriam conhecer perfeitamente a organização do lar [...]. (LUTZ, 1922, p. 37-38; mantida grafia original; grifo nosso).

Em sua análise sobre o movimento feminista no Brasil e Uruguai a historiadora Maria Laura Osta Vasquez (2014) aborda a complexidade da atuação exercida pelas feministas Bertha Lutz e Paulina Luisi, porque ambas ora pareciam progressistas, ora conservadoras. Esse traço tornou difícil a demarcação de aproximações ou distanciamentos políticos das feministas, tendo em vista a teia de relacionamentos criados que, no caso do exemplo brasileiro, pode parecer complexo e antagônico. De acordo com a autora podemos ver que ambas as personalidades são identificadas por uma característica em comum, a atuação apoiada nas diferenças, mas que visava ao final a igualdade entre os sexos.

O feminismo por elas desenvolvido era baseado nas diferenças sociais atribuídas pelo fato de serem do “sexo feminino”, naturalizando, assim, condutas e valores nas mulheres e nos homens com base em suas diferenças sexuais. Suas lutas pelos direitos políticos estiveram baseadas no conceito de “mulher” como um ser diferenciado, que possui visões e interesses distintos, próprios do seu sexo (VASQUEZ, 2014, p. 77).

Esta tendência, da qual Bertha Lutz se inclui, marcou a primeira onda feminista em diferentes regiões do mundo- não apenas na América Latina- e reforçava as diferenças entre homens e mulheres ao mesmo tempo que buscava a defesa dos direitos femininos, característica definida como o paradoxo feminista (VASQUEZ, 2014), que enuncia contrariedades e choques internos ao próprio feminismo e por vezes dentro do próprio agente histórico avaliado (SOIHET, 2013). No pronunciamento selecionado, além de compreendermos melhor como se constituiu a proposta de educação doméstica feita pela então presidente da FBPF, também podemos analisar demonstrações desse paradoxo, da aproximação de Bertha Lutz com discursos conservadores que na sutileza e escolha das palavras, fez com que a pauta feminista se tornasse mais “digerível”.

A ideia de educação doméstica exposta no documento, embora reforce claramente o tipo de educação diferente se comparada com o público masculino, visa também a emancipação financeira das mulheres, sobretudo do meio rural, através da sua profissionalização. As atividades ensinadas no curso poderiam

ser aplicadas e utilizadas com o objetivo de obtenção de recursos extras, por exemplo, quando se propõe a aprendizagem na criação de animais domésticos para comercializá-los. Além disso, propõe a formação profissional destinada a parcela das moças que se dedicariam enquanto instrutoras do curso. A intenção de Bertha Lutz era impulsionar a vida profissional dessas mulheres, pois emancipadas economicamente elas poderiam se ver livres dos entraves ocasionados da frustrante e perigosa dependência em torno do homem, o provedor de toda renda familiar.

A feminista no início do pronunciamento trata da relevância que o projeto tem para o desenvolvimento da agricultura e população rural Brasileira, mas ao fazer isso deixa evidente que é justamente no interior dos lares o local mais propício para a evolução dessas condições. Sim, o lar, ambiente privado, gerado e mantido pelas mulheres, esposas, donas de casa e mães. O lar, visto como espaço de formação (de acordo com Bertha Lutz) moral e educacional daqueles capazes de transformar o futuro do país. Também depende do lar, das boas condições aliado a ele, o nível de desenvolvimento da população feminina. Nota-se como o ambiente familiar foi repetidamente abordado no texto que, logo em seguida, vai nos apresentar a proposta da educação doméstica voltada às mulheres. O projeto se constrói totalmente consciente da divisão dos sexos e da influência que ela exerce sobre a fração rural da população.

O texto trata das relações de trabalho no meio rural e elas com certeza podem nos mostrar como a divisão sexual e seus vieses se dá na prática, dia a dia e de que maneira isso impacta na vida das mulheres. É possível afirmar que o projeto de educação doméstica elaborado pela FBPF e apresentado por Bertha Lutz reforça essa divisão a partir do momento em que propõe cursos voltados para o ambiente “tipicamente feminino” com noções de lar. O paradoxo feminista é construído na medida em que se deseja auxiliar as mulheres, proporcioná-las alternativas de renda e de conhecimento, mas propondo isso a partir de saberes tipicamente femininos utilizados no seio familiar e que vão de encontro com valores tradicionais em torno do papel da mulher em sociedade.

O final do discurso atesta essa ideia quando Bertha Lutz afirma que se tais aprendizados não forem aproveitados para o exercício de uma nova função, serão benéficos de todo modo, pois as mulheres passarão a conhecer melhor a organização do lar- função para o qual elas foram destinadas. Ou seja, novamente indica e corrobora com os papéis sociais que aprisionam a mulher, sobretudo no

ambiente familiar. Como coloca Rachel Soihet (2013, p 98) Lutz apesar das inúmeras contribuições que jamais serão descartadas “Demonstra não ter conseguido libertar-se das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros, apesar de pretender a emancipação feminina, reafirmando-se o paradoxo”.

Vale ressaltar que feminismo paradoxal de Bertha Lutz e, de modo geral, da FBPF, baseava-se principalmente no maternalismo e no lar, traços marcantes da divisão sexual da sociedade e que foram repetidamente exaltados por essas feministas. É interessante notar como esta estratégia adotada pelo grupo ampliava o significado do ato de ser mãe e do seu espaço, bem como das ações que se poderia executar enquanto mulheres dentro deles e, conseguiam fazer isso, sem entrar em confronto com seus papéis que lhes eram impostos, nem com os valores que os sustentavam. Ao agirem estrategicamente dessa maneira possibilitaram a inclusão das mulheres em múltiplos espaços sob o exercício de diferentes funções, fatores que conseqüentemente aumentavam suas áreas de expressão (VASQUEZ 2014).

Portanto considera-se que apesar dos paradoxos, confirmados aqui nesse texto, ainda assim a prática feminista desenvolvida pelo grupo FBPF esteve de acordo com as vias disponíveis para seu próprio desenvolvimento. Isto é, suas ações foram movidas pelo desejo de ampliar a participação da mulher no ambiente público, garantindo-lhe mediante aplicação da lei os seus próprios direitos, não obstante elas se configuraram num sistema muito rígido e preconceituoso. Estrategicamente o que se assistiu foi o desenvolvimento do grupo que teve seu ritmo de atuação de certa forma “moldado” pelo próprio contexto do qual se via inserido- novamente relembremos aqui os conceitos de feminismo tático e possível, já apresentados no estado da arte dessa pesquisa e que sob nossa perspectiva dialogam diretamente um com o outro.

O que pode parecer contraditório, se analisado sob esse ponto de vista, ganha outros significados. Entendemos que os apelos ao lar, maternidade e entre outros foram recursos até certo ponto bem explorados pela FBPF. Levando em consideração todos os desafios da década de 1920, há de se reconhecer a válida tentativa do grupo, que apoiado nesses valores conseguiu ampliar os caminhos das mulheres para que dali em diante pudessem vislumbrar novas rotas sob o pilar da igualdade. Para esta pesquisa cruzar os conceitos de feminismo paradoxal com

feminismo tático e possível nos ajuda a endossar essa interpretação em torno do agente histórico aqui estudado.

Algumas atas também foram suficientes para robustecer a preocupação do grupo estudado com o desenvolvimento cultural das mulheres brasileiras. Desde o incentivo e acesso a literatura feminina, até a organização de eventos que tinham sempre espaço para apresentações, recitais e etc. este traço foi comumente identificado. Eram organizadas excursões que tinham por objetivo visitar localidades importantes para a ciência e política. No que tange a produção de festividades estas ocorriam em diferentes épocas e inclusive para prestar homenagens a personalidades importantes. Foi o que ocorreu no caso da visita tão noticiada da física química Marie Curie ao Brasil. Na ocasião a FBPF planejou toda a recepção da única mulher a ganhar, duas vezes, o prêmio Nobel na área de ciências.

Tendo havido um malentendido por parte de certas pessoas em torno do presente que a Federação lembrou oferecer a Ms. Marie Curie, tendo para isso aberto uma subscrição, Bertha Lutz propôs que o mesmo fosse oferecido na ocasião do embarque da Ms. Marie Curie, em nome das senhoras que quisessem contribuir para o mesmo. Foi aprovado a proposta. Foi também aprovada a ideia da organização de uma festa em homenagem a Ms. Marie Curie, festa para a qual D. Cacilda Martins organizou internamente o programma (ATA da FBPF, 09 de agosto de 1926, p. 72. Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

Essa foi a única menção da viagem de Marie Curie ao Brasil que encontramos nos documentos consultados e o parágrafo evidencia a preocupação que a FBPF teve em estabelecer contato com a pesquisadora. Tendo em vista o peso de seu nome e a carreira internacionalmente reconhecida, acreditamos que midiaticamente estas ações poderiam trazer bons frutos para a divulgação do próprio grupo. Além é claro do destaque que a atuação profissional da cientista tinha a ponto de fomentar o incentivo de mulheres na formação superior e no campo das ciências. De fato, a viagem em questão foi amplamente divulgada entre jornais e programas de rádios brasileiros.

O estímulo para a formação/emancipação cultural feminina se configurou como uma questão a mais a preocupar e ganhar o apoio da FBPF, a pauta era congruente com as atividades desenvolvidas e voltadas para o público, mas serviu de motivo para críticas incisivas relacionadas a inexpressividade do grupo quando o assunto se tratava de pautas sociais. Com o passar dos anos outros movimentos

feministas, a exemplo dos comunistas, passaram a apontar essa “ausência”, sobretudo quando se tratava da condição das mulheres trabalhadoras- e aqui nos referimos às massas proletárias que compunham o chão das fábricas. De acordo com as críticas, a Federação preocupava-se mais com recitais e poesia do que com a real situação das mulheres brasileiras. Patrícia Rehder Galvão, mais conhecida como Pagu⁴⁶, dedicou parte de seus textos e livros para destacar sua opinião sobre a indiferente campanha sufragista em relação à condição das trabalhadoras.

Das avaliações feitas sobre a atuação do grupo destaca-se o romance *Parque Industrial* em que elaborou críticas baseadas nas diferenças de classe direcionadas ao movimento feminista letrado e burguês. De acordo com Gláucia Fraccaro, escritora (2018, p. 79) “[...] dedicou análises severas à forma como se criava o movimento feminista nacional e, por conseguinte, à FBPF. A Amarga realidade da ficção não deixava de cutucar esse movimento político [...]”. A historiadora em seu livro cita parte do texto de Pagu, em que determinado personagem se depara num dado momento do dia com a conversa de feministas da época. O recorte do livro será aqui reproduzido

- Acabo de sair do Gaston. Dedos maravilhosos!
- O maior *coiffeur* do mundo! Nem em Paris!
- Também você estava com uma fúria!
- A fazenda, querida.
- O Diário da Noite publicou uma entrevista na primeira página. Sai horrenda no clichê. Idiotas esses operários de jornal! A minha melhor frase apagada!
- Hoje é a Conferência. Mas acho melhor mudar a hora das reuniões. Para podermos vir aqui” [...]
- Uma matrona de gravata e grandes miçangas aparece espalhando papéis.
- Leiam. O recenseamento está pronto. Temos um grande número de mulheres que trabalham. Os pais já deixam as filhas serem professoras. E trabalhar nas secretarias. Oh! Mas o Brasil é detestável no calor. Ah! *Mon Pailais de Glace*.
- Se a senhora tivesse vindo antes, podíamos visitar a cientista sueca.
- Ah! Minha criada me atrasou. Com desculpas de gravidez. *Tonturas*. (FRACCARO, 2018, p. 80; GALVÃO, 2006, p. 76. Grifo nosso.)

⁴⁶ Escritora brasileira nascida no ano de 1910 em São João da Boa Vista, São Paulo. Além dos livros, Pagu dedicou-se ao jornalismo, direção de peças e militância política, contexto em que se estabeleceu sob fortes ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). NUNES, Dimalice. **Aventuras na História**. 09 de junho de 2017. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/quem-foi-pagu.phtml>. Acesso em: 13/01/2023.

Esse diálogo que se transcorre entre duas feministas sufragistas dos anos de 1920/1930 nos diz muito sobre como a campanha empreitada na época foi absorvida por parte de seus críticos. Pagu expõe a caricatura soberba, indiferente e burguesa dessas feministas que viajam até a Europa, criticam o trabalhador e não possuem consciência de classe. Destacamos a frase do diálogo em que se comenta sobre a visita da cientista sueca ao Brasil, aqui a escritora faz alusão a já mencionada presença de Marie Curie no país, do qual a FBPF prontamente se compadeceu em conhecer e recepcionar. Para Glauca Fraccaro (2018) esta crítica foi composta em resposta a campanha limitada da FBPF e serve para enfatizar como o movimento feminista brasileiro jamais poderá ser classificado como um só ou enquanto coeso, sem rupturas e diferenças internas.

Rachel Soihet (2013) expõe o relativo esforço que partiu de Bertha Lutz para a abordagem do tema do trabalho feminino, mas reconhece em seu livro que as conquistas para trabalhadoras não foram incluídas de maneira considerável na agenda da FBPF. A historiadora aponta que dentre os congressos realizados por tais mulheres o de 1922, por exemplo, aconteceu sem a presença das camadas sociais mais baixas, sobretudo porque o evento foi realizado num local de difícil acesso e em momentos impróprios. Com intenção de reforçar esse argumento de fragilidade nas relações compostas pelo grupo, na análise proposta por esse trabalho também foi possível notar a ausência desse tipo de perfil de mulheres entre aquelas que se constituíram enquanto membros da diretoria da FBPF, afinal de contas as reuniões ocorriam sempre em dias úteis, durante horários comerciais, portanto mesmo que despertasse o interesse de outras “patrícias” não houve flexibilidade por parte do grupo em entender a realidade dessa parte do público feminino e em abarcá-las. Rachel Soihet menciona (2013, p. 96), que,

[...] empregadas domésticas e operárias não figuravam como associadas da FBPF. Também o grande número de professoras primárias e funcionárias públicas que participavam da Federação, além de enfermeiras, datilógrafas, balconistas, costureiras, tipógrafas, encadernadoras e outras não o faziam de forma igualitária com relação ao pequeno número de mulheres profissionais dos segmentos médios mais elevados, que compunham a diretoria e que tomavam as principais decisões.

Além disso, por meio das atas, ficou evidente que a pauta trabalhista não foi amplamente abordada no período que nos propomos a avaliar a atuação do

grupo. Vale lembrar que nos anos que competem ao recorte desta pesquisa e até mesmo antes, era possível identificar a presença feminina em ações sindicais, mesmo que para isso não estivessem formalmente ligadas a sindicatos de operários-organizações majoritariamente masculinas. A questão do trabalho era, para a presença maciça das mulheres nas indústrias, de grande valia e necessitava de maior atenção. As realidades incongruentes entre sufragistas e trabalhadoras resultaram em reivindicações diferentes, para estas últimas o voto não era sua maior ambição, haviam outros problemas que as atingiam como salários desiguais, condições insalubres de trabalho, abusos sexuais sofridos por capatazes, licença maternidade, dupla jornada de trabalho e etc.

As trabalhadoras não eram amparadas pela lei, portanto para elas o voto não era o principal instrumento de transformação da realidade feminina, mas o respeito sim e foi isso que buscaram com suas ações. Ainda nesse sentido, se analisados com maior precisão foram nas disputas da classe trabalhadora, a partir de 1917, que se viu com maior presença a discussão sobre igualdade entre os sexos, principalmente se compararmos a campanha de tais movimentos com a que foi promovida pela FBPF em seus anos iniciais (FRACCARO, 2018). Porém o cenário de apatia se modificou gradativamente com o passar dos anos e o grupo feminista veio a promover consideráveis debates sobre o tema a partir de 1928-1929. A citada inexpressividade do grupo sufragista em relação às pautas trabalhistas fora suprida na medida em que elas se envolveram com maior vigor no debate social. Por isso Rachel Soihet (2013, p. 55) aponta que a FBPF representada por Bertha Lutz

[...] longe esteve de se limitar à campanha pelo voto. Preocupou-se com outras questões igualmente relevantes para a integração das mulheres como elementos atuantes no contexto histórico-social brasileiro, tais como *aquelas ligadas ao trabalho feminino*, à educação e aos direitos civis (SOIHET, 2013, p. 55, Grifo nosso)

A ênfase nas condições de vida das mulheres trabalhadoras preocupou a FBPF e são inúmeras as contribuições das feministas, sobretudo de Bertha Lutz, por exemplo, no que viria depois a se confirmar na Constituição de 1934, pós Revolução e já com Getúlio Vargas no poder⁴⁷. Embora não seja compatível com

⁴⁷ Entre as propostas que se destacam podemos citar a criação do Departamento Nacional da Mulher e o Estatuto das Mulheres. FRACCARO, Glaucia. Os direitos das mulheres: feminismos e trabalho no Brasil (1917-1937). RJ: FGV Editora, 2018.

o recorte utilizado nessa pesquisa, é importante mencionar que as demandas sociais caracterizaram inclusive a campanha empreitada por Bertha Lutz nas eleições para deputada federal no Rio de Janeiro em 1933. Glaucia Fraccaro (2018, p. 145) a esse respeito diz que “[...] 10 anos antes ela havia advogado que a FBPF se dedicava à campanha pelo voto feminino por considerar que as reformas da legislação civil não seriam “nem urgentes, nem oportunas”.” A pressão sofrida por terceiros (como aconteceu com Pagu) aliada às mudanças contextuais serviram de motivo para a dedicação da FBPF à questão das mulheres e suas relações de trabalho.

Dando continuidade à exposição das atas, outro ponto interessante e possível de vislumbrar em nossa análise foram as aspirações da prática assistencialista promovida pelo grupo, característica pouco marcante dentro mesmo. Segue a proposta apresentada na ocasião.

Esther Ferreira Vianna lembra que, havendo já na Federação socias que exercem a maior parte das profissões liberais fosse pedido a estas a organização de um serviço de conselhos profissionais, consultas, que tivessem a organização das cooperativas, talvez, gratuita ou com redução para as socias da Federação (ATA da FBPF, 10 de abril de 1928 p. 97. Q0,ADM.EOR.SEC.TXT2N2, V2).

A ideia era de que as próprias associadas, membros da direção, no encargo de suas profissões liberais como médicas, advogadas e entre outras prestassem seus serviços de maneira gratuita ou com desconto, tendo como público alvo as próprias sócias da FBPF e filiais. Este traço na atuação das federalistas não é sinalizado entre bibliografias do tema, pois não era algo comum entre o grupo. Quando comentado refere-se às práticas feministas de outros movimentos como, por exemplo, a Aliança Nacional das Mulheres, fundada por Natércia Silveira. Porém é inegável que essa abordagem, mesmo que voltada para as próprias sócias, não seja também outra mudança identificada e instituída pela FBPF. A proposta evidencia auxílios dispensados à população feminina que, por problemas sociais e sobretudo de gênero, eram desamparadas pelo Estado.

Tendo encerrado a análise das atas e outros documentos aqui levantados, conseguimos compreender com mais clareza diversos elementos da FBPF, entre eles dinâmica de organização, pautas, características e curiosidades. Esta investigação serviu para ampliar nosso campo de visão em torno da atuação do grupo, tendo consistido nisso o principal objetivo da pesquisa. A FBPF se reafirma

aqui como um marco na constituição do movimento feminista brasileiro, pois foi extremamente organizado, bem estruturado e não menos complexo que outros grupos sociais devido suas contradições.

Assim seguiram as associadas da FBPF, buscaram em meio ao contexto difícil representar as mulheres brasileiras na consolidação de seus direitos políticos, civis e sociais. A trajetória de fato foi repleta de especificidades, mas deve-se reconhecer acima de tudo: a seu modo, se fizeram valer diante da sociedade brasileira constituída em meio a tantos preconceitos de gênero. Relembrar este momento da história das mulheres por meio da ótica das federalistas deixou ainda mais evidente as barreiras que, parecendo intransponíveis, foram superadas pela tenacidade do grupo feminista. Hoje, muitas mulheres têm se tornado cada vez mais conscientes do seu papel enquanto cidadã e estão ampliando seus conhecimentos a respeito dos próprios direitos. Parte-se da premissa de que é necessário dominá-los para defendê-los. Estudar e aprender mais dos pormenores da FBPF pode afinal contribuir para isso, a história muito nos ensina a este respeito e com ela aprender sobre o passado nos torna sujeitos críticos e atentos ao nosso presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação constituiu-se na tentativa de avaliar a atuação feminina empreendida pelo grupo feminista FBPF fundado por Bertha Lutz e outras associadas como Jerônima Mesquita, Carmen Velasco Potinho e etc. O grupo que surgiu em 1922, ano importante para a história do Brasil, rapidamente tornou-se reconhecido entre a imprensa e sociedade da época. Com a intenção de compreender mais do caminho trilhado por esse grupo, foi necessário antes de tudo retomar outras campanhas, precedentes a Federação, iguais em relevância elas abriram espaço para que a pauta feminista ganhasse mais repercussão e adeptos (as), tendo em vista que iniciaram os debates em torno da condição das mulheres brasileiras e seus direitos educacionais, civis e políticos.

A vanguarda feminista contou com diferentes nomes que também repercutiram devido as atividades que desenvolveram, principalmente no âmbito das letras. Estas práticas, basicamente, defendiam a educação igualitária entre os sexos que, na época, distinguia-se a partir do critério de gênero e papéis sociais assumidos por homens e mulheres. A formação das mulheres não era estimulada, pois viria a colaborar para a deturpação da essência feminina pura e docilmente imortalizada no interior dos lares. Numa sociedade marcada pela desigualdade social e de raça, no qual as mulheres viviam num cenário de subordinação aliada a inferioridade em relação aos homens, estudar era a grande, se não a maior, oportunidade para ascensão social das mulheres e aqui nos referimos a dois tipos de emancipação: a crítica/ intelectual e a emancipação financeira. O mesmo estudo que viria abrir portas para novas profissões era aquele que também transformaria as mulheres em sujeitos críticos e detentoras do poder intelectual.

A imprensa também teve sua contribuição nesse momento, pois foi por meio dela que houve ampla divulgação das ideias e ideais feministas concebidos por mulheres como Francisca Senhorinha da Motta Diniz ou Josephina Alvares de Azevedo (ambas citadas no primeiro capítulo dessa dissertação). Ao mesmo tempo, enquanto espaço físico, aos poucos reverberou os efeitos desse movimento, pois demonstrou na prática a gradativa ocupação das mulheres nesse ambiente público. Tornaram-se frequentes a publicação de notas, textos e romances de mulheres para mulheres que defendiam a bandeira da igualdade entre sexos. Adequadas à época em que emergiram, toda a movimentação identificada no que chamamos de entre

séculos não pode, evidentemente, passar despercebidas por trabalhos que analisam a história do movimento feminista no Brasil. E nessa pesquisa tal reconstituição ganha ainda mais relevância por demonstrar que embora seja considerado um marco, a FBPF não foi a única face da bandeira feminista no país.

A respeito das campanhas feministas características do século XVIII, XIX e mesmo do século XX, verificou-se que elas não possuem o devido reconhecimento na história do Brasil. Embora muitas pesquisas acadêmicas atualmente se aprofundem no tema, fora desse ambiente pouco se sabe sobre estas manifestações, seu impacto ou ainda sobre quem foram estas mulheres. Nos propomos ir na contramão do que se nomeou por “silêncios da história” (PERROT, 2005) e contribuir para a disseminação desse conteúdo, ao retomar tais trajetórias e também por distinguir o Brasil de outros países, inclusive europeus, que antecipou a preocupação com os direitos das mulheres e sua validação na legislação. É claro que essa “precocidade” em muito se deu por conta da significativa e eminente presença feminista em diferentes cidades, situação que contribuiu positivamente para aprovação do sufrágio feminino em nosso país, sobretudo se comparado as outras nações da América Latina.

Compreender a evolução do movimento sufragista brasileiro na história das mulheres também requer atenção às questões de gênero, raça e classe, categorias que devem ser avaliadas sem sobreposições, apenas relacionando uma com a outra. A evolução histórica do movimento feminista organizou-se no que hoje conhecemos por grandes ondas- primeira, segunda e terceira onda feminista- mas internamente a esta divisão, existem outras. O que pretendemos enfatizar é que, ao abordar qualquer objeto, como foi feito com a FBPF, ter olhar cuidadoso aos diferentes tipos de opressão, faz com que você entenda as especificidades de cada grupo ou sujeito histórico. Nos exemplos identificados no Brasil, podemos afirmar que as manifestações femininas do século XIX e XX eram múltiplas e conseqüentemente distintas entre si, o que nos faz romper com concepções universalistas sobre a história das mulheres que não as reconhecem em suas particularidades, ligadas ao seu próprio contexto, tempo e região.

Apesar das inúmeras tentativas e empenho, os direitos políticos das mulheres não foram reconhecidos na Constituição de 1891. Por isso, no século XX, após certo período de apatia, o sufrágio feminino retornou enquanto pauta no debate público. Novos nomes defensores do voto entre as mulheres emergiram, destacando-

se o de Bertha Lutz e colegas associadas da FBPF. A ênfase no nome Lutz pode parecer repetitiva, mas ocorre porque dentro do período que estudamos, ela foi a principal coordenadora e presidente do grupo.

A atuação da associação foi proeminente e obteve destaque em relação a outras contribuições devido à visibilidade e expansão adquirida ao longo dos anos. Parte dessas conquistas resultaram do perfil das próprias associadas, haja visto que o grupo era formado em sua maioria por membros da elite letrada de mulheres do Rio de Janeiro, principalmente quando nos referimos às integrantes da direção, mulheres das quais biografias foram expostas nesse trabalho. Os cargos mais importantes entre a diretoria eram ocupados por mulheres profissionais liberais, formadas inclusive no ensino superior e de classe social abastada. Estas características nos ajudam a entender mais do perfil das associadas a direção da Federação e reverbera a posição privilegiada da qual elas se utilizaram para criar vínculos e transitar entre a sociedade a fim de garantir as conquistas almejadas.

Como resultado a recepção em torno da FBPF foi positiva, pois além das origens, a linguagem sob a qual estas mulheres dialogavam com a sociedade misógina da década de 1920/1930 era extremamente estratégica. Mantiveram-se presentes e resistentes muito por conta da tática (SOIHET, 2000) adotada pelo grupo que, atento às dificuldades e obstáculos da época, se estruturou mediante posicionamentos conciliatórios e tênues. A atuação que foi marcada por essa característica, já foi considerada contraditória por algumas pesquisas, pois embora as federalistas se identificassem enquanto feministas, exerciam seu papel reforçando valores tradicionalistas e repressores.

A dissertação se preocupou em substanciar como essas questões se davam no dia a dia da FBPF ao analisarmos as atas das reuniões da direção do grupo e dois discursos selecionados. Mais do que conhecer a estrutura do nosso objeto de estudo, seus planos de ação, dinâmica de organização por meio das fontes foi perceptível que envolto ao grupo existiu o que se classifica hoje por paradoxo feminista (VASQUEZ, 2014). O conceito vem a definir as atividades feministas que defendiam os direitos e a liberdade das mulheres ao dialogar diretamente com as estruturas que ocasionaram seu próprio aprisionamento. A FBPF que se valia de campanha moderada, em sua atuação reverberou valores tradicionais relacionados às mulheres no intuito de ganhar a “confiança” e espaço para a discussão dos seus direitos, sobretudo do direito ao voto.

A questão, como observado, fomentou críticas de seus contemporâneos, que exaltaram como essas feministas, preocupadas com o voto, na tentativa de representar as mulheres, acabaram por constituir uma campanha “classista” e burguesa, foi o que ocorreu a partir do exemplo da escritora e feminista Pagu. A FBPF também preconizou aquilo que se sugere enquanto uma tentativa de estabelecer sua campanha sobre os pilares de unidade e coesão. Porém as divergências existiam de uma mulher para outra em decorrência das diferentes realidades que muitas pertenciam. Mais recentemente teorias feministas, sobretudo a partir das contribuições do feminismo negro, conseguiram romper com a noção de unidade das mulheres. Não somos homogêneas, mas múltiplas, cada qual com suas especificidades e já naquela época essa situação também era identificável o que dificultava a tentativa de unidade feminista a partir de um único viés representativo.

Foram essas diferenças inclusive confirmadas como a razão que explicaria o distanciamento existente entre federalistas e mulheres localizadas na outra ponta da pirâmide social (pobres e analfabetas), entre elas o discurso sufragista não chamava tanta atenção e não atendiam as suas principais carências. A inexpressividade da campanha da FBPF sobre pautas sociais se perdurou por alguns anos, sobretudo no início da “vida” do grupo, mas a situação mudou com o passar do tempo e em meados de 1928/1929, posterior as últimas pressões sofridas, o que se analisou foi o olhar mais amplo e atento dessas feministas para com a questão das mulheres e seu ambiente de trabalho.

Por fim, cabe ainda refletir sobre as práticas do bom e mau feminismo expressas no estado da arte dessa dissertação. Estas classificações foram importantes para compreender a interpretação social do movimento emergente no Brasil e suas diferenças. Ao trazer a mesma análise para o debate contemporâneo, nota-se a persistência dessas categorias, haja visto que entre a sociedade é comum que muitos venham expressar suas opiniões sobre o feminismo a partir da ideia de que “feminismo de verdade era o de antigamente”, não o de hoje em dia que serve apenas para corromper a aparência e valores das mulheres. Apesar das inúmeras conquistas e da evolução do debate em torno dos direitos femininos, existe ainda muita resistência por parte da sociedade em colaborar no processo de desconstrução das mulheres e pior, que insistem em determinar as formas (certas ou erradas, verdadeiras ou falsas) de se praticar a independência feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Versões do Feminismo na Amazônia brasileira: Orminda e Eneida nos contextos nacional e internacional**. 2006. Disponível em <https://especializacaoemgenero.com.br/textos/Luzia%20aula%201/feminismo-na-amazonia.pdf>. Acesso em 17 set. 2021.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CRUZ, Eduardo DA; CASTRO, Andreia Monteiro De. A propaganda feminista luso-brasileira: as cartas de Ana de Castro Osório a Bertha Lutz. **Navegações**, v. 11, n. 2, p. 112- 121, jul- dez 2018.
- DUARTE. Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX Artes e técnicas em transformação**, v. 1, n 4, p. 96-105, jul 2017.
- ENGEL, Magali Gouvea. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? In: **La manzana de la discórdia**, Colômbia, Universidad del Valle, ano 2, n. 8, dez., 2009.
- FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismos e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- GOUGES, Olympe de. 1748-1793. **Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã e outros textos** [recurso eletrônico] / Olympe de Gouges; tradução Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. (Coleção Vozes femininas).
- HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- KARAWAJCZYK, Mônica. Nísia Floresta e a questão da emancipação feminina pelo viés educacional. In: **MÉTIS: história & cultura**. V.9, nº18, jul/dez, 2010.
- KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. 398 p. Tese de doutorado em história- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2013.
- KARAWAJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2021.
- KROETZ, Itiana Daniela. O Jornal das Senhoras e a busca pela emancipação moral e intelectual da mulher brasileira. **Literatura e Autoritarismo**, 2015.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

LUCA, Leonora de O "feminismo possível" de Júlia Lopes de Almeida. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 275-299, 1999.

LUTZ, Bertha. 3º Congresso Brasileiro de Agricultura e Pecuária. Rio de Janeiro, 1922, p. 37-38.

MARGUTTI, Paulo. **Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideu, 1933. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 927-944 set. dez., 2013.

MELO, Hilda Pereira de; MARQUES, Teresa Novaes. Partido Republicano Feminino – A construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2000.

MIGUEL, Luis F. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis, F; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 12-20.

MIRANDA, Jussara Valéria de. **"Recuso-me"! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. Dissertação de mestrado, Uberlândia (MG), Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary. Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça. **Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de história da FFLCH/USP- Universidade de São Paulo**. Maio 2019.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 429-457, jul./dez. 2006.

NUNES, Dimalice. **Aventuras na História**. 09 de junho de 2017. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/quem-foi-pagu.phtml>. Acesso em: 13/01/2023.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1972], p. 95-120.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTINHO, Carmen. **A arquitetura moderna e o desenho industrial**. [Entrevista concedida a} Hugo Segawa. Projeto, São Paulo, Ed. 111, jun. 1988. Disponível em <https://revistaprojeto.com.br/acervo/entrevista-carmen-portinho/> 25/04/2020. Acesso em 12/09/2021.

RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. **VERVE Revista Semestral do NU-SOL -Núcleo de Sociabilidade Libertária**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. n. 21, maio, 2012.

SANTOS, Claudia Pereira dos; CORSO, Angela Maria; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **Estado do Conhecimento**: Atas como fonte histórica. In: SEMANA DE ESTUDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DE IRATI, 3., 2012, Paraná. Anais [...] Irati: Unicentro, 2012. p. 1 - 15. Disponível em: anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/87.pdf. Acesso em: 10 mai. 2017

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e realidade**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez 1995.

SCHUMAHER, Shuma, BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: História & Cultura**. Local: Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./ jun. 2003.

SIESS, Jurgen. Reivindicar os direitos das mulheres em 1791: Uma tentativa fadada ao fracasso? O interdiscurso da declaração dos direitos da mulher e cidadã. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. esp. ADARR, p. 142-161, mai. 2016.

SILVA, Laila Corrêa. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Alvares de Azevedo. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 10, nº 23, p. 114-131, dez. 2018.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, dez. 2000.

SOIHET, Rachel. O feminismo de Bertha Lutz: conquistas e controvérsias. In: SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Na fronteira do voto: discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e Uruguai durante a primeira metade do século XX**. Doutorado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PPG História, UFSC, Florianópolis, 2014.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ANEXO

ANEXO A

Exercício de 1923.

Debit.		Credit.	
Saldo do exercício passado	59 \$ 500	Dep. Congresso	2:288 \$ 400
Contribuição da Liga do Distrito	576 \$ 000	" Sede	2:040 \$ 000
" " Aliança pelo Suppicio	300 \$ 000	" Secretaria	277 \$ 550
dos membros contrib. da		eventuais	707 \$ 600
Associação: J. de Siqueira, Duval, B. Luf, etc.		Saldo	181 \$ 210
Contrib. e auxílios fornecidos pela	1:672 \$ 000		
Presidente	2:022 \$ 000		
Remuneração pelos Congressos	90 \$ 000		
Donativos	50 \$ 000		
	4:827 \$ 500		4:827 \$ 500
	Saldo 181 \$ 210		